

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5157.2025.AC-14.PE.0877.SAD
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90877.2025 (COMPRAS.GOV)
SEI Nº 0001210011548.000003/2025-18

PREÂMBULO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO, através do Agente de Contratação Henrique José Oliveira Monteiro, designado(a) por meio da Portaria nº 4.061, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, edição do dia 31/12/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, em atendimento ao Despacho nº 716 (Doc. SEI nº 76508529) da Secretaria Executiva de Administração e Patrimônio, e com a respectiva autorização do Secretário Executivo de Administração e Patrimônio, a abertura da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a prestação de serviços de Tráfego Telefônico Extrarrede e Extrarrede Reverso, em LOTE ÚNICO, visando atender as necessidades do Governo do Estado de Pernambuco e outros Poderes, formando a chamada Rede corporativa do Governo de Pernambuco, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I).

1.2. O objeto desta licitação está agrupado em lote único, com itens aglutinados, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I).

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 3.874.214,04 (três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e quatorze reais e quatro centavos), na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de despesa: 3.3.90.39: Para Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas;

Elemento de despesa: 3.3.90.39.27: Para despesas relativas aos serviços despesas consumo de infraestrutura da rede, internet corporativa, serviço de operação, acesso dedicado;

Elemento de despesa: 3.3.90.39.32: Para despesas decorrentes da utilização dos serviços de telefonia móvel (celular), ou à conta das disponibilidades orçamentárias e financeiras das entidades que não dependem do Tesouro;

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do compras.gov.br com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2022, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.2. Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.4.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.4.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.4.6. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.4.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.4.9. Pessoa física;

3.4.10. Profissionais organizados em cooperativas.

4. DO CONSÓRCIO

4.1. Não Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

5.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

5.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

5.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão.

5.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

5.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

5.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 5.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada do pregão, através do Sistema Compras.gov.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado na folha de rosto anexa a este Edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo agente de contratação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo agente de contratação.

6.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

6.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. A licitante enquadrada Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema

eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18 -A da Lei Complementar nº 123, de 2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.4.1. nos itens exclusivos à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.2 ou 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

8.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados na folha de rosto anexa a este Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

8.5. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.5.1. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

8.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

8.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9. DA FASE DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser o maior número inteiro superior a 0,01% (um centésimo por cento), do valor estimado máximo do lote.

9.1.4 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

9.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.3. O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

9.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

9.6. Não serão aceitos, durante a fase da disputa aberta, dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

9.8. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá, justificadamente e mediante comunicação via sistema, excluir lance oriundo de evidente erro material alegado pela respectiva licitante ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, implicando, nesta última hipótese, exclusão da licitante da disputa.

9.9. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.10. No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.gov.br/compras, salvo na situação prevista no item 9.9.

9.10.1. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

9.12. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração de 10 (dez) minutos e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração.

9.12.1. A prorrogação automática de que trata o item 9.12 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.13. Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista nos itens 9.12.1, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

9.14. Definido o melhor lance, se a diferença em relação ao lance classificado em segundo lugar for de pelo menos 5%, o Agente de Contratação poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.15. Após o reinício previsto no item acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior ou percentual de desconto superior.

9.16. Encerrada a etapa de que trata o item 9.15, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa

e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.2.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.2.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

10.2.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.2.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.2.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

10.2.2.2. empresas brasileiras;

10.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.2.3. Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Agente de Contratação deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

11.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

11.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

11.4.1. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

11.5. No caso previsto no item 11.3, o Agente de Contratação buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

11.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Agente de Contratação.

12. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

12.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Agente de Contratação verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.4 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certamente, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

12.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.4 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Agente de Contratação repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

12.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo E do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

12.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

12.4. O prazo de que trata o item 12.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Agente de Contratação.

12.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

12.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

12.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

12.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Agente de Contratação dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação no sistema.

12.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 12.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Agente de Contratação informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

13. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

13.1. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

13.1.1. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

13.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e a prestação dos serviços nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

13.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

13.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.2.3. O Agente de Contratação poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitarem de ajustes para adequação aos valores estimados.

13.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso

13.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

13.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

13.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para os serviços, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

13.3. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.4. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 11;
- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e) contenham falhas, apontadas pelo agente de Contratação, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 16 deste Edital;
- f) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.5. Considerar-se-á indício de inexecuibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

13.5.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Contratação deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

13.5.2. A inexecuibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

13.5.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

13.6. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).

13.7. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

13.8. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Agente de Contratação retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 12.3, e realizarem a negociação de que trata o item 11, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

13.9. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Agente de Contratação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

13.10. Classificada a proposta, o Agente de Contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

14.2. Habilitação Jurídica:

14.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

14.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

14.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

14.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.2.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

14.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

14.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.2.7. Termo de direito/Delegação/Autorização/Concessão/Outorga de operação expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, conforme estabelecido no Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução Anatel nº 426, de 09 de dezembro de 2005, com outorga de operação no Estado de Pernambuco.

14.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

14.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

14.3.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.3.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do Estado de Pernambuco, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ/PE).

14.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante.

14.3.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

14.3.8. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

14.3.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.3.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.11. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, desde que apresente decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido e dispense expressamente as certidões negativas, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

14.3.11.1. Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense expressamente as certidões negativas, e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

14.3.11.2. Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

14.4. Qualificação Técnica:

14.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, em nome da licitante, expedidos por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.4.1.1. Para fins de comprovação, os atestados/certidões devem evidenciar a experiência da LICITANTE na implementação e operação de serviços de telefonia fixa comutada

(STFC), escoamento de tráfego extrarrede, portabilidade numérica, serviço de 0800 ou serviços relacionados à tarifação e integração com redes públicas de telecomunicações.

14.4.1.2. Será considerado compatível com a quantidade os atestados ou certidões que apresentarem, no mínimo, 10% (dez por cento) das quantidades estimadas do total de minutos do lote único desta licitação para o TRAFÉGO EXTRARREDE e o EXTRARREDE REVERSO;

14.4.1.3. Para fins de aferição do percentual mínimo de 10% (dez por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

14.4.1.4. Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.

14.4.1.5. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

14.4.1.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

14.4.1.7. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

14.4.1.8. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.4.2. A LICITANTE deverá apresentar declaração formal, emitida em papel timbrado e assinada por seu representante legal, contendo a relação dos municípios da área de abrangência do Estado de Pernambuco que possuem cobertura para os serviços contratados, bem como o compromisso de atender integralmente à cobertura exigida durante a execução do contrato, dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos para implantação, seja por meio de rede própria ou de terceiros, em conformidade com a regulamentação vigente da ANATEL.

14.4.3. Declaração emitida pela licitante atestando que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação,

conforme Anexo III, assegurado o direito de realização de vistoria prévia, por solicitação da licitante, mediante agendamento, na forma prevista no Termo de Referência.

14.4.3.1 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

14.4.3.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

14.4.3.3. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme Anexo IV.

14.5. Qualificação Econômico-Financeira:

14.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.

14.5.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante.

14.5.2.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante.

14.5.2.2. A certidão descrita no item 14.5.2.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

14.5.2.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

14.5.3. Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação para o lote único.

14.5.4. Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento), devendo cumprir a qualificação em ambos os exercícios, salvo

quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

14.5.5. Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

14.5.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.6. Documentos complementares

14.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação

14.7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

14.7.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com

deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

14.7.1.2. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

14.7.1.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

14.7.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

14.7.1.5. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

14.7.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.7.1.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

14.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

14.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

14.7.3.1. Se os documentos indicados no item 14.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

14.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 14.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

14.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

14.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

14.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

14.7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

14.7.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo agente de Contratação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14.7.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

14.7.10. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.7.10.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.7.10.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

14.7.11. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 14.7.7.

14.7.12. Habilitada a licitante, o agente de contratação encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

14.7.12.1. É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

15. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

15.2. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

15.3. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Agente de Contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

16.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Agente de Contratação a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema PE-Integrado, no prazo de 01 (um) dia útil.

16.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema Compras.gov, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

17.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em até 10 (dez) minutos após a declaração do vencedor.

17.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

17.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5. As razões do recurso serão dirigidas ao Agente de Contratação, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema Compras.gov.br.

17.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

17.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

17.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o agente de contratação encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

18. DO CONTRATO

18.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo V.

18.2. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

18.2.1. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.

18.2.2. Se o instrumento de contrato não for assinado pelo representante legal do contratado, deverá ser apresentada procuração, devidamente reconhecida em cartório, com poderes que habilitem o mandatário a assinar o instrumento.

18.3. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária no CADFOR, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

18.3.1. Se houver pendência documental no CADFOR e não for possível atualiza-lo por meio por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.

18.4. O não comparecimento injustificado da adjudicatária, a não apresentação dos documentos exigidos como requisito de contratação e a desatualização de seus documentos de habilitação no CADFOR importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das penalidades previstas neste Edital e à perda da garantia da proposta, quando houver, nos termos do item 19.1.2.

18.4.1 Na hipótese do item 18.4, a adjudicação poderá ser anulada e retomado o procedimento licitatório, a fim de que o Agente de Contratação retorne à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação e seja declarada uma nova adjudicatária.

18.5. Poderá ser acrescentada ao contrato vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, não represente quaisquer ônus para a Administração e a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

19.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual;

19.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

19.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

19.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

19.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

19.1.3.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

19.1.5. fraudar a licitação;

19.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

19.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

19.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.2.1. Multa;

19.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

19.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

19.3. As sanções previstas nos itens 19.2.2 e 19.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

19.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

19.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 19.1.1 deste edital;

19.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista nos itens 19.1.2 e 19.1.3. deste edital;

19.4.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens 19.1.4. 19.1.5., 19.1.6., 19.1.7, 19.1.8 e 19.1.9 deste edital.

19.5. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

19.5.1. No cometimento da infração prevista no item 19.1.1: de 6 a 12 meses;

19.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 19.1.2 e 19.1.3: até 6 meses;

19.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativo, no cometimento das infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7, 19.1.8 e 19.1.9: de 03 a 6 anos;

19.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 19.5 e 19.6. deverão ser observadas:

19.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

19.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

19.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

19.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

19.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

19.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

19.8. Em caso de reincidência na prática de infração sancionada com a mesma penalidade objeto de condenação definitiva anterior, ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

19.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Compras.gov.br, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

19.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

19.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

20 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

20.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no Sistema Pe-Integrado ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

20.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

20.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

20.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

20.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

20.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

20.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

20.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

20.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

20.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);
- b) Anexo II - Declarações complementares;
- c) Anexo III - Declaração de conhecimento das condições locais para cumprimento das obrigações;
- d) Anexo IV - Declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;
- e) Anexo V - Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos).
- f) Anexo VI - Modelo de Folha de Rosto

20.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

20.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, II, "a" e "b", da Lei n.º 14.133, de 2021.

Recife, 11 de dezembro de 2025.

Agente de Contratação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5157.2025.AC-14.PE.0877.SAD
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90877.2025 (COMPRAS.GOV)
SEI Nº 0001210011548.000003/2025-18

**ANEXO I DO EDITAL
TERMO DE REFERÊNCIA**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Contratação de prestação de serviços de Tráfego Telefônico Extrarrede e Extrarrede Reverso, em LOTE ÚNICO, visando atender as necessidades do Governo do Estado de Pernambuco e outros Poderes, formando a chamada Rede corporativa do Governo de Pernambuco, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e neste Termo de Referência.

1.2 As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por itens e descritos conforme quadro constante no anexo B.

1.3 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E-fisco/Termo de Referência e no CATSER, prevalecerá a descrição do E-fisco/Termo de Referência.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.2 JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1 A Justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1 A Justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se por menorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 8. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES, item 9. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS, ITEM 10. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO) e item 16. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.4 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1 A Justificativa para o não parcelamento do objeto encontra-se por menorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO do ETP), anexo deste Termo de Referência, de modo a permitir a ampliação da competitividade, diante das particularidades do caso concreto.

2.5 DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.5.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

2.5.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presentes serviço contínuo.

2.5.3. Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que manter o objeto da licitação com uma entidade única preserva a integridade e a coesão do serviço a ser contratado. Também não está presente o grande vulto da contratação, pois a não fragmentação simplifica a gestão do contrato, tornando mais fácil acompanhar o desempenho, identificar problemas e atribuir responsabilidades.

2.5.4 Vale salientar que o conjunto de itens da Solução do serviço de de Tráfego Telefônico Extrarrede e Extrarrede Reverso, especificados neste Termo de Referência, podem ser atendidos por uma única empresa de Telecomunicações sem a necessidade de outra empresa para atender os itens especificados.

2.5.5. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

2.6 DA VEDAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

2.6.1 É vedada a participação de profissionais organizados em cooperativas na presente licitação, com objetivo de garantir que a execução do contrato ocorra de forma direta, contínua e sob a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA. A estrutura de cooperativa pode dificultar a fiscalização direta sobre as obrigações contratuais, trabalhistas e previdenciárias, além de comprometer a continuidade e a uniformidade dos serviços, características fundamentais para o bom atendimento do objeto contratual.

2.7 DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

2.7.1 É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que restrição visa garantir que as condições contratuais e operacionais exigidas para a execução do objeto da licitação sejam atendidas de forma plena, assegurando-se que a LICITANTE possua estrutura organizacional, capacidade técnico-operacional e financeira adequadas para a realização dos serviços ou fornecimento de produtos.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1 SERVIÇO DE TRÁFEGO TELEFÔNICO EXTRARREDE

3.1.1.1. A LICITANTE deve apresentar na Proposta de preços a descrição de como será a prestação dos serviços de Tráfego Extrarrede para a Rede

Corporativa do Estado de Pernambuco, os quais serão contratados pelos Órgãos Aderentes através de Contratos de Adesão, atendendo aos princípios gerais e requisitos contidos no Termo de Referência da Nova Rede Corporativa e seus ADENDOS, respeitando os requisitos obrigatórios elencados nos itens a seguir:

3.1.1.1.1 Entende-se por Tráfego Extrarrede o recurso que um terminal telefônico tem para acessar as redes telefônicas públicas fixa e/ou móvel de telecomunicações para realizar chamadas, tendo como destino usuários de telefonia pública fixa e móvel, que não fazem parte do conjunto de terminais telefônicos integrantes da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco.

3.1.1.1.2 Prover os serviços de Tráfego Extrarrede. Todas as chamadas realizadas a partir dos usuários de telefonia fixa, integrantes da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, para outros usuários de telefonia pública fixa e/ou móvel que não sejam do grupo intrarrede da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, são consideradas como Serviço de Tráfego Extrarrede. Tratar o tráfego extrarrede, quando originados por terminais telefônicos e destinado para as Capitais São Paulo e Brasília, de forma especial, devendo ter um preço de ligação local.

3.1.1.1.3 Prover o Serviço de Tráfego Extrarrede para Telefonia Fixa e Telefonia Móvel através dos sistemas de conexão, utilizando de interfaces SIP (RFC 3261 da IETF) com as redes telefônicas públicas, fixa e móvel de telecomunicações, nas modalidades e estimativas relacionadas na Tabela de Serviços deste Termo de Referência.

3.1.1.1.4 A CONTRATADA deve realizar a entrega dos links para escoamento de todo o tráfego extrarrede demandado, entrante e sainte, para a Rede Pública de Telefonia de através da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco. Tendo a interface GigabitEthernet, ou superior, como padrão de interconexão com o equipamento do fornecedor atualmente contratado para prestar o serviço da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco.

3.1.1.1.4.1 Todos os equipamentos e dispositivos de Telemática fornecidos para a prestação dos serviços de Tráfego Extrarrede devem ser novos, sem uso anterior, devidamente homologados pelos órgãos reguladores competentes e compatíveis com as especificações técnicas deste Termo de Referência.

3.1.1.1.5 Os links para escoamento do tráfego extrarrede devem ser protegidos por uma infraestrutura de alta disponibilidade (HA), de responsabilidade da CONTRATADA e instalada na interligação entre o serviço de tráfego telefônico extrarrede e o Núcleo da rede corporativa de voz do Estado. Esta infraestrutura de alta disponibilidade deve ser composta por equipamentos redundantes, configurados em HA, e rotas de acesso distintas (incluindo estação de atendimento, dentro das dependências da CONTRATADA). A solução deverá garantir continuidade automática do serviço em caso de falha de qualquer componente ou rota, mantendo a capacidade integral de escoamento do tráfego extrarrede;

3.1.1.1.5.1 Configuração da solução em Alta Disponibilidade (HA) com fornecimento dos equipamentos necessários para ativação do serviço.

3.1.1.1.5.1.1 A CONTRATADA deve configurar os *equipamentos fornecidos* para operar em modo de Alta Disponibilidade (HA), garantindo que um dispositivo possa assumir automaticamente as funções do outro em caso de falha;

3.1.1.1.5.1.2 A configuração deve garantir a continuidade do serviço de Tráfego Extrarrede para a Rede Corporativa do Estado de Pernambuco e a integridade dos dados durante e após o processo de *failover*;

3.1.1.1.5.1.3 A CONTRATADA deverá permitir e subsidiar com todas as informações necessárias para ATI-PE ou a quem ela determinar que permita efetuar o monitoramento e gerenciamento de toda solução implantada;

3.1.1.1.5.1.4 A CONTRATADA deverá desenvolver um plano detalhado para a configuração de HA, incluindo topologia de rede, procedimentos de *failover*, testes de funcionalidade e plano de contingência;

3.1.1.1.5.1.5 A CONTRATADA será integralmente responsável pelo fornecimento, implantação, suporte e manutenção de toda a infraestrutura necessária para prestação deste serviço de Alta Disponibilidade (HA), sem que isso acarrete custos adicionais para a CONTRATANTE;

3.1.1.1.5.1.6 Todos os equipamentos necessários para ativação do serviço de Alta Disponibilidade (HA), como *switches*, cabos e transceptores adequados à devida configuração do ambiente deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

3.1.1.1.5.1.7 Requisitos mínimos do serviço de responsabilidade da CONTRATADA, mas não se limitando a eles:

3.1.1.1.5.1.7.1 A configuração de HA deverá ser realizada em modo "Ativo-Passivo" ou "Ativo-Ativo", devendo ser definido no plano de configuração a ser apresentado pela CONTRATADA a CONTRATANTE técnica ATI para validação antes da execução do serviço;

3.1.1.1.5.1.7.2 Configuração de *heartbeat* entre os *equipamentos* para detectar falhas rapidamente;

3.1.1.1.5.1.7.3 O intervalo do *heartbeat* a ser configurado deve ser de 1 segundo e a contagem deve ser entre 3 e 5 *heartbeats* para acionamento do *failover*;

3.1.1.1.5.1.7.4. Sincronização de sessões ativas e tabelas de estado para garantir continuidade sem perda de dados;

3.1.1.1.5.1.7.5. Implementação de monitoramento de *interfaces* e links críticos para detecção de falhas;

3.1.1.1.5.1.7.6. Configuração para *failover* automático em caso de falha de *hardware* ou *software*;

3.1.1.1.5.1.7.7. O tempo de *failover* deverá ser inferior a 10 segundos;

3.1.1.1.5.1.7.8. Realização de testes de *failover* planejados para verificar a funcionalidade e a confiabilidade da configuração de HA;

3.1.1.1.5.1.7.9. Verificação do desempenho dos *Firewalls* em modo HA sob cargas simuladas de tráfego de rede;

3.1.1.1.5.1.7.10. Manter os *equipamentos* atualizados com as últimas versões de *firmware* para garantir que todas as melhorias de desempenho e correções de bugs estejam implementadas, realizando testes de *firmware* antes da atualização no ambiente de produção do cliente;

3.1.1.1.5.1.7.11. Fornecer a CONTRATANTE técnica ATI documentação detalhada de todas as etapas da configuração do serviço de HA, incluindo procedimentos de *failover* e recuperação, diagramas de rede e relatórios de teste;

3.1.1.1.5.1.7.12. A CONTRATADA deverá apresentar e entregar a documentação detalhada do serviço prestado, incluindo projeto lógico, documento as-built, diagrama e mapa detalhado da rede. O material deverá conter:

3.1.1.1.5.1.7.12.1. Descrição completa da infraestrutura, detalhando o trajeto do cabeamento e apresentando mapa claro e detalhado de arruamento, cobrindo todas as rotas desde a estação da CONTRATADA até o ponto de instalação da CONTRATANTE.

3.1.1.1.5.1.7.12.2. Prova de origem e diversidade de links, demonstrando que cada fibra provém de PoPs distintos e fisicamente independentes, com trajetos diversificados para minimizar o risco de falhas simultâneas.

3.1.1.1.5.1.7.12.3. Conformidade com normas técnicas reconhecidas para documentação de redes, assegurando precisão, consistência e clareza.

3.1.1.1.5.1.7.12.4. Submissão do material à análise técnica da CONTRATANTE, com ativação do serviço condicionada à aprovação final.

3.1.1.1.5.1.7.12.5. Atualização do material sempre que houver alterações significativas na infraestrutura durante a vigência do contrato, submetendo a nova versão para aprovação da CONTRATANTE.

3.1.1.1.5.1.7.12.6. Entrega de toda a documentação com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis antes da ativação do serviço, permitindo análise e validação técnica.

3.1.1.1.6 O quantitativo de canais disponíveis para o escoamento do tráfego extrarrede deve ser suficiente para atender toda a demanda por este serviço da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, devendo ocorrer a ampliação do número de canais quando sua capacidade atingir no máximo 80% em sua média mensal nos Horários de Maior Movimento (HMM);

3.1.1.1.6.1 **O ANEXO C - INFORMAÇÕES PARA DIMENSIONAMENTO DA REDE** - fornece dados relacionados à quantidade de Pontos de Voz Fixo (PVFs) por município que necessitam ser portados, além de informações sobre o tráfego consumido pelos serviços **0800 Estadual** e **Solução de Tráfego Extrarrede** ao longo de três meses de operação. Essas informações são disponibilizadas para subsidiar os LICITANTES na avaliação da capacidade de suas redes, permitindo que atendam adequadamente às especificações técnicas e aos requisitos operacionais estabelecidos no Termo de Referência.

3.1.1.1.7. Deve atender à quantidade de canais definidos pelos CONTRATANTES Aderentes para o serviço de Infraestrutura de Voz para Contact Center.

3.1.1.1.8.O Serviço de Tráfego Extrarrede deve atender aos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) dos serviços compartilhados, conforme especificado no Termo de Referência.

3.1.1.1.9. Deve manter o atual plano de numeração dos terminais telefônicos em uso pelos Aderentes da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, através de portabilidade. Para os casos de aumento ou atualizações necessárias durante a vigência da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá fornecer uma nova faixa de numeração, onde estes números devem ser sequenciados, preferencialmente, com sequências exclusivas para os usuários da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, respeitando legislação vigente;

3.1.1.1.9.1. Eventuais situações em que a CONTRATADA não consiga realizar a portabilidade por motivos técnicos deverão ser formalmente reportadas à ATI-PE, acompanhadas de todas as evidências e relatórios técnicos que venham a ser solicitados. A ATI-PE analisará o caso e, a seu critério, poderá aprovar ou não a não execução da portabilidade.

3.1.1.1.10. Disponibilizar os recursos necessários para a realização de identificação de chamadas externas do tipo BINA (B identifica A).

3.1.1.1.11. Encaminhar para os usuários dos serviços de telefonia pública, fixa ou móvel, o número completo de identificação (BINA) do PVF originador da chamada, salvo por solicitação expressa da CONTRATANTE;

3.1.1.1.12. Realizar o bloqueio do recebimento de chamadas à cobrar, o bloqueio deve ser feito na central pública. Este bloqueio deve estar disponível independentemente do serviço de voz de origem da chamada;

3.1.1.1.13. Tarifar os tráfegos extrarrede. Todos os serviços passíveis de tarifação conforme descrito neste item, deverão ser registrados (bilhetados) para fins de comprovação mensal. Os serviços de Tráfegos Extrarrede, para atender aos PVFs, deve compreender toda a integração do acesso da rede pública com os requisitos operacionais e facilidades provenientes dos servidores de voz utilizados nas conexões de forma a garantir o acesso aos PVFs da CONTRATANTE, pela sociedade de forma direta, através da facilidade de Discagem Direta a um PVF, conhecida como DDR-Discagem Direta a Ramal.

3.1.1.1.14. As faturas com a tarifação do tráfego extrarrede devem ser separadas por CONTRATANTE Aderente, devendo ser identificada cada conexão de uso do serviço por número originador completo.

3.1.1.1.15. As faturas devem ser disponibilizadas e entregues obrigatoriamente em sistema web e quando solicitado em papel ou mídia óptica. Deverá, quando solicitado, ser disponibilizada também em arquivo texto (.txt), contendo o detalhamento de todas as ligações e demais serviços de conta conforme modelo elaborado pela FEBRABAN, versão V3R0 ou mais recente.

3.1.1.1.16. Disponibilizar na web (internet) relatórios de desempenho do serviço de Tráfego Extrarrede, apresentando o resultado de indicadores de forma a permitir que sejam adotadas providências em tempo hábil para manter a qualidade do serviço.

3.1.1.1.17. Participar, quando solicitado pela CONTRATANTE Principal ou pela CONTRATANTE Aderente Técnica, de reuniões de acompanhamento dos indicadores de qualidade dos serviços a Rede Corporativa do Estado de Pernambuco.

3.1.1.1.18. Fornecer mensalmente para a CONTRATANTE Aderente Técnica arquivos de registros de tarifação de todo o tráfego do mês anterior, em formato CSV ou TXT, até o décimo dia útil do mês corrente, para ser feita a conciliação do tráfego extrarrede.

3.1.1.1.19. Considerar como chamadas locais, para efeito de tarifação, todas as chamadas (origem/destino) realizadas a partir dos usuários de telefonia fixa integrantes da Rede Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, que estejam dentro da Área de Abrangência desta rede, reiterando: as localidades do Estado de Pernambuco, atualmente com códigos de áreas 81 e 87, incluindo o Distrito de Fernando de Noronha, a Capital São Paulo, atualmente com código de área 11, e a Capital Brasília, atualmente com código de área 61;

3.1.1.1.20. Garantir que chamadas originadas pela sociedade (pessoa física ou jurídica) destinadas a um PVF, através da rede pública de telefonia, a partir de qualquer município do Estado de Pernambuco, incluindo Fernando de Noronha, sejam tarifadas com custo de ligação local quando originadas e recebidas nestas respectivas localidades.

3.1.1.1.21. O serviço de tráfego extrarrede deverá ser fornecido de acordo com os tipos de ligações previstas pela ANATEL, quais sejam:

3.1.1.1.21.1. Local fixo-fixo para todas as localidades do Estado de Pernambuco (RMR e Interior), Fernando de Noronha, Capitais Brasília e São Paulo;

3.1.1.1.21.2. Local fixo-móvel, para todas as localidades do Estado de Pernambuco (RMR e Interior), Fernando de Noronha, Capitais Brasília e São Paulo;

3.1.1.1.21.3. Longa Distância Fixo-Fixo (DDD);

3.1.1.1.21.4. Longa Distância Fixo-Móvel (DDD); e

3.1.1.1.21.5. Longa Distância Internacional – DDI para os sistemas de conexão com as redes telefônicas públicas fixa e móvel de telecomunicações.

3.1.2 SERVIÇO TRÁFEGO TELEFÔNICO EXTRARREDE REVERSO, DO TIPO DISCAGEM DIRETA GRATUITA (DDG)

3.1.2.1. Serviço de telefonia, adquirido opcionalmente por parte da CONTRATANTE ADERENTE, utilizando o prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, para possibilitar receber ligações telefônicas locais e de todas as cidades e municípios da República Federativa do Brasil, destinadas aos órgãos do Governo do Estado de Pernambuco e Aderentes do Contrato. Esta modalidade de tráfego deverá apresentar as facilidades aos Órgãos CONTRATANTES Aderentes abaixo descritas:

3.1.2.1.1. Permitir restringir as áreas das quais não deseja receber chamadas, devendo os usuários originadores dessas ligações receberem mensagens gravadas com as informações pertinentes;

3.1.2.1.2. Delimitar as Áreas, permitindo restringir o acesso de chamadas originadas em áreas geográficas que não são de seu interesse;

3.1.2.1.3. Permitir o bloqueio dos acessos por chamadas originadas em terminais móveis (celular);

3.1.2.1.4. Permitir a restrição de chamadas originadas por telefone público;

3.1.2.1.5. Permitir o agendamento por horários, data, dia da semana ou origem, neste caso possibilitando definir o local de atendimento das chamadas em função da hora, data, dia da semana ou origem da ligação;

3.1.2.1.6. Possibilitar a distribuição de chamadas (cíclica, sequencial ou percentual) das chamadas entre os diversos pontos de atendimento do órgão aderente, de acordo com sua especificação;

3.1.2.1.7. Permitir o reencaminhamento/direcionamento de chamadas nos casos de congestionamento, linha ocupada e na situação de não responde, para outro ponto de atendimento.

3.1.2.1.8. Disponibilizar na web (internet) relatórios de desempenho do serviço de 0800, apresentando o resultado de indicadores de forma a permitir que sejam adotadas providências em tempo hábil para manter a qualidade do serviço;

3.1.2.1.9. Manter os números 0800 atualmente utilizados pelos CONTRATANTES Aderentes segundo a resolução ANATEL 460 de 19/03/2007 (Regulamento Geral de Portabilidade). A migração do número (portabilidade) não deverá acarretar ônus para a CONTRATANTE.

3.1.2.1.10. Notificar formalmente via os diversos meios de comunicação, mediante acordo prévio com o CONTRATANTE Aderente, sobre a necessidade de ampliação da capacidade de atendimento do 0800, caso os Níveis Mínimos de Serviço contidos neste Termo de Referência não estejam dentro dos padrões especificados para a central de atendimento.

3.1.2.2 O serviço de tráfego extrarrede deverá ser fornecido de acordo com os tipos de ligações previstas pela ANATEL, quais sejam:

3.1.2.2.1. Serviço Fixo Inter Estadual;

3.1.2.2.2. Serviço Fixo Intra Estadual;

3.1.2.2.3. Serviço Fixo Local;

3.1.2.2.4. Serviço Móvel Intra Estadual;

3.1.2.2.5. Serviço Móvel Local;

3.1.2.2.6. Serviço Móvel VC2;

3.1.2.2.7. Serviço Móvel VC3; e

3.1.2.2.8. Serviço Longa Inter Regional Fixo.

3.1.3 SERVIÇO ADICIONAL DE ACESSO SIP (SIP TRUNK)

3.1.3.1. A CONTRATADA deverá instalar, quando contratado pelas CONTRATANTES ADERENTES, links individuais de acesso SIP, conforme as especificações definidas neste Termo de Referência, com preços específicos definidos na tabela de preços.

3.1.3.1.1. A solução deverá ser baseada no protocolo SIP (RFC 3261 da IETF), e cada link individual de acesso SIP fornecido deverá suportar, no mínimo, 30 (trinta) conexões simultâneas para tráfego extrarrede.

3.1.3.1.2. A solução deverá permitir a interligação/ integração com equipamentos do CONTRATANTE ADERENTE por meio de entroncamento SIP TRUNK Padrão, com troca de sinalização SIP.

3.1.3.1.3. Os links individuais de acesso SIP devem possuir capacidade de expansão modular, permitindo que o número de conexões simultâneas seja ampliado em múltiplos de 30 (trinta), com limite de banda contratada ajustável máximo de até 10 Mbps, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

3.1.3.1.2.1. A instalação do serviço de link de acesso SIP deverá ser de até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço (OS), enquanto sua ampliação da capacidade, seja em número de conexões ou largura de banda, quando necessário, deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias corridos após solicitação formal pela CONTRATANTE, sem interrupção dos serviços já contratados.

3.1.3.1.3. A CONTRATADA deverá garantir que cada link de acesso SIP possua largura de banda suficiente para suportar o volume de tráfego contratado, mantendo a qualidade do serviço (QoS) exigida e o desempenho, mesmo em condições de alta demanda.

3.1.3.1.4. Cada link de acesso SIP deverá ser configurado para atender aos padrões de segurança especificados neste Termo de Referência, incluindo suporte a criptografia (TLS e SRTP) e proteção contra ataques cibernéticos, como DoS e fraude de chamadas.

3.1.3.1.5. A CONTRATADA deverá realizar testes de ativação para cada link instalado, garantindo conformidade com as especificações técnicas e o de-

sempenho exigido. Os relatórios dos testes deverão ser apresentados à CONTRATANTE para validação.

3.1.3.1.6. Cada link individual deverá ser integrado ao sistema de monitoramento definido pela CONTRATANTE, incluindo suporte a SNMP v3 com autenticação e criptografia, bem como o fornecimento de logs de eventos.

3.1.3.1.6.1. A CONTRATADA deverá fornecer as informações técnicas necessárias para a integração, incluindo MIBs (Management Information Base), endereços IP e portas de comunicação.

3.1.3.1.6.2. O acesso deverá ser configurado com senha de leitura (read-only) e restrição por IP, garantindo segurança no monitoramento.

3.1.3.1.7. A CONTRATADA será responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos links de acesso SIP, garantindo a continuidade operacional e atendendo a chamados técnicos em conformidade com os prazos estabelecidos nos Níveis Mínimos de Serviço (NMS).

3.1.3.1.8. Os links devem suportar chamadas simultâneas utilizando codecs padrão G.711 a-law e u-law, G.729 e Opus, garantindo interoperabilidade com sistemas existentes e qualidade de áudio. A CONTRATANTE priorizará, sempre que viável tecnicamente, o uso dos codecs G.729 e Opus, devido à maior eficiência no uso da banda, permitindo maior número de chamadas simultâneas em comparação ao codec G.711.

3.1.3.1.9. A CONTRATADA deverá fornecer relatórios mensais contendo dados de utilização, disponibilidade e desempenho dos links individuais instalados, detalhando eventuais falhas ou interrupções.

3.1.3.1.10. Configuração e Operação do Tronco SIP com Faixa de Numeração

3.1.3.1.10.1. Suporte à Faixa de Numeração:

3.1.3.1.10.1.1. O tronco SIP deverá suportar a alocação e configuração de faixas de numeração fornecidas pela CONTRATANTE, de acordo com os padrões regulamentados pela ANATEL e pela UIT-T.

3.1.3.1.10.1.2. A CONTRATADA deverá garantir que a faixa de numeração alocada seja configurada de forma a permitir chamadas originadas e recebidas sem restrições técnicas ou administrativas, salvo restrições regulamentares impostas pela ANATEL.

3.1.3.1.10.2. Requisitos de Configuração Técnica:

3.1.3.1.10.2.1. Suporte à autenticação por credenciais SIP para segurança do tronco.

3.1.3.1.10.2.2. Configuração para permitir redundância e alta disponibilidade, com fallback para rotas alternativas em caso de falha de conexão primária.

3.1.3.1.10.2.3. Capacidade de registrar múltiplos números ou faixas de numeração em um único tronco.

3.1.3.1.10.2.4. Suporte a codecs padrão (G.711, G.729 e Opus), priorizando codecs mais eficientes conforme definido no item 3.1.3.1.8.

3.1.3.1.10.3. Compatibilidade com Requisitos de Rede:

3.1.3.1.10.3.1. O tronco SIP deverá ser configurado para funcionar em redes protegidas por NAT (Network Address Translation) e firewalls, com suporte aos protocolos STUN/TURN e ICE, quando necessário.

3.1.3.1.10.3.2. Deverá ter garantia de interoperabilidade com dispositivos e sistemas VoIP que utilizem os protocolos padrão SIP RFC 3261.

3.1.3.1.10.3.3. Deverá priorizar pacotes de voz (ToS/DSCP) na rede de transporte, a fim de garantir baixa latência e jitter, além de evitar perda de pacotes atendendo aos Níveis Mínimos de Serviço e Requisitos de Qualidade de Serviço (QoS) estabelecidos neste Termo de Referência.

3.1.3.1.11. Formato de Números no Tronco SIP

3.1.3.1.11.1. Todos os números de telefone configurados e utilizados no tronco SIP, tanto para chamadas originadas quanto recebidas, deverão obedecer ao padrão internacional E.164, conforme definido pela UIT-T.

3.1.3.1.11.2. O formato de números deverá incluir o código do país (por exemplo, +55 para o Brasil), seguido pelo código de área e o número local, sem caracteres adicionais como parênteses, traços ou espaços.

3.1.3.1.11.3. A CONTRATADA deverá garantir que seu sistema seja capaz de realizar conversões de formato de numeração (Dial Plan) automaticamente, para adequar-se às exigências de sistemas legados ou das operadoras envolvidas.

3.1.3.1.11.4. O tronco SIP deverá validar números de entrada e rejeitar aqueles que não estejam em conformidade com o padrão E.164, retornando a mensagem de erro SIP adequada ao emissor.

3.1.3.1.11.5. A CONTRATADA deve configurar o tronco SIP para tratar corretamente números portados, garantindo interoperabilidade com bases de dados de consulta (consulta prévia ou dip-charging).

3.1.4. Da Segurança

3.1.4.1. A CONTRATADA será responsável por implementar políticas de segurança robustas para proteger a comunicação SIP contra acessos não autorizados, interceptações e ataques cibernéticos, incluindo:

3.1.4.1.1. Criptografia de sinalização e mídia utilizando TLS (Transport Layer Security) e SRTP (Secure Real-time Transport Protocol);

3.1.4.1.2. Autenticação segura para todos os terminais SIP conectados à solução.

3.1.4.2. A infraestrutura deverá ser protegida contra ataques de negação de serviço (DoS/DDoS), spoofing, manipulação de headers SIP e outras vulnerabilidades conhecidas.

3.1.4.3. Atender todos os requisitos de segurança para conexões do tipo SIP Padrão (RFC 3261).

3.1.4.4. A CONTRATADA deverá implementar políticas de segurança robustas, incluindo a configuração de firewalls SIP em sua infraestrutura interna. Esses firewalls devem proteger o tráfego SIP contra ataques como negação de serviço (DoS/DDoS), spoofing e manipulação de headers SIP.

3.1.4.4.1. A gestão e manutenção e atualização desses firewalls serão de total responsabilidade da CONTRATADA, devendo garantir proteção eficaz sem acesso direto aos dispositivos pela CONTRATANTE;

3.1.4.4.2. As políticas de segurança aplicadas deverão ser documentadas e submetidas à CONTRATANTE, incluindo descrição das medidas de mitigação e os procedimentos de resposta a incidentes.

3.1.4.5. A CONTRATADA deverá realizar auditorias regulares de segurança e corrigir eventuais vulnerabilidades identificadas.

3.1.4.6. Todas as configurações e logs deverão ser armazenados em sistemas seguros, garantindo rastreabilidade e conformidade com as políticas de segurança da informação do projeto durante todo o período do contrato.

3.1.4.7. A CONTRATADA deverá se submeter às políticas de segurança vigente pelo Poder Executivo Estadual.

3.1.5. Do Gerenciamento e Monitoramento

3.1.5.1 A CONTRATADA deverá assegurar que os equipamentos fornecidos estejam configurados e habilitados para atender às solicitações da CONTRATANTE, permitindo o monitoramento e gerenciamento por meio de comunidades SNMP v3 configuradas para CONTRATANTE. Esses equipamentos deverão integrar-se ao sistema de monitoramento utilizado pela equipe de Operação da rede designada pela CONTRATANTE, garantindo a integridade, a segurança e a confiabilidade das informações monitoradas.

3.1.5.1.1. As configurações SNMP deverão incluir autenticação e criptografia, seguindo as melhores práticas de segurança do protocolo SNMP v3, protegendo os dados gerados durante o monitoramento.

3.1.5.2. A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, quando solicitada, as seguintes configurações e acessos:

3.1.5.2.1 Senha de leitura (read-only) para todos equipamentos fornecidos;

3.1.5.2.2 Informações detalhadas para configuração de traps SNMP v3, incluindo endereços IP, portas de comunicação e detalhes técnicos específicos;

3.1.5.2.3 Logs de eventos, alertas e estatísticas relevantes para a operação, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, com retenção para todo o período contratual;

3.1.5.2.4. Fornecer Documentação técnica detalhada contendo as informações necessárias para integração e monitoramento dos equipamentos, incluindo descrições de MIBs (Management Information Base) e configurações de traps.

3.1.5.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios regulares de desempenho e falhas, acessíveis à CONTRATANTE, para garantir transparência e acompanhamento contínuo da operação.

3.1.6. Da Proteção de Dados e Privacidade

3.1.6.1. A CONTRATADA deverá assegurar que todas as chamadas e registros de tráfego sejam tratados em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

3.1.6.2. Os dados de chamadas devem ser armazenados em ambiente seguro e acessíveis apenas por pessoal autorizado, conforme normas de segurança da informação.

3.1.7. Portabilidade e Migração de Números Telefônicos

3.1.7.1. A CONTRATADA deverá realizar, sem custo adicional para a CONTRATANTE, a portabilidade numérica de todos os números telefônicos fixos atualmente em uso pela Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, conforme regulamentação vigente da ANATEL, garantindo a preservação integral do plano de numeração atual.

3.1.7.2. A portabilidade numérica deverá ser realizada em janelas programadas e previamente acordadas com a CONTRATANTE, garantindo a continuidade dos serviços em operação e minimizando impactos para os usuários.

3.1.7.3. A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE um plano detalhado de migração, incluindo:

- Cronograma de execução para a portabilidade.
- Procedimentos de contingência para minimizar impactos em caso de falhas.
- Identificação de pontos de contato técnicos e operacionais para suporte durante a portabilidade.

3.1.7.4. A CONTRATADA deverá garantir que a operação dos números portados seja realizada com qualidade, sem degradação de serviços, e totalmente integrada à nova infraestrutura fornecida.

3.1.7.5. Todos os números portados deverão estar configurados para operação plena, incluindo funcionalidades como Discagem Direta a Ramal (DDR), identificação de chamadas (BINA), e atendimento aos requisitos de segurança e gerenciamento previstos neste Termo de Referência.

3.1.7.6. Em casos de necessidade de alteração ou expansão do plano de numeração durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá prover números adicionais, devidamente integrados à Rede Corporativa e sequenciados preferencialmente em blocos contínuos, sendo necessário aprovação prévia da CONTRATANTE;

3.1.7.7. Para portabilidade de Tridígitos Telefônicos a CONTRATADA deverá garantir a portabilidade dos números de telefone de três dígitos atualmente utilizados pela administração pública, conforme regulamentação vigente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

3.1.7.8.. A solução fornecida deve permitir a continuidade do uso dos tridígitos telefônicos já estabelecidos, sem interrupção dos serviços.

3.1.7.9. Em caso de migração para outra operadora ou infraestrutura, a contratada deve garantir a manutenção dos números curtos sem impacto para os usuários.

3.1.7.10. A tecnologia adotada deve assegurar a plena funcionalidade dos números portados em todas as redes de telefonia fixa e móvel.

3.1.7.11. A CONTRATADA deve oferecer suporte técnico contínuo para a manutenção da portabilidade, garantindo atendimento a eventuais falhas ou inconsistências.

3.1.7.12. A portabilidade dos tridígitos deve atender às normas da ANATEL e demais órgãos reguladores pertinentes.

3.1.7.13. A CONTRATADA será responsável por todas as atividades técnicas, administrativas e operacionais necessárias à portabilidade, incluindo contato com os operadores de origem, a CONTRATANTE Principal e as CONTRATANTES Aderentes, sempre que necessário, e o cumprimento de prazos regulatórios, devendo garantir total conformidade com a Resolução ANATEL nº 460/2007.

3.1.7.14. A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico dedicado durante todo o processo de portabilidade e nos 15 (quinze) dias subsequentes à sua conclusão.

3.2 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.2.1. Local de Prestação e Disponibilidade

3.2.1.1. Os serviços contratados serão prestados na sede da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI (Avenida Rio Capibaribe, 147, São José. Recife-PE. CEP: 50020-080), implementados no núcleo (core) da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco.

3.2.1.2. A operação do serviço deverá ser ininterrupta, com disponibilidade de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o ano, garantindo continuidade operacional, qualidade de serviço e alta disponibilidade (HA).

3.2.2. Início da Execução e Responsabilidades da CONTRATADA

3.2.2.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço (OS) pelas CONTRATANTES ADERENTES.

3.2.2.2. Para a perfeita execução dos serviços contratados, a CONTRATADA deverá fornecer, sem custos adicionais, todos os materiais, infraestrutura e componentes elétricos necessários da sua solução ofertada, incluindo:

3.2.2.2.1. Racks e equipamentos de interconexão;

3.2.2.2.2. Componentes de infraestrutura elétrica necessários à alimentação dos dispositivos;

3.2.2.2.3. Ferramentas e utensílios técnicos específicos para instalação e manutenção;

3.2.2.2.4. Dispositivos de proteção e redundância, garantindo a continuidade do serviço;

3.2.2.2.5. Elementos de segurança física e lógica, conforme especificado no Termo de Referência.

3.2.2.3. Sempre que necessário, a substituição ou reposição de recursos críticos deverá ser realizada imediatamente, assegurando a continuidade dos serviços, em total conformidade com as diretrizes estabelecidas no Termo de Referência.

3.2.3. Prazos para Migração e Implantação

3.2.3.1. A migração e implantação completa da Solução de Tráfego Telefônico Extrarrede e Extrarrede Reverso em alta disponibilidade (HA) para a Rede Corporativa do Estado de Pernambuco deverá ser concluída em até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (OS) pela CONTRATANTE ADERENTE.

3.2.3.2. Caso a CONTRATADA não cumpra o prazo estabelecido para a migração da solução, de até 60 (sessenta) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço (OS), e não apresente justificativa técnica fundamentada, expressamente aceita pelo Gestor do Contrato, a ocorrência será encaminhada para apuração, podendo resultar na aplicação de penalidades administrativas, conforme previsto neste Termo de Referência.

3.2.3.3. Após a homologação do serviço e início da operação, descumprimentos dos parâmetros de qualidade, níveis mínimos de serviço, solicitações ou falhas operacionais poderão resultar na aplicação de glosas financeiras, conforme estabelecido no **ADENDO II - Níveis Mínimos de Serviço (NMS)**.

3.2.4. Processo de Homologação da Solução

3.2.4.1. A CONTRATADA deverá submeter as ordens de serviços à homologação técnica junto à **equipe de Operação de Serviços designada pela CONTRATANTE**.

3.2.4.2. A homologação técnica será realizada com base em testes de conformidade, segurança e desempenho, assegurando que os serviços implementados estão em conformidade com as exigências contratuais e níveis de serviço estabelecidos no Termo de Referência.

3.2.4.3. Se forem identificadas não conformidades, a Operação de Serviços da CONTRATANTE ou a própria CONTRATANTE não aceitará a entrega da

ordem de serviço, impedindo seu aceite até que todas as correções sejam integralmente concluídas e devidamente validadas. O prazo de migração/instalação continuará em contagem normal, sem interrupções, até que o serviço esteja totalmente em conformidade com os requisitos estabelecidos.

3.2.4.4. O serviço somente será aceito para operação oficial após o aceite da ordem de serviço por parte do Gestor e Fiscal do contrato da CONTRATANTE, que deverá avaliar os seguintes itens:

3.2.4.4.1. Conformidade técnica da solução com as especificações do TR;

3.2.4.4.2. Testes de funcionalidade e desempenho da infraestrutura instalada;

3.2.4.4.3. Garantia de segurança da solução e proteção dos dados;

3.2.4.4.4. Registro de incidentes ocorridos na implantação;

3.2.5. Divergências Técnicas e Operacionais

3.2.5.1. Em caso de divergências técnicas ou operacionais entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, prevalecerá a interpretação técnica da CONTRATANTE, com base nos parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência.

3.2.5.2. A CONTRATADA não poderá se eximir das obrigações contratuais alegando divergências técnicas, devendo atender integralmente às exigências da CONTRATANTE.

4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.1. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1. O valor estimado mensal para a contratação é de **R\$322.851,17 (trezentos e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta e um reais e dezessete centavos)** perfazendo o valor estimado global de **R \$ 3.874.214,04 (três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e quatorze reais e**

quatro centavos), para 12 (doze) meses, distribuídos conforme quadro do anexo B deste Termo de Referência.

4.1.2. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem, excetuando o tributo do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), sendo a CONTRATANTE isenta desta contribuição, conforme DECRETO Nº 44.650, de 30 de junho de 2017 Art. 101. inciso IV.

4.1.3. Os preços finais unitários e totais propostos pelos LICITANTES não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4.2. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.1. As despesas decorrentes da instalação e operacionalização dos serviços de Tráfego Telefônico Extrarrede e Extrarrede Reverso, serão suportadas pelas DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, no Elemento 3.3.90.39: Serviços de Terceiros–Pessoas Jurídicas, no elemento 3.3.90.39.27 para despesas relativas aos serviços despesas consumo de infraestrutura da rede, internet corporativa, serviço de operação, acesso dedicado; e no elemento 3.3.90.39.32 para despesas decorrentes da utilização dos serviços de telefonia móvel (celular), ou à conta das disponibilidades orçamentárias e financeiras das entidades que não dependem do Tesouro

4.2.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita mediante apostilamento, no início de cada exercício financeiro, sob pena de rescisão antecipada do contrato.

4.3. JUSTIFICATIVA PARA NÃO APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.3.1. Em regra, contratação de serviços com itens ou lotes de valores estimados iguais ou inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta) mil reais devem ser objeto de licitações exclusivas para ME, EPP e MEI (cota exclusiva), nos termos do art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006.

4.3.2. Considerando que não há lote de valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação **não possui lote exclusivo à participação** de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.

5. DA LICITAÇÃO

5.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, REGIME DE EXECUÇÃO E MODO DE DISPUTA

5.1.1. A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL.

5.1.2. O objeto será executado por meio do regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

5.1.3. O modo de disputa a ser utilizado é o aberto.

5.1.3.1. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que escolha pelo Pregão Eletrônico em modo de disputa aberto proporciona maior competitividade, transparência e celeridade ao processo, permitindo lances sucessivos entre os LICITANTES. O critério de julgamento por menor preço global assegura a contratação do serviço pelo valor mais vantajoso, e o regime de empreitada por preço global oferece previsibilidade e controle dos custos envolvidos, em conformidade com o art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21 e o art. 17, inciso XIII, do Decreto Estadual nº 53.384/2022.

5.2. PROPOSTA

5.2.1 PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

5.2.1.1 As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública, independente de declaração da LICITANTE.

5.3. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

5.3.1 . HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.3.1.1. Além das disposições sobre este tema, detalhado no Edital do presente certame, a LICITANTE vencedora deverá apresentar o seguinte documento como condição obrigatória para a formalização do contrato:

5.3.1.1.1. Termo de direito/Delegação/Autorização/Concessão/Outorga de operação expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, conforme estabelecido no Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução Anatel nº 426, de 09 de dezembro de 2005, com outorga de operação no Estado de Pernambuco.

5.3.2 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.3.2.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, em nome da LICITANTE, expedidos por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.3.2.1.1. Para fins de comprovação, os atestados/certidões devem evidenciar a experiência da LICITANTE na implementação e operação de serviços de telefonia fixa comutada (STFC), escoamento de tráfego extrarrede, portabilidade numérica, serviço de 0800 ou serviços relacionados à tarifação e integração com redes públicas de telecomunicações.

5.3.2.1.2. Será considerado compatível com a quantidade os atestados ou certidões que apresentarem, no mínimo, **10% (dez por cento)** das quantidades estimadas do total de minutos desta licitação para o TRAFÉGO EXTRARREDE e o EXTRARREDE REVERSO.

5.3.2.1.3. Para fins de aferição do percentual mínimo de **10% (dez por cento)** relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

5.3.2.1.4. Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados/certidões, pelo volume estimado de tráfego e portabilidade, garantindo a capacidade técnica e operacional da LICITANTE para atendimento seguro às demandas contratadas.

5.3.2.1.5. A LICITANTE deverá apresentar declaração formal, emitida em papel timbrado e assinada por seu representante legal, contendo a relação dos municípios da área de abrangência do Estado de Pernambuco que possuem cobertura para os serviços contratados, bem como o compromisso de atender integralmente à cobertura exigida durante a execução do contrato, dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos para implantação, seja por meio de rede própria ou de terceiros, em conformidade com a regulamentação vigente da ANATEL.

5.3.3 Vistoria Prévia

5.3.3.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, pois o objeto possui itens de serviços que serão prestados localmente na SEDE da ATI, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

5.3.3.2. A vistoria deverá ocorrer até o dia anterior à data da abertura do certame, no horário das 09:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira (estabelecer outro intervalo, se for o caso), por representante legal da empresa participante ou responsável técnico, por meio de agendamento prévio, a ser realizado em dias úteis, no horário de 09:00 às 16:00hrs, com o setor GRC – Gerência de Rede e Conectividade pelo telefone (81) 3181-8100 ou por pelo e-mail comtectelematica@ati.pe.gov.br ou outro colaborador indicado pela GRC – Gerência de Rede Corporativa da ATI.

5.3.3.3. Durante a vistoria, a LICITANTE deverá observar, entre outros aspectos, o grau de dificuldade para execução dos serviços, diagnóstico dos requisitos necessários para prestação desses, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento dos mesmos.

5.3.3.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros LICITANTES.

5.3.3.5. O LICITANTE deverá atestar, sob pena de inabilitação, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo de declaração constante no **Anexo III do edital – Declaração de Conhecimento das Condições Locais para o Cumprimento das Obrigações**.

5.3.3.6. Caso a LICITANTE opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo de declaração constante no **ANEXO D - MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA DE VISTORIA**.

5.3.3.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.3.4 . REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.3.4.1 Os requisitos de qualificação econômico-financeira serão descritos no Edital da presente contratação.

5.3.4.2 **Patrimônio** Líquido OU Capital Social mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor anual estimado para a contratação.

6. DO CONTRATO

6.1. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

6.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. O contrato pode ser prorrogado por iguais

períodos de 12 meses, até o limite de 120 meses, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE

6.2.1. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

6.3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.3.1. Ao final da presente contratação, a empresa deverá, em momento definido pela CONTRATANTE, fornecer todos os recursos necessários (equipamentos, pessoal, soluções de telemática, etc.) para permitir a migração dos serviços prestados até o momento, para o próximo fornecedor do serviço vencedor da licitação seguinte. De tal forma que possibilite realizar tal transição com os menores impactos possíveis ao CONTRATANTE, garantindo os princípios da continuidade do serviço público. Tal procedimento de transição deverá ser estabelecido e acordado entre a CONTRATANTE, a CONTRATADA atual e a futura sucessora. Tal atividade não deverá ter ônus adicionais para a CONTRATANTE.

6.3.2. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

6.3.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos, no momento da assinatura do contrato, os seguintes requisitos :

6.3.2.1.1. Os equipamentos de informática e/ou automação a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 304/2023 ou deverá ser comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

6.4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

6.4.1. Além das obrigações que serão dispostas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação, são requeridas as obrigações específicas dispostas no **ADENDO I - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**.

6.5. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.5.1. Além das obrigações que serão dispostas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação, são requeridas as obrigações específicas dispostas no **ADENDO I - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**.

6.6. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

6.6.1. A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, no percentual de 1% (um por cento) do valor total do CONTRATO, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6.2. As demais disposições sobre o tema serão detalhadas na minuta do contrato, anexo do Edital do presente certame.

6.7. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

6.7.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que subcontratação poderia introduzir riscos à eficiência, continuidade e ao cumprimento dos padrões de desempenho estabelecidos. Serviços de telefonia são regulamentados por normas específicas, e o contratado deve demonstrar conformidade direta com essas exigências, e nesse caso a subcontratação poderia implicar o envolvimento de empresas que não atendam aos mesmos critérios. Ao proibir a subcontratação, evita-se o risco de fragmentação da responsabilidade. Assim, em caso de problemas ou descumprimento do contrato, a administração pública tem um único responsável diretamente vinculado. Por fim, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

6.8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.8.1. As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexo ao Edital deste certame.

6.8.2. A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA se dará por meio de Preposto indicado pela CONTRATADA através de mensagem eletrônica via email, sem prejuízo de outros meios disponíveis.

6.8.3. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para ates- to da Administração nos endereços dos CONTRATANTES Aderentes.

6.8.4. A Gestão do contrato Mater ficará a cargo da CONTRATANTE Secre- taria de Administração (SAD) e dos CONTRATANTES Aderentes dos contra- tos específicos

6.8.5. A Fiscalização do contrato Mater ficará a cargo da Secretaria da Ad- ministração (SAD) e da Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI), e a Fiscalização dos Contratos dos CONTRATANTES ADERENTES ficará a cargo dos Órgãos ADERENTES.

6.8.6. A CONTRATADA deverá manter um Preposto em todo período do contrato, para ser o contato entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE MA- TER e os Órgãos CONTRATANTES ADERENTES, para tratar sobre qualquer eventualidade sobre a execução do Contratos e dos itens do Termo de Re- ferência.

7. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

7.1. As disposições sobre o tema serão detalhadas na minuta do contrato, anexo do Edital do presente certame.

8. DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

8.1. Os indicadores utilizados para avaliação dos serviços prestados, estão descritos no **ADENDO II - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (NMS)**

8.2. O pagamento será parcial ou totalmente glosado, de acordo com os indicadores previstos neste item quando a CONTRATADA não produzir os

resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou quando deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou, ainda, quando os utilizar com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a CONTRATANTE, através do fiscal do CONTRATO, atestará a medição mensal, no prazo de dez (10) dias úteis contados do recebimento do relatório, comunicando à CONTRATADA o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente Nota fiscal ou documento de cobrança equivalente.

9. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

9.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

9.1.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura do instrumento contratual serão previstas no Edital do presente certame.

9.2. SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

9.2.1. As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

10. DAS DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DO SERVIÇO

10.1. DIREITOS AUTORAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL

10.1.1. A CONTRATADA deverá garantir que toda a documentação, configuração e solução técnica fornecidas para a execução do contrato não infrinjam quaisquer direitos autorais, de propriedade intelectual ou patentes de terceiros.

10.1.2. Todo material técnico produzido e utilizado na execução deste contrato, incluindo relatórios, configurações, manuais, diagramas e outros artefatos associados à solução CONTRATADA, será de propriedade exclusiva da CONTRATANTE.

10.2. SIGILO E SEGURANÇA DE DADOS

10.2.1. A CONTRATADA deverá garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações geradas e tratadas na execução dos serviços contratados, observando as diretrizes estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e demais regulamentações aplicáveis.

10.2.2. A CONTRATADA é responsável por implementar políticas, processos e controles que assegurem a segurança da informação, sendo vedado o compartilhamento de dados com terceiros sem autorização expressa da CONTRATANTE.

10.3. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E DOCUMENTAÇÃO

10.3.1. Ao término da vigência contratual ou em caso de rescisão, a CONTRATADA deverá garantir a transferência de conhecimento técnico à CONTRATANTE ou à empresa designada por ela, incluindo treinamento, entrega de manuais, configurações, registros de serviços, relatórios e quaisquer outros documentos necessários à continuidade dos serviços.

10.3.2. Toda a documentação relacionada à solução CONTRATADA deverá ser mantida atualizada e entregue à CONTRATANTE de forma periódica ou sempre que solicitado, garantindo a transparência e rastreabilidade das operações.

10.4. GLOSSÁRIO DE TERMOS ESPECÍFICOS DE TIC

10.4.1. Para assegurar o entendimento claro de termos técnicos utilizados na execução dos serviços, segue o glossário básico aplicável:

- SIP (Session Initiation Protocol): Protocolo de comunicação usado para estabelecer, modificar e encerrar chamadas VoIP e sessões multimídia em redes IP;
- SIP Trunk: Conexão lógica baseada em SIP que permite a comunicação entre um IP-PBX e a operadora para chamadas externas, substituindo linhas telefônicas tradicionais;
- PVF (Ponto de Voz Fixo): Designação dos terminais telefônicos fixos utilizados na Rede Corporativa do Estado de Pernambuco;
- HA (High Availability): Configuração que visa garantir alta disponibilidade e continuidade dos serviços em caso de falhas.

10.5. NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO (NMS)

10.5.1. Os parâmetros de Nível Mínimo de Serviço aplicáveis aos serviços previstos neste contrato estão detalhados no Adendo II – Níveis Mínimos de Serviço (NMS), que deverá ser observado pela CONTRATADA durante toda a vigência contratual.

10.6. ARQUITETURA TECNOLÓGICA E EXPANSÃO

10.6.1. A solução CONTRATADA deve ser implementada em conformidade com a arquitetura tecnológica definida no Termo de Referência, sendo flexível para expansões sem que haja comprometimento do desempenho ou necessidade de substituições significativas.

10.6.2. A CONTRATADA deverá garantir que toda a infraestrutura proposta seja compatível com os padrões tecnológicos vigentes e integre-se plenamente à Rede Corporativa do Estado de Pernambuco.

10.7. MEDIÇÃO E CONTROLE

10.7.1. Os serviços executados deverão ser registrados e monitorados para fins de medição e controle de qualidade, conforme descrito no Termo de Referência.

10.7.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios periódicos que comprovem a conformidade com os indicadores de qualidade e desempenho acordados.

10.8 PODERÃO ADERIR AO CONTRATO:

10.8.1 Todos os Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundacional, do Poder Executivo Estadual, a seguir denominado Contratante Aderente, mediante Contrato de Adesão ao Contrato Mater.

10.8.2 Os Poderes Judiciário e Legislativo Estadual, bem como, o Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Estado, mediante convênios específicos celebrados com o Governo do Estado, e assinatura do Contrato de Adesão, assim como, as Organizações Sociais que mantenham ou venham a manter Contrato de Gestão com o Estado.

10.8.3 Todos os entes denominados CONTRATANTES ADERENTES arcarão com todas as despesas decorrentes dos Termos de Adesão firmados com a CONTRATADA.

10.8.4 A adesão das Organizações Sociais ao Contrato deverá ser devidamente consignada no Contrato de Gestão e contabilizada como aporte de recursos estaduais.

10.8.5 Os órgãos e entidades dos diversos Poderes da esfera Federal localizados no Estado de Pernambuco, mediante convênios específicos celebrados com o Governo do Estado, e assinatura do Contrato de Adesão.

10.8.6 Os órgãos e entidades dos diversos Poderes da esfera Municipal localizados no Estado de Pernambuco, mediante convênios específicos celebrados com o Governo do Estado.

10.9 CONTRATANTES ADERENTES

10.9.1 A CONTRATADA deve considerar todos os Órgãos e Entidades que aderirem ao Contrato de Prestação de Serviços referente ao objeto deste Termo de Referência, como Órgãos Aderentes à Rede Corporativa do Estado. Os Órgãos Aderentes ao formalizar seus respectivos Contratos de Adesão serão considerados CONTRATANTES ADERENTES, passando a ter as responsabilidades previstas neste termo de referência, bem como, passarão a arcar com os pagamentos dos serviços contratados quando efetivamente prestados e atestados pelo Gestor dos serviços no Órgão.

ADENDOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Adendo I – Obrigações da Contratada e da Contratante (74967249)

Adendo II – Níveis Mínimos de Serviço (74967343)

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Anexo A - Estudo Técnico Preliminar (ETP) (74951500)

Anexo B – Quadro Resumo (77468227)

Anexo C – Informações para Dimensionamento da Rede (74969678)

Anexo D – Modelo de Termo de Renúncia de Vistoria (74970121)

Anexo E - Modelo de Proposta (77473389)

Recife, Data de Assinatura no SEI. (77476154)



TERMO DE REFERÊNCIA

ADENDO I - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

PROCESSO Nº 0001210011548.000003/2025-18

1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1.1. A CONTRATADA deve disponibilizar uma pessoa responsável, e um suplente, para ser o seu elo com a CONTRATANTE Principal (SAD) e/ou a CONTRATANTE Aderente Técnica (Agência Estadual de Tecnologia da Informação - ATI), a fim de assegurar a perfeita execução dos serviços contratados.

1.2. A CONTRATADA, deve prover toda a infraestrutura tecnológica e administrativa necessária às operações dos serviços contratados.

1.3. A CONTRATADA deve planejar os serviços de forma a não interferir no andamento normal das atividades desenvolvidas no local e em seu entorno.

1.4. A CONTRATADA deve responder por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações Fiscal, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, inclusive os decorrentes de acidentes de trabalho.

1.5. A CONTRATADA deve responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução dos serviços.

1.6. A CONTRATADA deverá garantir que todos os profissionais envolvidos na execução dos serviços, incluindo funcionários e subcontratados, estejam devidamente identificados por meio de crachá e uniformizados de forma padronizada. Além disso, deverá assegurar que sua equipe técnica esteja equipada com veículos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários, devidamente aferidos, calibrados e em perfeitas condições de uso, conforme as exigências de segurança e qualidade para a prestação dos serviços.

1.7. A CONTRATADA deve executar todos os serviços e instalações de acordo com as especificações e demais equipamentos técnicos que integram este Edital, obedecendo rigorosamente às Normas Técnicas da ABNT e das concessionárias de serviços públicos, e as especificações técnicas contidas em todos os adendos/anexos deste termo.

1.8. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos, materiais e recursos tecnológicos necessários para a implantação, operação e manutenção dos serviços contratados. Isso inclui, mas não se limita a: cabos, calhas, conectores, racks, acessórios, ferramentas e demais insumos essenciais para garantir o pleno funcionamento e a conformidade com as especificações do projeto.

1.9. A CONTRATADA deve entregar, na mais perfeita ordem e limpeza, as instalações, após a execução do objeto do presente Instrumento, deixando o local totalmente limpo em condições de normais de operações técnicas.

1.10. A CONTRATADA deve executar, às suas expensas, as conexões definitivas das instalações às redes públicas conforme especificado neste Termo.

1.11. A CONTRATADA deve armazenar em sistemas seguros, todas as configurações e logs, garantindo rastreabilidade e conformidade com as políticas de segurança da informação do projeto durante todo o período do contrato.

1.12. A CONTRATADA deve executar o controle tecnológico de materiais, componentes e sistemas construtivos (ensaios laboratoriais) para evidenciar o atendimento às Normas Técnicas da ABNT e dos CONTRATANTES ou das concessionárias de serviços.

1.13. A CONTRATADA deve garantir que os prepostos indicados deverão participar da prestação do serviço do objeto contratado, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior.

1.14. A CONTRATADA deve garantir a presença do seu referido preposto nas reuniões gerenciais mensais, realizadas com a CONTRATANTE Principal e com a CONTRATANTE aderente Técnica, para tratar do desempenho e das ocorrências surgidas a cada mês, referentes à Rede Corporativa do Estado de Pernambuco.

1.15. A CONTRATADA deve manter nos locais dos serviços, equipe técnica suficiente, formalmente designada, composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada, com capacidade para assumir perante uma auditoria ou fiscalização a responsabilidade técnica dos mesmos, inclusive com poderes para deliberar sobre qualquer determinação de emergência que se torne necessária.

1.16. A CONTRATADA deve manter nos locais dos serviços a serem instalados e operacionalizados, além da equipe técnica retromencionada, auxiliares necessários ao perfeito controle dos padrões exigidos, assim como promover, às suas expensas e segundo as especificações e normas técnicas, o controle tecnológico dos equipamentos e materiais a serem empregados nos serviços.

1.17. A CONTRATADA deve facilitar a ação da auditoria a quem competir, atendendo as especificações contidas neste Termo, na inspeção dos serviços, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa, bem como sobre os documentos relativos ao processo.

1.18. A CONTRATADA deve entregar à CONTRATANTE Principal e às CONTRATANTES aderentes, quando da entrega dos serviços por parte da CONTRATADA, o Termo de Recebimento correspondente, registrando todas as alterações e complementações efetuadas, caso houver, no decorrer do prazo contratual, observando, obrigatoriamente, as normas da CONTRATANTE Principal.

1.19. A CONTRATADA deve relatar oportunamente à CONTRATANTE Principal e às CONTRATANTES aderentes, ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços.

1.20. A CONTRATADA deve dar à CONTRATANTE Principal e às CONTRATANTES aderentes, imediata ciência de fatos irregulares que venham a ocorrer durante a execução do Contrato.

1.21. A CONTRATADA deve substituir qualquer integrante da equipe técnica, caso esteja alocado nas instalações da CONTRATANTE, durante a execução dos serviços, somente após a anuência da CONTRATANTE Principal e das CONTRATANTES aderentes, mediante a comprovação de experiência equivalente ou superior do substituto proposto.

1.22. A CONTRATADA deve prover os dados necessários para o devido acompanhamento dos processos que se façam necessários durante a execução do objeto desta licitação.

1.23. A CONTRATADA deve disponibilizar à CONTRATANTE, através de diversos meios eletrônicos, as informações atualizadas do andamento da execução dos serviços contratados na forma de Relatórios Gerenciais pertinentes, conforme especificados no Termo de Referência.

1.24. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente todos os prazos e condições estabelecidos para a implantação e operação dos serviços, conforme especificado nos respectivos itens e subitens do Termo de Referência e seus Adendos.

1.25.A CONTRATADA deverá cumprir integralmente os prazos e condições estabelecidos para a portabilidade dos números telefônicos utilizados pelo Governo do Estado de Pernambuco e demais Poderes na prestação dos serviços de Telefonia Fixa, respeitando as normativas da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). A portabilidade deverá ser realizada preservando o plano de numeração vigente e conforme os requisitos especificados nos itens e subitens do Termo de Referência integrante do Edital.

1.25.1 Para os números de atendimento especial, como tridígitos e números 0800, a CONTRATADA deverá garantir a manutenção da numeração e a continuidade operacional dos serviços, observando as regras e procedimentos estabelecidos pela ANATEL para esse tipo de serviço.

1.26. A CONTRATADA deve, em momento definido pela CONTRATANTE Principal, fornecer todos os recursos necessários (equipamentos, pessoal, soluções de telemática etc.) para permitir a migração dos serviços até o momento prestado, para o próximo fornecedor do serviço vencedor da licitação seguinte. De tal forma que possibilite realizar tal transição com os menores impactos possíveis aos CONTRATANTES, garantindo os princípios da continuidade do serviço público. Tal procedimento de transição deverá ser estabelecido e acordado entre a CONTRATANTE, a CONTRATADA atual e a futura. Tal atividade não deverá ter ônus adicionais para a CONTRATANTE.

1.27. A CONTRATADA deve responsabilizar-se, em casos fortuitos e força maior, pelos prejuízos causados aos seus equipamentos disponibilizados.

1.28. A CONTRATADA deve fornecer os recursos técnicos e humanos, operacionais dentro dos requisitos exigidos neste Termo e seus adendos.

1.29. A CONTRATADA deve prover a gestão de manutenção preventiva e corretiva, no seu próprio ambiente, respeitando os limites estabelecidos dos Níveis Mínimos de Serviços (NMS), definidos neste Termo.

1.30. A CONTRATADA deve realizar a manutenção preventiva (diagnóstico padrão, limpeza, verificação de cabos e conectores etc.) dos recursos de telemática, dos serviços da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, visando, proativamente, mantê-los em pleno funcionamento.

1.31. A CONTRATADA deve prover capacidade operacional suficiente para a plena prestação dos serviços de telemática da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, dentro da sua abrangência.

1.32. A CONTRATADA deve arcar com todos os custos relativos aos encargos sociais e obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas da equipe empregada na execução dos serviços, bem como, impostos, taxas, emolumentos, seguros ou outros valores que incidam, direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados.

- 1.33. A CONTRATADA deve responder por danos causados à CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de falhas ou irregularidades na execução dos serviços.
- 1.34. A CONTRATADA deve manter, durante toda execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 1.35. A CONTRATADA deve facilitar o acompanhamento e fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE.
- 1.36. A CONTRATADA é a responsável pelo fornecimento de todos os serviços e recursos especificados nos itens e subitens deste Termo, os quais serão devidamente formalizados a partir de instrumentos contratuais específicos, como Edital e seus Anexos.
- 1.37. A CONTRATADA deve designar formalmente, num prazo de até 10 (dez) dias úteis, a partir da assinatura do contrato, o(s) seu(s) representante(s), que serão o elo entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE Principal Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, o(s) qual(is) deverá(ão) ser responsável(is) pelos assuntos contratuais, bem como, pelos assuntos técnicos associados à qualidade e quantidade da prestação dos serviços contratados.
- 1.38. A CONTRATADA deve fornecer os recursos técnicos, humanos e operacionais, dentro dos requisitos exigidos neste Termo e seus Adendos.
- 1.39. A CONTRATADA deve prover assistência técnica de forma permanente, durante a vigência contratual, evitando gastos adicionais com peças de reposição e manutenção dos equipamentos, isto é, caso ocorra alguma falha, a CONTRATADA garante a substituição do equipamento por um equivalente ou superior, atendendo aos prazos requeridos no nível mínimo de serviço.
- 1.40. A CONTRATADA deve apresentar todas às Notas Fiscais de remessa dos equipamentos de Telemática providos para a prestação de todos os serviços da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, no momento da entrega e aceite, pelos gestores, desses serviços, onde todas as referidas NF de remessa, acima citadas.
- 1.41. A CONTRATADA deve atender as Ordens de Serviços emitidas pela CONTRATANTE, dentro dos requisitos e prazos especificados e exigidos neste Termo.
- 1.42. A CONTRATADA deve considerar os conceitos relacionados neste Termo, no que tange a logística de preparação, entrega, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva dos recursos da solução adotada, na prestação dos serviços contratados da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco.
- 1.43. A CONTRATADA deve providenciar a substituição temporária e/ou permanente, sem ônus para a CONTRATANTE, de todos os recursos técnicos necessários ao funcionamento da solução do serviço contratado, quando na constatação de uma falha.
- 1.44. A CONTRATADA deve realizar todas as configurações, ajustes, substituições e testes necessários dos recursos da solução adotada, para os serviços contratados da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, mantendo os mesmos em condições de pleno funcionamento.
- 1.45. A CONTRATADA deve prover, quando solicitado pela CONTRATANTE, laudo técnico identificando a causa da falha na prestação do serviço contratado e, quando for o caso, identificar o uso indevido por parte do usuário.
- 1.46. A CONTRATADA deve manter sempre atualizadas as informações referentes ao funcionamento dos serviços contratados, tais como status, cliente, local, data, hora etc., acessíveis à CONTRATANTE em sistema via Web.
- 1.47. A CONTRATADA deve utilizar ferramentas, equipamentos e recursos

adequados, para a realização de análise, diagnóstico e correção de eventuais falhas na prestação dos serviços;

1.48. A CONTRATADA, deve prover e manter os recursos e serviços, a serem operacionalizados para Rede Corporativa do Estado de Pernambuco

1.49. A CONTRATADA deve encaminhar aos CONTRATANTES aderentes, até o quinto dia útil do mês subsequente da efetiva execução dos serviços, as Notas Fiscais/Faturas correspondentes à prestação dos serviços contratados, contendo a descrição detalhada de cada serviço, para os devidos atestos e pagamentos, sendo estas através de Sistema via WEB, com possibilidade de extração no formato de planilha eletrônica, impressas, e em meio óptico gravadas no formato de arquivo (.txt), conforme modelo elaborado pela FEBRABAN, versão V3R0 ou mais recente;

1.50. A CONTRATADA deve fornecer ferramentas para controle e gestão de faturas, para o CONTRATANTE aderente, discriminadas e em formato eletrônico de planilha. Os acessos a essa ferramenta devem ser restritos, garantindo que somente cada CONTRATANTE aderente possa recuperar, consultar e manusear os dados do seu Órgão e vinculadas, com exceção da Secretaria de Administração (SAD), que poderá ter os mesmos direitos de acesso para todos os CONTRATANTES aderentes da Administração Pública Estadual.

1.51. A CONTRATADA deve responder a contestação, enviando a fatura, que está momentaneamente suspensa, com uma nova data de vencimento, com prazo de no mínimo 20 (vinte) dias, garantindo que os valores divergentes, caso haja, sejam descontados na fatura posterior.

1.52. A CONTRATADA deve registrar e atualizar todos os dados do faturamento referente aos serviços prestados, no sistema de informações de faturamento da CONTRATADA, visando e permitindo o acompanhamento por parte do CONTRATANTE aderente.

1.53. A CONTRATADA deve ceder à CONTRATANTE, em caráter definitivo, o direito patrimonial das bases de dados, e os respectivos SGBDs (Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados), resultantes dos serviços executados durante a vigência do contrato, entendendo-se por resultados quaisquer bases de imagens, áudios, vídeos, estudos, relatórios, especificações, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, páginas na Intranet e Internet e documentação didática em papel ou em mídia eletrônica.

1.54. A CONTRATADA deve observar o Marco Civil da Internet (LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014) que fala da Proteção aos Registros, aos Dados Pessoais e às Comunicações Privadas, da Da Guarda de Registros de Conexão, da Da Guarda de Registros de Acesso a Aplicações de Internet na Provisão de Conexão, Da Guarda de Registros de Acesso a Aplicações de Internet na Provisão de Aplicações, Da Responsabilidade por Danos Decorrentes de Conteúdo Gerado por Terceiros, Da Requisição Judicial de Registros e da ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO.

1.55. A CONTRATADA deve manter processo de elaboração de inventário de ativos, à semelhança das orientações contidas na NBR ISO/IEC 27.002, item 7.1 - Inventário de ativos. A base com estas informações deve ser acessível à CONTRATANTE.

1.56. A CONTRATADA deve manter processo de classificação da informação, à semelhança das orientações contidas na NBR ISO/IEC 27002, item 5.12 - Classificação da Informação, processo necessário segundo o Decreto Nº 7.845/2012, Capítulo III, Do Tratamento de Informação Classificada. Esta classificação da informação deve ser acessível à CONTRATANTE.

1.57. A CONTRATADA deve manter processo de gestão de riscos de segurança da informação, à semelhança das orientações contidas na NBR ISO/IEC 27005 - Gestão

de riscos de segurança da informação, item 8.2 - Avaliação do risco de segurança da informação. Este item fornece diretrizes sobre como identificar, avaliar e tratar riscos relacionados à segurança da informação.

1.58. A CONTRATADA deve nomear responsável pela segurança da informação, à semelhança das orientações contidas na ISO/IEC 27002:2022, Controle 5.2 aborda a implementação e gestão de responsabilidades de segurança da informação.

1.59. A CONTRATADA deve seguir as políticas de segurança da informação que forem desenvolvidas no item de evolução de maturidade em segurança da informação, à semelhança das orientações contidas na NBR ISO/IEC 27.002 - Política de segurança da informação.

1.60. A CONTRATADA deve dar ciência à CONTRATANTE, formal e imediatamente, sobre qualquer anormalidade verificada referente à propriedade, sigilo e segurança das informações durante a prestação dos serviços.

1.61. A CONTRATADA deve guardar inteiro sigilo dos dados processados, reconhecendo serem estes de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, sendo vedada à sua cessão, locação ou venda a terceiros sem prévia autorização formal da CONTRATANTE Principal.

1.62. A CONTRATADA deve zelar por si e por seus sócios, empregados e subcontratados pela manutenção do sigilo absoluto sobre os dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de que eventualmente tenham conhecimento ou acesso em razão dos serviços executados.

1.63. A CONTRATADA deve estar cientes de que a estrutura computacional da CONTRATANTE não poderá ser utilizada para fins particulares.

1.64. A CONTRATADA deve entregar à CONTRATANTE toda e qualquer documentação produzida decorrente da prestação de serviços, objeto desta licitação, bem como, ceder à CONTRATANTE, em caráter definitivo e irrevogável, o direito patrimonial e a propriedade intelectual dos resultados produzidos durante a vigência do contrato e eventuais aditivos, entendendo-se por resultados quaisquer estudos, relatórios, especificações, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, páginas na Intranet e documentação, em papel ou em qualquer forma web, arquivo eletrônico ou mídia eletrônica.

1.65. A CONTRATADA deve informar à CONTRATANTE sobre qualquer acesso indevido, invasão ou ataque sofrido nos servidores ou serviços onde estejam hospedados cada solução CONTRATADA.

1.66. A CONTRATADA deve instalar e operacionalizar todos os serviços, conjuntamente com a CONTRATADA dos serviços ofertados na solução da nova Rede, até a completa finalização da assunção de todos os serviços para Rede Corporativa do Estado de Pernambuco.

1.67. A CONTRATADA, deve fornecer e manter a versão mais recente de todos os componentes (hardware e software) das soluções CONTRATADAS.

1.68. A CONTRATADA deve fornecer AS Built com toda documentação técnica completa e original de todos os componentes fornecidos da prestação dos serviços, quando solicitado pela CONTRATANTE, em língua portuguesa, em meio impresso e/ou meio eletrônico. Quaisquer atualizações da documentação devem ser fornecidas, sem ônus para a CONTRATANTE, durante a vigência do contrato.

1.69. A CONTRATADA deve realizar a configuração de todos os equipamentos fornecidos nas soluções da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco e a integração ao ambiente atual da nova Rede.

1.70. A CONTRATADA deve realizar vistoria no ambiente da CONTRATANTE aderente,

quando da instalação de novos serviços, para levantamento de dados do referido ambiente e adequação dos mesmos, conforme exigências deste Termo.

1.71. Para ampliações ou atualizações de Pontos de Voz Fixos, a CONTRATADA deve fornecer novas faixas de numeração, onde estes números devem ser sequenciados e com sequências exclusivas para os usuários da Rede do Governo de Pernambuco respeitando legislação vigente.

1.72. A CONTRATADA deve manter os técnicos encarregados dos serviços de manutenção e assistência técnica previamente relacionados, para ter livre acesso aos recursos inerentes à prestação dos serviços da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, a fim de executar os serviços de manutenção, respeitando as normas de segurança vigentes e as da CONTRATANTE aderente.

1.73. A CONTRATADA deve apresentar à CONTRATANTE aderente, um número de controle para cada atendimento preventivo ou corretivo.

1.74. A CONTRATADA deve entregar lista dos profissionais, juntamente com as cópias de suas identidades funcionais, com foto, aos gestores de cada CONTRATANTE aderente, de modo que sejam devidamente cadastrados para acesso às suas dependências. Esta lista deverá ser atualizada e redistribuída sempre que houver alteração no quadro funcional da CONTRATADA.

1.75. A CONTRATADA deve disponibilizar telefone e endereço eletrônico de atendimento para abertura de chamados, visando o atendimento das demandas no período citado neste Termo.

1.76. A CONTRATADA deve garantir que toda a interação com relação a abertura de chamados, manutenção programada e registro de ocorrências, deve ser realizada através do serviço de monitoramento e gerenciamento utilizado pela equipe de Operação da rede designada pela CONTRATANTE, para ter um único ponto de Gestão de Demandas e Registro de Ocorrências;

1.77. A CONTRATADA deve encaminhar um técnico para prestação de suporte local (on site), quando houver falha(s) na prestação do(s) serviço(s), sem custos adicionais, caso o atendimento remoto não seja efetivo na resolução dos chamados.

1.78. A CONTRATADA deve disponibilizar, nos diversos meios de comunicação (help-desk, sistema de acompanhamento de chamados etc.) informações ao CONTRATANTE sobre a situação de atendimento do chamado técnico, o diagnóstico, as providências adotadas e/ou implementadas e a data e hora da solução do incidente.

1.79. A CONTRATADA deve consolidar e entregar aos CONTRATANTES aderentes relatórios com informações gerenciais e de acompanhamento do atendimento dos Níveis Mínimos de Serviço contratados.

1.80. A CONTRATADA deve entregar o relatório de ocorrências até o vigésimo dia do mês subsequente ao período de apuração, de acordo com as especificações deste Termo.

1.81. A CONTRATADA deve fornecer relatórios específicos para cada CONTRATANTE, contendo as informações relativas aos serviços contratado, de acordo com as especificações deste Termo.

1.82. A CONTRATADA será a responsável pelo fornecimento de todos os serviços e recursos especificados nos itens e subitens deste Termo, o qual será devidamente, formalizado a partir de instrumentos contratuais específicos, conforme Edital e seus anexos.

1.82.1. Relatórios de Análise de Causa Raiz para Incidentes Críticos:

1.82.1.1. A CONTRATADA, em colaboração com os fabricantes, quando necessário, deverão disponibilizar relatórios detalhados de análise de causa raiz para todos os incidentes críticos (prioridade máxima) relacionados aos produtos adquiridos. Esses relatórios deverão apresentar recomendações claras de correção e prevenção.

1.82.2. Teleconferências Periódicas com o Fabricante:

1.82.2.1. Quando solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá organizar teleconferências periódicas com o ponto focal de fabricantes utilizados na solução, a fim de discutir o status de todos os tickets abertos. Essas reuniões deverão abordar a evolução dos chamados, os próximos passos e qualquer recomendação técnica adicional que possa otimizar a operação.

1.82.3. Comunicação de Questões Críticas Relacionadas aos Produtos:

1.82.3.1. Os fabricantes, por meio da CONTRATADA, deverão comunicar prontamente à CONTRATANTE quaisquer questões críticas relacionadas aos produtos sob sua responsabilidade que possam impactar o ambiente da CONTRATANTE. Esta comunicação incluirá a emissão de boletins técnicos e notificações sobre vulnerabilidades, atualizações críticas ou outras questões relevantes.

1.83. A CONTRATADA deve atender obrigatoriamente a todos os requisitos, prazos e especificações técnicas, para prestação dos serviços da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco.

1.84. As obrigações acima listadas não excluem outras eventualmente listadas no Termo.

2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2.1. A CONTRATANTE Principal possui as seguintes obrigações:

2.1.1. Prestar assessoramento no dimensionamento dos valores físicos e financeiros dos serviços contratados;

2.1.2. Padronizar e formalizar as demandas e solicitações realizadas pelos CONTRATANTES aderentes;

2.1.3. Controlar os fluxos contratuais junto aos Órgãos de Controle do Governo, bem como, junto a CONTRATADA e aos CONTRATANTES aderentes;

2.1.4. Controlar, através da emissão de Ordens de Serviço, os limites contratuais Rede Corporativa do Estado de Pernambuco como um todo;

2.1.5. Avaliar as condições do atendimento dos serviços de telemática, propor melhorias e estabelecer modelos visando a melhor execução destes serviços;

2.1.6. Prover informações gerenciais referentes aos resultados dos serviços prestados pela Rede Corporativa do Estado de Pernambuco;

2.1.7. Gerenciar e dar suporte ao controle da capacidade disponibilizada pelos recursos tecnológicos integrantes dos serviços contratados através da nova Rede, prestando assessoramento nas questões de qualidade, desempenho e inovação tecnológica, bem como, avaliando e aprovando os planos de implantação e o dimensionamento dos recursos técnicos para atendimento às solicitações;

2.1.8. Acompanhar e analisar os registros das ocorrências, dos fatos relevantes e dos níveis de qualidade contratados, utilizando-se da solução de Sistemas Gerenciais previstos e dos relatórios emitidos.

2.1.9. Instaurar o processo de aplicação de penalidades para os casos de falhas e/ou

atrasos na execução dos serviços da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco e/ou que atinjam um ou mais de um CONTRATANTE aderente.

2.2. A CONTRATANTE aderente Técnica tem como responsabilidade a Gestão Técnica Corporativa da nova Rede, contratando, hospedando e gerenciando os serviços de uso compartilhado, sendo suas obrigações:

2.2.1 Efetuar os pagamentos relativos aos serviços formalmente contratados específicos à sua competência como Gerente Técnica da nova Rede, mediante efetiva comprovação dos serviços prestados aos órgãos do Poder Executivo, que dependem de recursos do Tesouro Estadual;

2.2.2 Adotar medidas visando um eficaz relacionamento com os fornecedores de serviços de telemática, de forma a ensejar o melhor desempenho e a melhor qualidade na prestação dos serviços contratados;

2.2.3 Fazer o acompanhamento da execução dos serviços contratados;

2.2.4 Analisar as questões relacionadas com o desenvolvimento dos serviços de telemática, identificando eventuais problemas e propondo medidas preventivas e corretivas;

2.2.5 Prestar apoio técnico aos usuários, acompanhando todos os serviços em fase de implantação, como também verificar e avaliar os serviços instalados e em operação;

2.2.6 Fornecer à SAD e às CONTRATANTES aderentes informações gerenciais e sobre fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra qualquer fornecedor dos serviços da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, ou mesmo à rescisão do contrato;

2.2.7 Controlar e avaliar tecnicamente os serviços solicitados através das Ordens de Serviços formalizadas, bem como o acompanhamento da execução técnica destes serviços;

2.2.8 Acompanhar a execução das Ordens de Serviços, verificando, registrando, controlando suas conclusões e os eventos e ocorrências relacionados a estas, facilitando a interlocução entre os CONTRATANTES aderentes e a CONTRATADA, tendo como objetivo a efetiva conclusão dos serviços solicitados dentro dos requisitos exigidos;

2.2.9 Receber os serviços, observando os requisitos técnicos associados aos mesmos, em conformidade com todas as exigências especificadas nos itens e subitens deste Termo e seus Adendos;

2.2.10 Fornecer dados estatísticos referentes à utilização dos recursos da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco;

2.2.11 Registrar formalmente às ocorrências e as falhas ocorridas nos serviços da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco;

2.2.12 Gerenciar, administrativamente e tecnicamente, as soluções operacionalizadas pela Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, hospedando o conjunto no ambiente operacional denominado de Centro Integrado de Inteligência e Segurança Cibernética, que também atenderá as demandas repassadas via Service desk;

2.2.13 Deverá, durante o período de assunção da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco de telemática, realizar imediatamente a retirada e/ou redução dos níveis dos serviços compartilhados da nova Rede à medida que os serviços da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco forem sendo ativados;

2.2.14 Responsabilizar-se, em casos de danos decorridos por culpa da

CONTRATANTE, roubos ou furto, pelos prejuízos causados aos equipamentos disponibilizados pela CONTRATADA, quando estes localizados em propriedades da CONTRATANTE, na execução dos serviços objeto deste Contrato, sendo seu valor cobrado com base nos preços praticados pelo mercado para um novo equipamento, igual ou similar, devendo ser apresentada a CONTRATANTE Principal, documento de cotação entre três empresas para obtenção do melhor preço e a Nota Fiscal da compra efetuada.

2.3. Os CONTRATANTES aderentes têm as seguintes obrigações:

2.3.1. Realizar a previsão orçamentária e financeira para lastrear os pagamentos dos serviços contratados, em conformidade com os respectivos exercícios financeiros, diretrizes e legislação vigente no âmbito dos Poderes que integram;

2.3.2. Formalizar o Termo de Adesão ao Contrato Mater nos prazos estipulados pela CONTRATANTE Principal;

2.3.3. Relacionar os serviços a serem contratados através do Adendo ao Termo de Adesão ao Contrato Mater;

2.3.4. Formalizar as Ordens de Serviços referente aos serviços solicitados nos seus respectivos Termos de Adesão;

2.3.5. Acompanhar a execução dos serviços solicitados, atestar e arcar com os devidos pagamentos dos serviços efetivamente executados;

2.3.6. Realizar as possíveis contestações de faturas, caso haja, suspendendo o pagamento e aguardando a resposta da CONTRATADA.

2.3.7. Efetuar os pagamentos relativos aos serviços contratados, mediante efetiva comprovação e atesto dos serviços prestados;

2.3.8. Atender às orientações e regras formalizadas pela CONTRATANTE Principal e pela CONTRATANTE aderente Técnica;

2.3.9. Designar servidor para cumprir a função de Gestor de Telemática, o qual deverá ser responsável pelos assuntos contratuais, orçamentários, financeiros, técnicos e operacionais, respectivamente, fiscalizando a execução físico-financeira, bem como, a qualidade da prestação dos serviços contratados de acordo com a legislação vigente;

2.3.10. Responsabilizar-se, em casos de danos decorridos por culpa da CONTRATANTE aderente, nos casos de mau uso, roubo ou furto, pelos prejuízos causados aos equipamentos disponibilizados pela CONTRATADA quando estes localizados em propriedades da CONTRATANTE aderente, na execução dos serviços objeto deste Contrato, sendo seu valor cobrado com base nos preços praticados pelo mercado para um novo equipamento, igual ou similar, devendo ser apresentada a CONTRATANTE Principal, documento de cotação entre três empresas para obtenção do melhor preço e a Nota Fiscal da compra efetuada;

2.3.11. A CONTRATANTE poderá emitir Notificação Extrajudicial, estipulando prazo específico para que se providenciem os instrumentos jurídicos necessários para a regularização contratual, sob pena de sofrer auditoria dos Órgãos de controle, além das consequências legais cabíveis, caso configure-se mora no processo de formalização contratual por parte do CONTRATANTE aderente, conforme item 2.3.2 deste Adendo;

2.3.12. Deverá, durante o período de assunção da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco de telemática, realizar imediatamente a retirada dos serviços contratados da nova Rede à medida que os serviços contratados da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco de corporativa forem ativados;

2.3.13. A CONTRATANTE estará isenta de responsabilização a partir da data de ciência por parte do CONTRATANTE aderente da Notificação Extrajudicial referida no item 2.3.10 deste Adendo.



Documento assinado eletronicamente por **Italo Fernando Vasconcelos Sivini Filho**, em 04/11/2025, às 09:47, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSEILSON ALBUQUERQUE DE FRANCA**, em 05/11/2025, às 16:37, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ISABELE CAROLINA PESSOA MARTINS**, em 05/11/2025, às 16:52, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Vasconcelos Pereira**, em 06/11/2025, às 10:31, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE SALES DE OLIVEIRA**, em 06/11/2025, às 15:27, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **74967249** e o código CRC **B57D28F0**.



TERMO DE REFERÊNCIA

ADENDO II - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (NMS)

PROCESSO Nº 0001210011548.000003/2025-18

1. Nível Mínimo de Serviço (NMS)

1.1. A CONTRATADA deve promover a qualidade, desempenho e disponibilidade da prestação dos serviços de Tráfego Telefônico Extrarrede e Extrarrede Reverso, para os serviços contratados, conforme descrito no Termo de Referência, garantindo a performance durante toda a vigência contratual. O cumprimento dos NMS será verificado por meio de indicadores de desempenho e poderá resultar na aplicação de penalidades contratuais, conforme as glosas estabelecidas neste adendo.

1.2. Os indicadores do NMS serão mensurados mensalmente, consolidando-se por CONTRATANTE ADERENTE, considerando os serviços efetivamente contratados e em operação.

1.3. O descumprimento de qualquer indicador do NMS implicará em aplicação de glosas previstas neste adendo, sem prejuízo de outras sanções contratuais aplicáveis.

1.4. A CONTRATADA ficará desobrigada do cumprimento dos níveis de serviço enquanto a prestação destes estiver prejudicada em função de impedimento ou retardo decorrente de responsabilidade comprovada da CONTRATANTE. Fica estabelecido que em caso de divergências entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE ADERENTE, a CONTRATANTE ADERENTE TÉCNICA (ATI) dará o posicionamento final a respeito da(s) divergência(s).

1.5. Os serviços contratados deverão operar sob o nível crítico de atendimento, com cobertura de 7 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia. O tempo máximo para restabelecimento dos serviços será de até 2 (duas) horas, contado a partir da abertura do chamado técnico, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.5.1 Os custos relacionados ao atendimento e suporte técnico necessário para o cumprimento do tempo de restabelecimento deverão estar integralmente contemplados na planilha de preços apresentada pela CONTRATADA.

1.6. Para os serviços contratados de Tráfego Telefônico Extrarrede e Extrarrede Reverso, a avaliação do cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) será realizada com base na **tabela de Medição dos Padrões de Qualidade e Cálculo de Glosa**, que estabelece os indicadores de desempenho exigidos e as respectivas consequências pelo descumprimento.

1.6.1 As glosas serão aplicadas proporcionalmente ao impacto causado pelo descumprimento dos indicadores, considerando a relevância do serviço afetado e os prazos contratuais estabelecidos para sua recuperação.

1.6.2. Define-se como falhas imputáveis aquelas resultantes de ações ou omissões de responsabilidade direta da CONTRATADA, incluindo, mas não se limitando a indisponibilidade técnica, degradação de qualidade do serviço ou descumprimento de prazos.

1.6.3. A tabela de Medição dos Padrões de Qualidade e Cálculo de Glosa é parte integrante deste adendo e deverá ser consultada para detalhamento dos critérios de avaliação e penalidades aplicáveis.

2. Glosa do faturamento

2.1. A CONTRATADA deverá atender aos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) apresentados na tabela de **LIMITES DE TEMPOS PARA CORREÇÕES DE FALHAS IMPUTÁVEIS**, que define os tempos de início de atendimento e recuperação operacional para cada serviço contratado, conforme especificado no Termo de Referência:

LIMITES DE TEMPOS PARA CORREÇÕES DE FALHAS IMPUTÁVEIS		
Item de Serviço	Regime de Execução (horas x dias)	Limite de Tempo de Recuperação
Serviço de Tráfego Extrarrede	24 x 7	Até 2 horas
Serviço 0800 Estadual	24 x 7	Até 2 horas
Serviço Adicional de Acesso SIP	24 x 7	Até 2 horas

2.2. O tempo de restabelecimento será contabilizado exclusivamente dentro do período definido para o Regime de Execução.

2.3. O tempo de recuperação operacional do item de serviço será contabilizado a partir do recebimento do chamado aberto pelo serviço de Operação da rede designada pela CONTRATANTE, seja ele proativo e/ou reativo.

2.4. O atendimento técnico poderá ser iniciado de forma remota. Caso o atendimento remoto não solucione o problema, a CONTRATADA deverá providenciar suporte técnico presencial (on site) sem custos adicionais.

2.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar, a qualquer tempo, informações a CONTRATANTE e a equipe de Operação da rede designada pela CONTRATANTE, sobre a situação de atendimento do chamado técnico, o diagnóstico, as providências adotadas e/ou implementadas e a data e hora da solução do incidente;

2.6. Os parâmetros de qualidade e suas respectivas penalidades (glosas) em caso de descumprimento estão descritos na tabela de **MEDICÃO DOS PADRÕES DE QUALIDADE E CÁLCULO DE GLOSA**:

Item de Serviço	Medição do Parâmetro	Limite do Parâmetro	Cálculo de Glosa
Serviço de Tráfego Extrarrede	Disponibilidade calculada mensalmente (%) = $\frac{((Q \cdot H \cdot D) - TF)}{(Q \cdot H \cdot D)} \cdot 100$	$\geq 99,7\%$ da disponibilidade	1 (um) parâmetro em não conformidade, glosa de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do Serviço;
	A falha de qualquer um dos elementos do serviço será computado neste cálculo.		
	Diariamente as métricas deste parâmetro serão mensuradas entre o Núcleo da rede Corporativa de Telefonia Fixa do Estado (ATI - local de instalação do tronco SIP) e a Estação SIP da CONTRATADA (fora das dependências do Governo). Essas medições serão realizadas pela CONTRATADA após anuência da metodologia de medição pela ATI.	Perda máxima de pacotes: 0,5%. Latência máxima: 50 ms (milissegundos)	2 (dois) parâmetros em não conformidade, glosa de 8% (oito por cento) sobre o valor mensal do Serviço; e
	A ATI poderá utilizar medições realizadas por outras entidades como forma de auditar a medição da CONTRATADA.	Jitter máximo: 5 ms (trinta milissegundos)	3 (três) parâmetros em não conformidade, glosa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do Serviço.
SERVIÇO 0800 ESTADUAL	Disponibilidade calculada mensalmente (%) = $\frac{((Q \cdot H \cdot D) - TF)}{(Q \cdot H \cdot D)} \cdot 100$	$\geq 99,7\%$ da disponibilidade	
	A falha de qualquer um dos elementos do serviço será computado neste cálculo.		
	Serão analisados mensalmente todos os chamados de falhas e calcular a reincidência de falhas imputáveis.	Reincidência < 3 (três)	1 (um) parâmetro em não conformidade, glosa de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do Serviço;
	A CCR mede a porcentagem de chamadas originadas que foram estabelecidas com sucesso.		2 (dois) parâmetros em não conformidade, glosa de 8% (oito por cento) sobre o valor mensal do Serviço; e
SERVIÇO ADICIONAL DE ACESSO SIP	Deve ser medida mensalmente, através de medições que serão realizadas pela CONTRATADA após anuência da metodologia de medição pela ATI.		
	A ATI poderá utilizar medições realizadas por outras entidades como forma de auditar a medição da CONTRATADA.		
	Sua fórmula é: $CCR (\%) = \frac{\text{Chamadas Conectadas}}{\text{Chamadas Totalmente Originadas}} \times 100$	Taxa de Conexão Bem-Sucedida (Call Completion Rate - CCR): $\geq 98\%$	3 (três) parâmetros em não conformidade, glosa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do Serviço.
	Chamadas Conectadas: Número total de chamadas originadas que completaram a sinalização e foram atendidas ou chegaram ao destino final.		
SERVIÇO ADICIONAL DE ACESSO SIP	Chamadas Totalmente Originadas: Total de tentativas de chamada realizadas, excluindo as canceladas pelo chamador antes do término da sinalização.		
	Disponibilidade calculada mensalmente (%) = $\frac{((Q \cdot H \cdot D) - TF)}{(Q \cdot H \cdot D)} \cdot 100$	$\geq 99,7\%$ da disponibilidade	1 (um) parâmetro em não conformidade, glosa de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do Serviço;
	A falha do serviço será computado neste cálculo.		
	Diariamente as métricas deste parâmetro serão mensuradas entre o Núcleo da rede Corporativa de Telefonia Fixa do Estado (ATI - local de instalação do tronco SIP) e a Estação SIP da CONTRATADA (fora das dependências do Governo). Essas medições serão realizadas pela CONTRATADA após anuência da metodologia de medição pela ATI.	Perda máxima de pacotes: 0,5%. Latência máxima: 50 ms (milissegundos)	2 (dois) parâmetros em não conformidade, glosa de 8% (oito por cento) sobre o valor mensal do Serviço; e
SERVIÇO ADICIONAL DE ACESSO SIP	A ATI poderá utilizar medições realizadas por outras entidades como forma de auditar a medição da CONTRATADA.	Jitter máximo: 5 ms (trinta milissegundos)	3 (três) parâmetros em não conformidade, glosa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do Serviço.
	Serão analisados mensalmente todos os chamados de falhas e calcular a reincidência de falhas imputáveis.	Reincidência < 3 (três)	

LEGENDA:

Cálculo de disponibilidade (%) = $\frac{((Q \cdot H \cdot D) - TF)}{(Q \cdot H \cdot D)} \cdot 100$.

- Q = Quantidade de Pontos de Voz impactados.
- H = 24 horas.
- D = Quantidade de dias do mês em análise.
- TF = Somatório de Falha imputável do serviço associado em fração de horas (excluindo janelas de manutenção autorizadas e pendências atribuídas à CONTRATANTE).

2.7. O descumprimento de qualquer indicador de NMS implicará na aplicação de glosas proporcionais ao impacto causado, conforme estabelecido na tabela de Medição dos Padrões de Qualidade e Cálculo de Glosa.

2.8. Havendo glosas a serem aplicadas, estas serão calculadas mensalmente sobre os serviços efetivamente realizados por CONTRATANTE ADERENTE. O valor total das glosas aplicadas a cada item de serviço não poderá exceder o limite de 10% (dez por cento) do valor mensal correspondente ao item impactado.

3. Instalação, mudança de endereço e retirada de Serviços

3.1. A CONTRATADA deverá atender nos prazos elencados na tabela abaixo, de LIMITES DE TEMPO PARA PREPARAÇÃO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E ENTREGA, os itens de serviços descritos no Termo de Referência:

LIMITES DE TEMPOS PARA INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS			
Seq	Item de Serviço	Início da Medição	Limites do tempo de entrega (dias corridos)
1	Serviço 0800 Estadual	após aceite da Ordem de Serviço.	Até 20 dias.
2	Serviço adicional de acesso SIP	após aceite da Ordem de Serviço	Até 30 dias para primeira instalação.
3	Serviço adicional de acesso SIP	após aceite da Ordem de Serviço	Até 15 dias para ampliação de serviço já instalado.

3.2. O não cumprimento de tais prazos (instalação e migração de serviços) poderão ensejar aplicação de multa de 3,33% por dia de atraso, para cada item de serviço correspondente. Durante a vigência do contrato.

3.3. Considera-se como Ordem de Serviço válida, para início da contagem de tempo de entrega dos itens de serviço, a data de aceite da CONTRATADA.

3.4. A CONTRATADA terá um prazo de 2 (dois) dias úteis para dar o aceite das Ordens de Serviço recebidas das CONTRATANTES.

3.5. Para serviços que tenham dependência de outro para funcionar em toda sua plenitude, será permitida a inserção de pendência na Ordem de Serviço de instalação ou mudança de endereço, quando o(s) serviço(s) do qual é dependente estiver(em) com pendência, cuja causa seja da responsabilidade do Contratante Aderente, a qual impeça a sua entrega definitiva e plena operação. Na ocorrência de pendência (descrita acima), o prazo aceitável para a tarefa de instalação ou mudança de endereço será suspenso.

3.6. Para Ordens de Serviço de instalação ou mudança de endereço a serem demandadas, de um mesmo Contratante Aderente, com demanda superior a 20 (vinte) serviços de mesmo tipo e em logradouros distintos, será necessário a realização de acordo prévio com a CONTRATADA para a emissão das OSs de forma fracionada, em momentos distintos, conforme prioridade da Contratante Aderente e na forma do acordo prévio. Para julgamento e decisão final quanto a divergências entre o Contratante Aderente e a CONTRATADA, a Secretaria de Administração (SAD) deverá ser acionada.

3.7. Para mudança de endereço dos serviços instalados deverá ser contabilizado o mesmo prazo da instalação do mesmo serviço.

3.8. A Contratante Aderente poderá solicitar, através de OS, a retirada do(s) serviço(s) instalados.

3.9. A retirada do(s) serviço(s), consiste na sua total desinstalação, retirada dos equipamentos e suspensão de cobrança do(s) referido(s) serviço(s).

3.10. Para efeito do cumprimento do prazo de atendimento da retirada de serviço, será suficiente a interrupção da cobrança do valor do serviço retirado, cuja data de interrupção da cobrança será considerada a data da retirada.

3.11. A Contratante Aderente não será responsabilizada por equipamentos que não forem coletados pela CONTRATADA em até 30 (trinta) dias da data da emissão da Ordem de Serviço de retirada.

3.12. O prazo máximo para a retirada para qualquer dos serviços é de até 5 (cinco) dias úteis, após o aceite da Ordem de Serviço.

4. Solicitações de Serviços

4.1. Atividades específicas relacionadas aos serviços já instalados e prestados poderão ser solicitadas pelos CONTRATANTES ADERENTES mediante abertura de chamados técnicos junto ao serviço de Operação da rede designada pela ATI.

4.2. Na tabela abaixo, intitulada LIMITES DE TEMPOS PARA EXECUÇÃO DE SOLICITAÇÕES DE SERVIÇOS, estão detalhados os itens de serviço, as atividades mensuráveis e os prazos de atendimento exigidos para cada demanda.

4.3. O não atendimento das solicitações dentro dos prazos estabelecidos implicará na aplicação de glosas proporcionais de 1,67% (um vírgula sessenta e sete por cento) por dia de atraso, sobre o valor mensal do serviço correspondente.

4.4. As atividades descritas na tabela abaixo não deverão gerar custos adicionais para a CONTRATANTE, sendo consideradas parte integrante das obrigações contratuais da CONTRATADA.

LIMITES DE TEMPOS PARA EXECUÇÃO DE SOLICITAÇÕES DE SERVIÇOS			
Seq	Item de Serviço	Atividade para Medição	Limites do tempo de Solicitação de Serviços (dias úteis)

1	Serviço 0800 Estadual	Cadastro, configuração, mudanças ou alteração de quantidade de PVFs participantes do grupo 0800.	Até 5 dias
2	Serviço adicional de acesso SIP	Configuração de parâmetros do serviço.	Até 2 dias
3	Emissão de Relatórios	Emissão de relatórios gerenciais ou operacionais	Até 2 dias por tipo de relatório
4	Ajustes em faturas	Solicitação de Correção de faturas mensais apresentadas com erros ou cobranças indevidas.	Até 20 dias

5. Avaliação e Penalidades

5.1. Avaliação Mensal

5.1.1. A CONTRATANTE realizará avaliações mensais da prestação dos serviços com base nos relatórios fornecidos pela CONTRATADA e nos indicadores de Níveis Mínimos de Serviço (NMS) monitorados, conforme especificado neste Termo de Referência.

5.2. Penalidades por Descumprimento

5.2.1. O descumprimento dos NMS estabelecidos implicará na aplicação de glosas proporcionais às falhas identificadas, diretamente na fatura mensal correspondente, considerando o impacto causado no serviço.

5.2.2. Penalidades adicionais poderão ser aplicadas à CONTRATADA em caso de reincidência ou descumprimento grave, conforme as condições previstas no contrato e na legislação vigente.

6. Manutenções Programadas

6.1. Procedimentos para Manutenções Programadas

6.1.1. As manutenções programadas deverão ser previamente comunicadas à CONTRATANTE e aos Contratantes Aderentes que possam ter seus serviços impactados.

6.1.2. O tempo de indisponibilidade gerado pelas manutenções programadas não será contabilizado para fins de avaliação dos indicadores de NMS, desde que:

- A manutenção tenha sido comunicada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis;
- A atividade tenha sido aprovada e aceita pelos Contratantes Aderentes diretamente impactados.

6.2. Responsabilidades da CONTRATADA

6.2.1. A CONTRATADA deverá fornecer informações detalhadas sobre o escopo, duração e impacto esperado das manutenções programadas, garantindo a mitigação de impactos e a continuidade operacional sempre que possível.

6.2.2. Em caso de falhas não previstas ou indisponibilidades resultantes da manutenção, a CONTRATADA será responsável por restabelecer os serviços no menor tempo possível, observando os limites estabelecidos para correções de falhas no Termo de Referência.

7. Comunicação - Relatório de Níveis Mínimos de Serviço

7.1. A CONTRATADA deverá consolidar e entregar relatórios gerenciais contendo o acompanhamento e a avaliação do atendimento dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) contratados. Esses relatórios devem ser fornecidos mensalmente à ATI e aos Contratantes Aderentes, contemplando informações detalhadas sobre a performance e qualidade dos serviços prestados.

7.2. O layout e o formato de entrega dos relatórios serão definidos pela ATI em conjunto com a CONTRATADA. Os relatórios mensais devem conter, no mínimo, as seguintes informações:

- Número do chamado registrado;
- Data e hora da abertura ou reabertura do chamado;
- Data e hora do início do atendimento técnico;
- Data e hora do fechamento do chamado;
- Descrição do problema;
- Nível de criticidade do chamado;
- Descrição da solução aplicada;
- Identificação de períodos em que o chamado aguardou alguma ação da Contratante Aderente;
- Tempo de parada programada previamente autorizada;
- Tempo de Recuperação Operacional;
- Tempo de disponibilidade mensal por serviço.

7.3. A CONTRATADA deverá entregar o relatório mensal de Níveis Mínimos de Serviço (NMS) até o VIGÉSIMO dia corrido do mês subsequente ao período de apuração.

7.4. Além do relatório consolidado para a ATI, a CONTRATADA deverá fornecer relatórios individualizados aos Contratantes Aderentes, contendo informações detalhadas e específicas sobre os serviços contratados. O modelo e o formato dos relatórios serão definidos em colaboração com a ATI, e a CONTRATADA deverá garantir que os dados sejam claros,

completos e reflitam fielmente a performance dos serviços.

7.5. A CONTRATADA será responsável por garantir que os relatórios atendam aos critérios de completude e clareza, permitindo a verificação dos indicadores de desempenho e a análise do cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) estabelecidos no contrato.



Documento assinado eletronicamente por **JOSEILSON ALBUQUERQUE DE FRANCA**, em 05/11/2025, às 16:37, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Italo Fernando Vasconcelos Sivini Filho**, em 05/11/2025, às 16:47, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ISABELE CAROLINA PESSOA MARTINS**, em 05/11/2025, às 16:52, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Vasconcelos Pereira**, em 06/11/2025, às 10:31, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE SALES DE OLIVEIRA**, em 06/11/2025, às 15:27, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **74967343** e o código CRC **79B21CFF**.

ANEXO A DO TERMO DE REFERÊNCIA



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) DE TIC

Planejamento de Contratações de Soluções de TIC

Processo Administrativo nº 0001210011548.000003/2025-18

Serviço de Trafego Telefônico Extra Rede

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
21/10/2024	1.0	Finalização da primeira versão do documento	COMTEC
06/12/2024	1.0	Validação	Ítalo Sivini
...			

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DE TIC

1. PREÂMBULO

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é um documento essencial que engloba uma série de análises detalhadas relacionadas às condições de contratação no contexto das Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Este documento abrange aspectos como necessidades, requisitos, opções disponíveis, escolhas estratégicas, resultados esperados e outras características críticas, desempenhando um papel fundamental na demonstração da viabilidade técnica e econômica da contratação.

A elaboração do ETP está intrinsecamente ligada à etapa de Planejamento da Contratação de TIC, em total conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei No 14.133, de 01/04/2021, que trata de Licitações e Contratos da Administração Pública, e pela Lei 12.985, de 02/01/2006, que versa sobre o Sistema Estadual de Informática de Governo – SEIG.

Adicionalmente, o processo segue as orientações do Decreto No 53.384 de 22 de agosto de 2022, que regula a fase preparatória das licitações e contratações diretas no âmbito do Poder Executivo Estadual, e da Portaria ATI Nº 15, emitida em 31 de março de 2023, acompanhada pelo seu Anexo Único.

A relevância desse estudo é enfatizada pela explicitação na portaria nº 29, a qual aborda especificamente o "Estudo Técnico Preliminar (ETP)", reforçando seu papel fundamental na fase inicial do processo de contratação.

Além das legislações mencionadas, destacam-se as seguintes normativas que balizam o processo.

Fundamentação:

- Art. 6º, XX, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012;
- Art. 6º, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Art. 7º, §§ 3º, 4º, 5º, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Art. 9º, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Art. 2º, XII, da Portaria ATI nº 15 de 31 de março de 2023;

Assim, o ETP emerge como um instrumento indispensável, alinhado não apenas às normativas vigentes, mas também à complexidade do cenário tecnológico, comprometendo-se em evidenciar a fundamentação técnica e na evolução que norteia a decisão de contratar os serviços de tráfego telefônico de voz extrarrede.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Descrição da Demanda e Justificativa para Contratação de Serviços de Tráfego Telefônico Extrarrede e Extrarrede Reverso para o Governo do Estado de Pernambuco

1. Problema a Ser Resolvido

O Governo do Estado de Pernambuco e demais Poderes enfrentam a necessidade de garantir a continuidade e a eficiência no tráfego telefônico extrarrede e extrarrede reverso. Atualmente, a infraestrutura existente para esse serviço está em operação, mas o contrato vigente está próximo de expirar, exigindo uma nova contratação para evitar interrupções. A falta de uma solução contínua pode comprometer a comunicação entre diferentes órgãos e entidades governamentais, impactando diretamente na prestação de serviços públicos essenciais à população.

2. Atores Interessados e Perspectivas

Os principais atores interessados na solução desse problema incluem:

- Órgãos e entidades do Governo do Estado de Pernambuco: necessitam de um serviço confiável de comunicação para garantir a operação contínua e eficiente de suas atividades administrativas e operacionais.
- Outros Poderes (Judiciário, Legislativo, etc.): dependem da comunicação extrarrede para a integração e colaboração entre as diferentes áreas do governo.
- Cidadãos e empresas: esperam uma prestação de serviços públicos eficiente, que depende diretamente da capacidade de comunicação entre os diferentes órgãos governamentais, como também dos cidadãos com tais órgãos estaduais, para acesso aos serviços prestados para a população Pernambucana.

3. Interesse Público a Ser Atendido

O interesse público que será atendido com a contratação dos serviços de tráfego telefônico extrarrede e extrarrede reverso é garantir a continuidade dos serviços públicos, a eficiência operacional dos órgãos do governo e a manutenção de canais de comunicação eficazes entre o governo e a sociedade. Sem uma solução adequada, o atendimento ao cidadão pode ser prejudicado, resultando em atrasos na prestação de serviços essenciais e compromissos do Estado, como também na limitação em atender tais demandas de forma não presencial, dificultando o acesso da população aos serviços prestados pelo Estado.

4. Resultados e Benefícios Esperados

A contratação de serviços especializados para tráfego telefônico extrarrede e extrarrede reverso proporcionará:

- Continuidade de serviço: Garantia de que não haverá interrupções nas comunicações entre órgãos governamentais, assegurando que operações críticas possam continuar de forma ininterrupta.
- Eficiência operacional: Melhoria na comunicação entre diferentes setores e unidades administrativas do Estado, permitindo uma maior agilidade na tomada de decisões e na execução de projetos.
- Segurança e confiabilidade: Utilização de infraestrutura moderna e segura, que oferece maior proteção contra falhas e problemas técnicos que possam afetar a comunicação.
- Economia de recursos: Contratação com escopo bem definido, garantindo que o serviço atenda apenas às necessidades especificadas, evitando custos desnecessários.

5. Escopo da Demanda

O escopo da contratação incluirá:

- Prestação de serviços de tráfego telefônico extrarrede e extrarrede reverso para atender as

necessidades do Governo do Estado de Pernambuco e outros Poderes, garantindo a continuidade dos serviços atualmente em vigor.

- Adoção de tecnologias modernas e seguras para assegurar a qualidade e a eficiência dos serviços contratados.
- Suporte técnico especializado e disponível para garantir a operação adequada e resolução de problemas, caso necessário.
- Disponibilizar um canal de comunicação, gratuito ou não, para acesso aos serviços oferecidos pelo Estado para a população pernambucana.

6. Escopo-Negativo (Não-Escopo)

Não fazem parte do escopo desta contratação:

- Instalação de novos equipamentos de telefonia dentro dos órgãos governamentais.
- Serviços de telefonia que não estejam diretamente relacionados ao tráfego extrarrede e extrarrede reverso, conforme especificações detalhadas nos adendos deste Termo de Referência.
- Suporte para redes internas (intranets) ou outros sistemas de comunicação não incluídos no escopo da presente contratação.

A definição clara do escopo e do escopo-negativo garantirá que todas as expectativas sejam gerenciadas adequadamente, evitando possíveis divergências durante a execução do contrato.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º c/c § 2º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso I, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

3. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Conforme a PORTARIA SAD Nº 2.934 DO DIA 04 DE JULHO DE 2023, anexa ao processo SEI Nº38675078, indica os seguintes Técnicos de diversas Secretarias para compor a Comissão para Elaboração dos Processos para Telemática do Governo do estado de Pernambuco e Telefonia móvel é um deles.

Nome do responsável pelo ETP da comissão Técnica - Membro da SAD - Área Demandante	Joseilson Albuquerque de França
Nome da área de TIC	Gerência de Telemática (GETEL) - SAD
Cargo do responsável pelo ETP da área de TIC	Gerente de Telemática do Estado

Nome do responsável pelo ETP da comissão Técnica - Membro da SAD - Área Demandante	Henrique Sales de Oliveira
Nome da área de TIC	Gerência de Contratos Corporativos (GCCOR) - SAD
Cargo do responsável pelo ETP da área de TIC	Gerente de Contratos Corporativos do Estado

Nome do responsável pelo ETP da comissão Técnica - Membro da SAD - Área Demandante	Isabele Carolina Pessoa Martins
Nome da área de TIC	Unidade de Telefonia Móvel (UNTEM) - SAD
Cargo do responsável pelo ETP da área de TIC	Chefe da Unidade de Telefonia Móvel - UNTEM

Nome do responsável pelo ETP da comissão Técnica - Membro da ATI - Área Técnica	Ítalo Fernando Vasconcelos Sivini Filho
Nome da área de TIC	Superintendência de Conectividade e Infraestrutura (SCI) - ATI
Cargo do responsável pelo ETP da área de TIC	Superintendente de Conectividade e Infraestrutura

Nome do responsável pelo ETP da comissão Técnica - Membro da ATI - Área Técnica	Jeová Menezes de Barros
Nome da área de TIC	Gerência de Redes e Conectividade (GRC) - ATI
Cargo do responsável pelo ETP da área de TIC	Analista em Gestão de Tecnologia da Informação

Nome do responsável pelo ETP da comissão Técnica - Membro da SECTI - Área Técnica	Leandro José da Silveira
Nome da área de TIC	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI
Cargo do responsável pelo ETP da área de TIC	Gerentes de Estudos e Prospecção

Fundamentação:

- Art. 4º, § 5, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Art. 13º, da Portaria ATI nº 15 de 31 de março de 2023;

4. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO/ENTIDADE

Análise para Contratação do Serviço de Tráfego Telefônico extrarrede Reverso para o Governo do Estado de Pernambuco

1. Alinhamento com o Planejamento Estratégico e Continuidade dos Serviços

A contratação do serviço de tráfego telefônico extrarrede reverso será fundamental para assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados pelo Governo do Estado de Pernambuco e outros poderes. A interrupção desses serviços pode impactar negativamente a operação de órgãos governamentais e, por consequência, a experiência dos cidadãos que dependem desses serviços. Assim como a energia elétrica e a

água, a continuidade das comunicações é essencial para a funcionalidade dos serviços públicos, especialmente na era digital.

2. Integração com as Diretrizes da ATI/SAD e Planejamento Estratégico

A contratação deve estar em perfeita sintonia com as estratégias estabelecidas pela Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI) e Secretaria de Administração (SAD), garantindo a continuidade e a otimização dos serviços de comunicação. Essa integração permitirá que os serviços se adaptem proativamente às mudanças tecnológicas, às expectativas dos cidadãos e às novas demandas da administração pública.

3. Compromisso com a Qualidade e Adaptação Tecnológica

O compromisso com a continuidade e a qualidade dos serviços não se limitará apenas à execução regular, mas incluirá a adaptação constante às evoluções tecnológicas. A contratação deve prever um alinhamento constante com o planejamento estratégico para enfrentar desafios em evolução e incorporar novas soluções que agreguem valor aos serviços prestados pelo governo.

4. Contribuição para o Programa de Governo Digital LIGA DIGITAL

A Estratégia de Governo Digital (EGD) 2024-2027, que faz parte do programa LIGA DIGITAL do Governo de Pernambuco, inclui entre seus objetivos estratégicos (OE7) o fortalecimento da infraestrutura de segurança da informação e a ampliação da conectividade no estado. A contratação do serviço de tráfego telefônico extrarrede reverso contribuirá para o cumprimento desses objetivos, alinhando-se também às melhores práticas de governança digital no Brasil e internacionalmente, bem como aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030 das Nações Unidas.

5. Planejamento Estratégico da ATI e Conectividade

O Planejamento Estratégico da ATI destaca como objetivo aprimorar e ampliar os serviços corporativos digitais do governo, incluindo iniciativas para prover conectividade e segurança da rede de telemática do estado. A contratação do serviço de tráfego extrarrede reverso estará diretamente alinhada com essa diretriz, reforçando a infraestrutura de comunicação essencial para o funcionamento eficiente dos serviços públicos.

6. Conformidade com o Plano de Contratações Anual (PCA)

Para garantir o alinhamento entre a contratação do serviço e o planejamento estratégico, é imperativo que esta seja incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) da entidade. A formalização do PCA deve obedecer à Portaria Conjunta SAD/PGE nº 97, de 14 de dezembro de 2023, que determina a elaboração anual dos planos, seguindo os procedimentos estipulados pelo Decreto nº 55.861, de 28 de novembro de 2023. Esse plano será obrigatório a partir do exercício financeiro de 2025 e faz parte da fase preparatória das contratações.

7. Instrumentos de Planejamento que Orientarão a Contratação

A contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), como o serviço de tráfego telefônico extrarrede reverso, considerou diversos instrumentos de planejamento, incluindo:

- Estratégia de Governança Digital (EGD), conforme o Art. 2º-G da Lei 12.985, de 02/01/2006.
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).
- Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (PCTIC).
- Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do órgão ou entidade.
- Política Estadual de Segurança da Informação (PESI) ou Política da Segurança Institucional (PSI).
- Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- Boas práticas, diretrizes técnicas ou instruções normativas aplicáveis ao objeto da contratação.

8. Conclusão

A contratação do serviço de tráfego telefônico extrarrede reverso será um passo estratégico para garantir a continuidade, eficiência e segurança da comunicação no Governo do Estado de Pernambuco. A definição clara do escopo, a conformidade com o PCA e a adaptação constante às novas tecnologias serão elementos-chave para o sucesso dessa contratação, assegurando a excelência na prestação de serviços públicos.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 2º-G, da Lei nº 12.985, de 02 de janeiro de 2006;
- Art. 8º, inciso II, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Decreto nº 55.861, de 28 de novembro de 2023
- Art. 8º, Portaria Conjunta SAD/PGE nº 97, de 14 de dezembro de 2023.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A continuidade dos serviços de tráfego telefônico extrarrede no Estado de Pernambuco é de importância crítica e não pode, sob nenhuma circunstância, ser interrompida devido à falta de acesso à comunicação telefônica. É essencial garantir que serviços fundamentais, como delegacias, hospitais e demais órgãos públicos, funcionem ininterruptamente e que a comunicação com a população ocorra sem descontinuidade.

Para garantir essa disponibilidade contínua, é necessário implementar medidas de contingência robustas e eficazes. A necessidade de Alta Disponibilidade (HA) e redundância na infraestrutura de tráfego telefônico extrarrede é essencial para o estado. Dessa forma, cada link deverá ser fornecido por caminhos distintos com infraestrutura de acesso independente — incluindo backbone e cabeamento — com rotas distintas entre si, evitando pontos de falha em comum.

Cumprir destacar que a Alta Disponibilidade (High Availability - HA) refere-se à capacidade de um sistema ou serviço de permanecer funcional e acessível por longos períodos, minimizando interrupções e garantindo continuidade operacional, mesmo diante de falhas técnicas, manutenção ou outros eventos que possam comprometer seu funcionamento. A configuração de alta disponibilidade é alcançada por meio de práticas e tecnologias que incluem redundância de componentes, balanceamento de carga, sistemas de failover e monitoramento contínuo.

No âmbito do contrato a ser firmado, será uma obrigação da licitante implementar e manter a configuração de alta disponibilidade para a solução contratada, assegurando a continuidade do serviço de tráfego telefônico extrarrede e extrarrede reverso. Todos os custos associados a esta configuração, incluindo equipamentos, software, infraestrutura e suporte técnico especializado, deverão ser integralmente assumidos pela licitante, sem ônus adicional para a Administração Pública.

Sendo assim, a solução de tráfego telefônico extrarrede, deve operar de forma integrada para evitar qualquer descontinuidade de serviço à CONTRATANTE. Esse modelo de redundância é indispensável para manter os serviços de comunicação do governo em pleno funcionamento, mesmo em cenários de falha de uma das rotas dos links de acesso ao serviço.

Atualmente, a tecnologia da informação e comunicação é imprescindível em todas as áreas, sendo inconcebível que órgãos públicos operem sem uma estrutura de comunicação estável e eficiente. Nesse contexto, o serviço de tráfego telefônico extrarrede é fundamental para democratizar o acesso à comunicação, permitindo que cidadãos possam contatar órgãos públicos e vice-versa, fortalecendo o vínculo entre o governo e a sociedade.

A integração das necessidades de serviços de tráfego telefônico extrarrede no Estado de Pernambuco enfatiza a importância de uma infraestrutura resiliente e diversificada. Esse contexto sublinha a urgência e criticidade de assegurar uma conectividade robusta e ininterrupta, que atenda tanto às demandas operacionais dos órgãos públicos quanto às demandas da população, fortalecendo a resiliência e a segurança da infraestrutura de TIC do estado.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso III, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

5.1. PREMISSAS

As premissas subjacentes à necessidade dos serviços de tráfego telefônico extrarrede são de importância crucial para a Administração Pública do Estado de Pernambuco. Esses serviços desempenham um papel significativo no aprimoramento do atendimento aos cidadãos, abrangendo setores essenciais da prestação de serviços públicos, como educação, saúde, segurança pública, além de apoiar a modernização da gestão pública de forma abrangente.

A demanda por esses serviços é motivada pelo término iminente do contrato vigente de tráfego telefônico extrarrede. É fundamental que o Estado não enfrente qualquer possibilidade de descontinuidade no serviço, pois o tráfego extrarrede é indispensável para a comunicação entre o governo e a população e vice-versa. A ausência desse serviço impactaria diretamente a capacidade do governo de manter contato com os cidadãos, prejudicando o acesso a serviços essenciais.

A contratação de uma operadora com infraestrutura técnica robusta e distinta, incluindo rotas e sistemas de comunicação independentes, é uma premissa essencial para reduzir a probabilidade de interrupções e assegurar alta disponibilidade (HA) do serviço. Essa abordagem está alinhada com a necessidade de manter a continuidade dos serviços fundamentais para a Administração Pública e assegurar o atendimento eficaz às necessidades dos cidadãos pernambucanos.

A diversificação da infraestrutura e a robustez técnica são fatores primordiais para fortalecer a resiliência do serviço de tráfego telefônico extrarrede no Estado de Pernambuco. Essa estratégia garante a continuidade eficaz dos serviços, atende às necessidades críticas da administração pública e dos cidadãos e mitiga qualquer risco de interrupção na comunicação entre o governo e a sociedade.

5.2. NECESSIDADES DE NEGÓCIO

Identificador da NN	Descrição NN	Origem
NN 01	Garantir a continuidade do Serviço de tráfego extrarrede para prover as ligações extrarrede da rede de telefonia do Estado de Pernambuco	SAD/ATI
NN 02	Garantir que todos os órgãos do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, possam realizar ou receber ligações de e para fora da rede Corporativa	SAD/ATI
NN 03	Garantir que haja comunicação da sociedade através de telefonia com os órgãos do Estado	SAD/ATI
NN 04	Redução de Custos operacionais, o serviço deve ser contratado de forma a otimizar o custo-benefício, permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, sem sacrificar a qualidade e a continuidade do atendimento ao cidadão.	SAD/ATI
NN 05	Garantir a capacidade de comunicação interinstitucional, com os outros poderes, municípios, estados da federação brasileira e ainda com entidades internacionais.	SAD/ATI
NN 06	Garantir a facilidade de manutenção e gerenciamento, a solução de tráfego extrarrede deve oferecer facilidade de manutenção e monitoramento, possibilitando a gestão centralizada do serviço para identificar e solucionar rapidamente problemas de conectividade ou desempenho.	SAD/ATI

5.3. NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

Identificador da NT	Descrição NT	Origem
NT 01	Redundância e Continuidade de Serviço: A infraestrutura de tráfego extrarrede precisa de equipamentos e meios de acesso redundantes, com dupla abordagem e rotas distintas. Isso garantirá a continuidade automática do serviço em caso de falha em uma das rotas, sem que haja perda de capacidade de escoamento.	SAD/ATI
NT 02	Capacidade Suficiente e Expansível: A quantidade de canais para o tráfego extrarrede deve ser suficiente para atender à demanda da Rede Corporativa do Estado, ampliando-se automaticamente ao atingir 80% de utilização média nos horários de pico. Essa expansão é essencial para evitar congestionamentos e manter a qualidade do serviço.	SAD/ATI

NT 03	Suporte a Telefonia Fixa e Móvel: O serviço deve prover conectividade para telefonia fixa e móvel, usando interfaces SIP (RFC 3261 IETF) que possibilitem a integração com redes de telefonia públicas, tanto para ligações locais quanto de longa distância, inclusive internacional.	SAD/ATI
NT 04	Numeração e Portabilidade de PVFs: O plano de numeração dos Pontos de Voz Fixo (PVFs) da Rede Corporativa deve ser mantido, permitindo a inclusão de novas faixas numéricas conforme necessário. A CONTRATADA deverá oferecer numeração sequencial exclusiva para os usuários da rede governamental, em conformidade com a legislação vigente.	SAD/ATI
NT 05	Identificação e Privacidade de Chamadas: Os recursos para identificação de chamadas (BINA) devem estar disponíveis, garantindo que o número completo do terminal de telefonia originador seja disponibilizado nas chamadas, salvo solicitação contrária da CONTRATANTE.	SAD/ATI
NT 06	Bloqueio de Chamadas a Cobrar: Deve haver a capacidade de bloquear o recebimento de chamadas a cobrar nas centrais públicas, independente do tipo de serviço de origem da chamada.	SAD/ATI
NT 07	Relatórios e Monitoramento de Desempenho: A CONTRATADA deve disponibilizar relatórios de desempenho detalhados via web, permitindo que a administração acompanhe indicadores e tome providências rapidamente para manter a qualidade do serviço. Esses relatórios devem incluir registros de tarifação para conciliação mensal.	SAD/ATI
NT 08	Tarifação e Separação de Faturas por Contratante : A tarifação deve ser detalhada, com relatórios mensais separados por Contratante Aderente, identificando cada conexão de uso do serviço. As faturas devem ser entregues em diferentes formatos (sistema web e arquivos texto).	SAD/ATI
NT 09	Discagem Direta a Ramal (DDR): Deve-se garantir que a sociedade tenha acesso direto aos PVFs da Rede PE-CONECTADO II, permitindo a discagem direta a ramal (DDR) para facilitar a comunicação entre a população e os serviços governamentais.	SAD/ATI
NT 10	Chamadas com Tarifação Local para Destinos Específicos: Para garantir a acessibilidade, chamadas feitas para a capital São Paulo, Brasília e as localidades de Pernambuco, incluindo Fernando de Noronha, devem ter tarifas locais, independente da distância geográfica.	SAD/ATI
NT 11	Escalabilidade e Flexibilidade de Expansão: A solução deve possibilitar a adição de novos pontos e canais conforme a demanda de crescimento da Rede Corporativa, permitindo que localidades como a Região Metropolitana do Recife disponham de links SIP individuais para atendimento das necessidades específicas de tráfego extrarrede.	SAD/ATI
NT 12	Garantia de Níveis Mínimos de Serviço (NMS): O serviço deve atender aos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) estabelecidos para assegurar que a qualidade e a disponibilidade do tráfego extrarrede estejam de acordo com os padrões exigidos para o funcionamento eficiente da rede do governo.	SAD/ATI

5.4. REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC

A contratação de serviços técnicos especializados para prestação de SERVIÇOS DE TRÁFEGO TELEFÔNICO EXTRARREDE E EXTRARREDE REVERSO para o Governo do Estado de Pernambuco e outros Poderes,

formando a chamada Rede Corporativa do Governo de Pernambuco.

1. SERVIÇO DE TRÁFEGO TELEFÔNICO EXTRA REDE.

1.1. A CONTRATADA deve atender os requisitos obrigatórios elencados nos itens a seguir:

- Entende-se por Tráfego Extrarrede o recurso que um terminal telefônico tem para acessar as redes telefônicas públicas fixa e/ou móvel de telecomunicações para realizar chamadas, tendo como destino usuários de telefonia pública fixa e móvel, que não fazem parte do conjunto de terminais telefônicos integrantes da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco;
- Prover os serviços de Tráfego Extrarrede. Todas as chamadas realizadas a partir dos usuários de telefonia fixa, integrantes da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, para outros usuários de telefonia pública fixa e/ou móvel que não sejam do grupo intrarrede da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, são consideradas como Serviço de Tráfego Extrarrede. Tratar o tráfego extrarrede, quando originados por terminais telefônicos e destinado para as Capitais São Paulo e Brasília, de forma especial, devendo ter um preço de ligação local.
- Prover o Serviço de Tráfego Extrarrede para Telefonia Fixa e Telefonia Móvel através dos sistemas de conexão, utilizando de interfaces SIP (RFC 3261 IETF) com as redes telefônicas públicas, fixa e móvel de telecomunicações, nas modalidades e estimativas relacionadas na Tabela de Serviços deste Termo de Referência;
- A CONTRATADA deve realizar a entrega dos links para escoamento de todo o tráfego extrarrede demandado, entrante e saindo, para a Rede Pública de Telefonia através da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco. Tendo a interface GigabitEthernet, ou superior, como padrão de interconexão com o equipamento do fornecedor atualmente contratado para prestar o serviço da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco;
- Os links para escoamento do tráfego extrarrede devem ser protegidos com equipamentos e meios de acesso redundantes, com dupla abordagem, provenientes de rotas distintas, que garantam a continuidade automática do serviço em caso de falha em uma das rotas, sem redução da capacidade de escoamento dos tráfegos extrarrede;
- O quantitativo de canais disponíveis para o escoamento do tráfego extrarrede deve ser suficiente para atender toda a demanda por este serviço da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, devendo ocorrer a ampliação do número de canais quando sua capacidade atingir no máximo 80% em sua média mensal nos Horários de Maior Movimento (HMM);
- Deve atender à quantidade de canais definidos pelos Contratantes Aderentes para o serviço de Infraestrutura de Voz para Contact Center;
- O Serviço de Tráfego Extrarrede deve atender aos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) dos serviços, conforme especificado detalhado no Termo de Referência;
- Utilizar o atual plano de numeração dos terminais telefônicos em uso pelos Aderentes da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, através de portabilidade. Para os casos de aumento ou atualizações necessárias durante a vigência da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá fornecer uma nova faixa de numeração, onde estes números devem ser sequenciados, preferencialmente, com sequências exclusivas para os usuários da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, respeitando legislação vigente;
- Disponibilizar os recursos necessários para a realização de identificação de chamadas externas do tipo BINA (B identifica A);
- Encaminhar para os usuários dos serviços de telefonia pública, fixa ou móvel, o número completo de identificação (BINA) do PVF originador da chamada, salvo por solicitação expressa da CONTRATANTE;
- Realizar o bloqueio do recebimento de chamadas à cobrar, o bloqueio deve ser feito na central pública. Este bloqueio deve estar disponível independentemente do serviço de voz de origem da chamada;
- Tarifar os tráfegos extrarrede. Todos os serviços passíveis de tarifação conforme descrito neste item, deverão ser registrados (bilhetados) para fins de comprovação mensal. Os serviços de Tráfegos Extrarrede, para atender aos PVFs, deve compreender toda a integração do acesso da rede pública com os requisitos operacionais e facilidades provenientes dos servidores de voz utilizados na conexão dos PRTMs de forma a garantir o acesso aos PVFs da Rede PE-CONECTADO II, pela sociedade de forma direta, através da facilidade de Discagem Direta a um PVF, conhecida como DDR-Discagem Direta a Ramal;

- As faturas com a tarifação do tráfego extrarrede devem ser separadas por Contratante Aderente, devendo ser identificada cada conexão de uso do serviço por número originador completo;
- As faturas devem ser disponibilizadas e entregues nos seguintes formatos: em papel, em mídia óptica e/ou em sistema web. Deverá ser disponibilizada também em arquivo texto (.txt), contendo o detalhamento de todas as ligações e demais serviços de conta conforme modelo elaborado pela FEBRABAN, versão V3R0 ou mais recente;
- Disponibilizar na web (internet) relatórios de desempenho do serviço de Tráfego Extrarrede, apresentando o resultado de indicadores de forma a permitir que sejam adotadas providências em tempo hábil para manter a qualidade do serviço;
- Participar, quando solicitado pela Contratante Principal ou pela Contratante Aderente Técnica, de reuniões de acompanhamento dos indicadores de qualidade dos serviços a Rede Rede Corporativa do Estado de Pernambuco;
- Fornecer mensalmente para a Contratante Aderente Técnica arquivos de registros de tarifação de todo o tráfego do mês anterior, em formato CSV ou TXT, até o décimo dia útil do mês corrente, para ser feita a conciliação do tráfego extrarrede;
- Considerar como chamadas locais, para efeito de tarifação, todas as chamadas (origem/destino) realizadas a partir dos usuários de telefonia fixa integradas da Rede Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, que estejam dentro da Área de Abrangência desta rede, reiterando: as localidades do Estado de Pernambuco, atualmente com códigos de áreas 81 e 87, incluindo o Distrito de Fernando de Noronha, a Capital São Paulo, atualmente com código de área 11, e a Capital Brasília, atualmente com código de área 61;
- Garantir que chamadas originadas pela sociedade (pessoa física ou jurídica) destinadas a um PVF, através da rede pública de telefonia, a partir de qualquer município do Estado de Pernambuco, incluindo Fernando de Noronha, sejam tarifadas com custo de ligação local quando originadas e recebidas nestas respectivas localidades;

1.2. Instalar, quando contratado pelas Contratantes Aderentes, em localidades da Região Metropolitana do Recife, links individuais de acesso SIP, conforme as especificações definidas neste serviço, com preços específicos definidos na tabela de preços;

- Estes acessos devem comportar, no mínimo, 30 (trinta) conexões simultâneas para tráfego extrarrede.

1.3. Serviço de tráfego extrarrede: O serviço de tráfego extrarrede deverá ser fornecido de acordo com os tipos de ligações previstas pela ANATEL, quais sejam:

- Local fixo-fixo para todas as localidades do Estado de Pernambuco (RMR e Interior), Fernando de Noronha, Capitais Brasília e São Paulo;
- Local fixo-móvel, para todas as localidades do Estado de Pernambuco (RMR e Interior), Fernando de Noronha, Capitais Brasília e São Paulo;
- Longa Distância Fixo-Fixo (DDD);
- Longa Distância Fixo-Móvel (DDD); e
- Longa Distância Internacional – DDI para os sistemas de conexão com as redes telefônicas públicas fixa e móvel de telecomunicações.

2. SERVIÇO TRÁFEGO TELEFÔNICO EXTRARREDE REVERSO, DO TIPO DISCAGEM DIRETA GRATUITA (DDG)

2.1. Serviço de telefonia, adquirido opcionalmente por parte da Contratante Aderente, utilizando o prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, para possibilitar receber ligações telefônicas locais e de todas as cidades e municípios da República Federativa do Brasil, destinadas aos órgãos do Governo do Estado de Pernambuco e Aderentes do Contrato. Esta modalidade de tráfego deverá apresentar as facilidades aos Órgãos Contratantes Aderentes abaixo descritas:

- Permitir restringir as áreas das quais não deseja receber chamadas, devendo os usuários originadores dessas ligações receberem mensagens gravadas com as informações pertinentes;
- Delimitar as Áreas, permitindo restringir o acesso de chamadas originadas em áreas geográficas que não são de seu interesse;
- Permitir o bloqueio dos acessos por chamadas originadas em terminais móveis (celular);
- Permitir a restrição de chamadas originadas por telefone público;

- Permitir o agendamento por horários, data, dia da semana ou origem, neste caso possibilitando definir o local de atendimento das chamadas em função da hora, data, dia da semana ou origem da ligação;
- Possibilitar a distribuição de chamadas (cíclica, sequencial ou percentual) das chamadas entre os diversos pontos de atendimento do órgão aderente, de acordo com sua especificação;
- Permitir o reencaminhamento/direcionamento de chamadas nos casos de congestionamento, linha ocupada e na situação de não responde, para outro ponto de atendimento;
- Disponibilizar na web (internet) relatórios de desempenho do serviço de 0800, apresentando o resultado de indicadores de forma a permitir que sejam adotadas providências em tempo hábil para manter a qualidade do serviço;
- Manter os números 0800 atualmente utilizados pelos Contratantes Aderentes segundo a resolução ANATEL 460 de 19/03/2007 (Regulamento Geral de Portabilidade). A migração do número (portabilidade) não deverá acarretar ônus para a CONTRATANTE;
- Notificar formalmente via os diversos meios de comunicação, mediante acordo prévio com o Contratante Aderente, sobre a necessidade de ampliação da capacidade de atendimento do 0800, caso os Níveis Mínimos de Serviço contidos no Termo de Referência não estejam dentro dos padrões especificados para a central de atendimento.

2.2. Serviço de tráfego extrarrede: O serviço de tráfego extrarrede deverá ser fornecido de acordo com os tipos de ligações previstas pela ANATEL, quais sejam:

- Serviço Fixo Inter Estadual;
- Serviço Fixo Intra Estadual;
- Serviço Fixo Local;
- Serviço Móvel Intra Estadual;
- Serviço Móvel Local;
- Serviço Móvel VC2;
- Serviço Móvel VC3; e
- Serviço Longa Inter Regional Fixo.

Fundamentação:

- Art. 41º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O Governo do Estado de Pernambuco, por meio de sua Administração Pública, reconhece a comunicação como um dos pilares fundamentais para a prestação de serviços públicos eficientes e de qualidade. Neste contexto, o serviço de tráfego telefônico extrarrede desempenha papel estratégico ao viabilizar a conexão entre os órgãos governamentais e a sociedade, garantindo a continuidade operacional e o atendimento das demandas críticas de comunicação.

Atualmente, a prestação desse serviço é regida pelo Processo SEI: Contrato nº 002/SAD/SEADM/2019 - TELEMAR, conforme descrito na GOVPE - Nota Técnica 24 (58032036), documento anexo ao contrato vigente. Este modelo tem se mostrado eficaz, assegurando alto desempenho na comunicação telefônica extrarrede, essencial para áreas como saúde, segurança pública, educação e outras funções governamentais que dependem de uma conectividade ininterrupta e de qualidade.

Diante do término iminente do contrato atual, faz-se necessário assegurar a continuidade da solução existente, que já se consolidou como indispensável e insubstituível na infraestrutura de telecomunicações do estado. Este documento detalha o cenário único para a contratação do serviço telefônico extrarrede, sustentado pela experiência acumulada, pelas especificações técnicas previamente estabelecidas e pela capacidade do mercado em atender às necessidades da Administração Pública.

Id	Descrição da solução (ou cenário)
----	-----------------------------------

1	<p>Cenário Único de Contratação</p> <p>O serviço de tráfego telefônico extrarrede se destaca como uma solução única em sua concepção e operação, sendo projetado para atender de forma eficiente às necessidades específicas da Rede Corporativa do Governo do Estado de Pernambuco. Trata-se de uma solução consolidada, cujo modelo atual oferece vantagens estratégicas que incluem:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Continuidade Operacional Comprovada O contrato vigente assegura a estabilidade e a eficiência da comunicação extrarrede, possibilitando a realização de chamadas entre a Rede Corporativa e números externos, além de permitir que a sociedade tenha acesso direto aos serviços públicos. Este desempenho consolida o modelo atual como referência para o novo processo contratual. 2. Conformidade Técnica e Legal O modelo atual atende rigorosamente às normativas técnicas, regulamentares e legais. Conforme estabelecido na Nota Técnica 24 (58032036). Que o atual contrato tem o menor valor praticado no mercado essa conformidade reforça a viabilidade do cenário, minimizando riscos operacionais e jurídicos no novo contrato. 3. Disponibilidade do Mercado Apesar de ser uma solução única em termos de funcionalidade, há diversos fornecedores no mercado capacitados para atender às especificações técnicas exigidas, assegurando competitividade e economicidade no processo licitatório. 4. Benefícios Econômicos e Operacionais A centralização do modelo atual permite a otimização dos recursos, reduzindo custos operacionais e proporcionando maior eficiência no gerenciamento do serviço. Essa configuração continuará a atender aos padrões de qualidade e disponibilidade exigidos pela Administração Pública. 5. Mitigação de Riscos O modelo atual inclui redundância de infraestrutura, escalabilidade e suporte técnico contínuo, fatores essenciais para evitar interrupções e garantir a segurança e confiabilidade da comunicação. <p>Dessa forma, a contratação do serviço telefônico extrarrede é fundamentada em um cenário único que alia a experiência positiva do contrato vigente ao compromisso com a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços públicos. A referência ao Processo SEI: Contrato nº 002/SAD/SEADM/2019 - TELEMAR e à GOVPE - Nota Técnica 24 (58032036) embasa tecnicamente a decisão, assegurando que o novo contrato seja estruturado de forma sólida e alinhada às necessidades do Governo do Estado de Pernambuco e da sociedade.</p>
---	--

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Para o contrato transitório de tráfego telefônico extrarrede do Governo do Estado de Pernambuco, as estimativas de quantitativos a serem contratados são fundamentadas nos volumes praticados no contrato atual, conforme definido no Processo SEI: Contrato nº 002/SAD/SEADM/2019 - TELEMAR, bem como no documento anexo SAD - Termo de Apostilamento (45022954). Essa abordagem garante a continuidade operacional sem a necessidade de reestruturações significativas durante o período de transição, mantendo os serviços ininterruptos e de alta qualidade.

Premissas para Estimativa

1. Base no Contrato Vigente: Os quantitativos contratados foram calculados com base nos dados históricos de uso e demanda do contrato atual. Esses dados refletem as necessidades reais da Rede Corporativa e foram validados pela experiência acumulada na execução do serviço.
2. Contrato Transitório: Por se tratar de um contrato temporário, até que seja implementada uma solução definitiva, os volumes estimados buscam manter a operacionalidade atual, sem alterações significativas na infraestrutura ou demanda.

3. Demanda Atualizada: estatísticas de uso, relatórios de tráfego e análises das necessidades operacionais da Administração Pública embasam as projeções de quantitativos, assegurando que estejam alinhadas com a realidade e as expectativas de consumo.

Quantitativos Estimados

Os quantitativos incluem:

- Canais de Tráfego Telefônico Extrarrede: Suficientes para atender à demanda da Rede Corporativa do Estado, considerando o consumo médio mensal em horários de maior movimento (HMM) e prevendo ampliação automática ao atingir 80% de utilização.
- Serviços de Telefonia Fixa e Móvel: Quantitativos alinhados ao plano de numeração atual, com possibilidade de expansão mediante portabilidade numérica.
- Capacidade de Redundância: Links redundantes com rotas distintas para garantir a continuidade do serviço em caso de falhas.
- Relatórios de Tarifação e Monitoramento: Serviços necessários para mensuração precisa do tráfego e tarifação detalhada por Contratante Aderente.

Metodologia de Cálculo

A memória de cálculo baseou-se em:

- Dados históricos de uso registrados durante a vigência do contrato atual.
- Relatórios de desempenho, tráfego e tarifação fornecidos pela operadora contratada.
- Análise das demandas operacionais de comunicação telefônica entre os órgãos governamentais e com a população.

Esses dados foram analisados pela equipe de planejamento para identificar as necessidades reais e projetar os volumes adequados, garantindo eficiência e economicidade.

Justificativa para Manutenção dos Quantitativos

A escolha dos quantitativos praticados no contrato vigente como referência se justifica por:

- Adequação à Realidade Operacional: Os volumes atuais já atendem às necessidades da Rede Corporativa, assegurando o funcionamento pleno dos serviços.
- Facilidade de Transição: A manutenção dos quantitativos reduz riscos operacionais e simplifica o processo de transição entre contratos.
- Viabilidade Econômica e Técnica: A replicação do modelo atual permite economia de tempo e recursos, evitando a necessidade de ajustes técnicos complexos durante a vigência do contrato transitório.

A tabela abaixo apresenta todos os itens atualmente contratados, os quais serão mantidos neste novo contrato, com vigência inicial de 12 meses. O contrato poderá ser renovado anualmente, conforme as necessidades do Governo do Estado de Pernambuco, até o limite máximo de 120 meses.

ITENS DE SERVIÇOS	TIPO DE NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO	PREVISÃO DE USO EM MESES	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL
SERVIÇO SOLUÇÃO DE TRAFÉGO EXTRARREDE				
Local fixo-fixo para PE, capitais, Brasília e São Paulo (mesma operadora)	Crítico	12	Minuto	3.750.000
Local fixo-fixo para PE, capitais, Brasília e São Paulo (outra operadora)	Crítico	12	Minuto	8.750.000
Local fixo-móvel para PE, capitais, Brasília e São Paulo (mesma operadora)	Crítico	12	Minuto	1.968.750
Local fixo-móvel para PE, capitais, Brasília e São Paulo (outra operadora)	Crítico	12	Minuto	2.625.000
Longa distância fixo-fixo (mesma operadora)	Crítico	12	Minuto	509.175

Longa distância fixo-fixo (outra operadora)	Crítico	12	Minuto	792.050
Longa distância fixo-móvel (mesma operadora)	Crítico	12	Minuto	337.500
Longa distância fixo-móvel (outra operadora)	Crítico	12	Minuto	525.000
Longa distância internacional	Crítico	12	Minuto	2.500
SERVIÇO 0800 ESTADUAL				
Serviço Fixo Inter Estadual	Crítico	12	Minuto	1.050
Serviço Fixo Intra Estadual	Crítico	12	Minuto	1.000.000
Serviço Fixo Local	Crítico	12	Minuto	6.000.000
Serviço Móvel Intra Estadual	Crítico	12	Minuto	75.000
Serviço Móvel Local	Crítico	12	Minuto	460.000
Serviço Móvel VC2	Crítico	12	Minuto	800
Serviço Móvel VC3	Crítico	12	Minuto	200
Serviço Longa Inter Regional Fixo	Crítico	12	Minuto	900.000
Serviço Adicional de Acesso SIP (RMR)				
Serviço Adicional de Acesso SIP (RMR)	Crítico	12	Unidade	30

A definição dos quantitativos para o contrato transitório baseia-se na experiência consolidada do contrato vigente e busca garantir a continuidade do serviço sem interrupções. Essa abordagem assegura que a Administração Pública do Estado de Pernambuco mantenha a comunicação eficiente entre seus órgãos e com a população, enquanto promove a transição para uma solução definitiva.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 24º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 40º, caput, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso VI, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

8. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

Conforme apresentado no item 6 "Levantamento de Mercado", a contratação de serviços de tráfego telefônico extrarrede configura-se como um cenário único, sustentado pelos seguintes fatores:

1. **Continuidade Operacional e Experiência Consolidada:** O modelo atual de prestação de serviços, regido pelo Contrato nº 002/SAD/SEADM/2019 - TELEMAR, demonstrou-se eficaz e consolidado, garantindo alta eficiência e qualidade no atendimento das demandas de comunicação extrarrede. Essa experiência acumulada reduz riscos técnicos e operacionais, assegurando a manutenção da confiabilidade e da estabilidade da Rede Corporativa.
2. **Conformidade Técnica e Legal:** O modelo vigente atende a todas as exigências técnicas e normativas previstas, assegurando o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Este alinhamento técnico e jurídico minimiza riscos e facilita a transição para o novo contrato.
3. **Viabilidade Econômica e Competitividade:** Apesar de ser uma solução única em termos de funcionalidade, o mercado apresenta fornecedores capacitados para atender às especificações técnicas requeridas, garantindo um ambiente competitivo para o processo licitatório. O contrato atual também se destaca pelo menor custo praticado no mercado, conforme Nota Técnica 24 (58032036), evidenciando sua economicidade.
4. **Inexistência de Soluções Substitutas Viáveis:** O levantamento de mercado identificou que as

especificidades da solução atual são insubstituíveis devido à integração e personalização voltadas para atender às necessidades da Rede Corporativa do Governo do Estado de Pernambuco. Alterações no modelo poderiam impactar negativamente a continuidade operacional e os custos associados.

5. **Redundância e Escalabilidade:** A infraestrutura atual é robusta, com sistemas redundantes e escaláveis, essenciais para a mitigação de riscos e para atender às demandas crescentes de comunicação do governo e da sociedade.

Dessa forma, a justificativa para a ausência de uma análise comparativa com soluções alternativas está respaldada pela singularidade e adequação do cenário atual às necessidades operacionais e estratégicas da Administração Pública Estadual, em conformidade com o art. 18º, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e o art. 8º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 53.384/2022.

9. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

A análise desenvolvida no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) não identificou soluções alternativas viáveis ao modelo vigente para a prestação dos serviços de tráfego telefônico extrarrede. As conclusões pela inviabilidade de outras soluções estão embasadas nos seguintes pontos, com fundamento em diversas seções deste documento:

1. **Adequação Exclusiva às Necessidades Operacionais da Rede Corporativa**
Conforme destacado nos itens 5 - Descrição dos Requisitos da Contratação e 5.2 - Necessidades Tecnológicas, a solução atual integra requisitos indispensáveis de alta disponibilidade (HA), redundância e escalabilidade que asseguram a continuidade dos serviços essenciais do Estado de Pernambuco. Tais especificações técnicas, como rotas redundantes, interfaces SIP compatíveis e suporte a alta capacidade de tráfego, não encontram alternativas no mercado que combinem eficiência e economicidade com a mesma adequação operacional.
2. **Garantia de Continuidade e Alinhamento Estratégico**
Nos itens 4 - Alinhamento com o Planejamento do Órgão/Entidade e 5.1 - Premissas, ficou evidente que a continuidade operacional da Rede Corporativa é um requisito crítico, especialmente para serviços públicos essenciais como saúde, segurança e educação. Soluções alternativas apresentariam riscos de interrupções significativas ou custos elevados de transição, comprometendo o alinhamento estratégico com as diretrizes institucionais e os objetivos do Programa de Governo Digital (EGD) e do Plano Diretor de TIC (PDTIC).
3. **Viabilidade Econômica Consolidada**
De acordo com o item 7 - Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas, a solução atual oferece uma relação custo-benefício comprovada, sustentada pela experiência acumulada do contrato vigente e pela otimização de recursos. Alternativas exigiriam investimentos elevados em reconfigurações de infraestrutura e adaptações técnicas, tornando-se economicamente inviáveis.
4. **Impactos Negativos na Operacionalidade e na Sociedade**
O item 2 - Descrição da Necessidade destaca a criticidade da comunicação extrarrede para a interação eficiente entre órgãos públicos e entre o governo e a sociedade. Qualquer mudança no modelo atual representaria riscos à continuidade e à qualidade desses serviços, impactando diretamente a capacidade do Estado em atender às demandas dos cidadãos.
5. **Ausência de Soluções Substitutas Viáveis no Mercado**
Conforme evidenciado nos itens 6 - Levantamento de Mercado e 8 - Análise Comparativa das Soluções, o modelo vigente já contempla um cenário consolidado que atende às normativas técnicas e legais, apresentando alta performance e confiabilidade. Nenhuma solução alternativa no mercado demonstrou ser capaz de oferecer a mesma robustez e compatibilidade com os padrões operacionais e normativos exigidos.
6. **Complexidade de Adaptação e Transição**
O item 5.3 - Necessidades Tecnológicas ressalta que as necessidades específicas da Rede Corporativa demandam um nível de personalização elevado. A adoção de qualquer solução alternativa implicaria longos períodos de implementação, além de ajustes técnicos complexos e onerosos, que poderiam resultar em descontinuidade de serviços.

Diante dos pontos expostos, conclui-se que as soluções alternativas ao modelo vigente são tecnicamente inviáveis e inadequadas para atender às necessidades do Governo do Estado de Pernambuco, tanto por suas limitações quanto pelos riscos e impactos associados. Essa avaliação reforça a escolha fundamentada do modelo atual como a melhor alternativa para garantir a continuidade, a eficiência e a segurança dos serviços públicos essenciais.

10. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

A análise comparativa de custos foi baseada nos valores praticados pelo contrato atual (PE-Conectado II), conforme analisado na Nota Técnica 24 (58032036). Essa nota utilizou como referência os valores de contratos semelhantes identificados por meio de consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ferramentas de busca, como o Google, assegurando a consistência e a rastreabilidade dos dados.

Como o estudo não identificou cenários alternativos viáveis, os custos analisados se restringiram ao modelo atual, que apresenta conformidade técnica e vantajosidade econômica com os requisitos estabelecidos.

10.1. CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

O cálculo do TCO foi realizado com base nos dados apresentados na Nota Técnica 24 (58032036), que considerou custos diretos e indiretos ao longo do ciclo de vida do contrato. Os custos incluem despesas contratuais previstas, custos operacionais e estimativas de eventuais ajustes na infraestrutura necessários para a continuidade do serviço.

ITENS DE SERVIÇOS	TIPO DE NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO	PREVISÃO DE USO EM MESES	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL	CUSTO UNITÁRIO	ANO I
SERVIÇO SOLUÇÃO DE TRAFÉGO EXTRARREDE						
Local fixo-fixo para PE, capitais, Brasília e São Paulo (mesma operadora)	Crítico	12	Minuto	3.750.000	R\$ 0,0127	R\$ 571.500,0000
Local fixo-fixo para PE, capitais, Brasília e São Paulo (outra operadora)	Crítico	12	Minuto	8.750.000	R\$ 0,0127	R\$ 1.333.500,0000
Local fixo-móvel para PE, capitais, Brasília e São Paulo (mesma operadora)	Crítico	12	Minuto	1.968.750	R\$ 0,0264	R\$ 623.700,0000
Local fixo-móvel para PE, capitais, Brasília e São Paulo (outra operadora)	Crítico	12	Minuto	2.625.000	R\$ 0,0264	R\$ 831.600,0000
Longa distância fixo-fixo (mesma operadora)	Crítico	12	Minuto	509.175	R\$ 0,0127	R\$ 77.598,2700
Longa distância fixo-fixo (outra operadora)	Crítico	12	Minuto	792.050	R\$ 0,0127	R\$ 120.708,4200
Longa distância fixo-móvel (mesma operadora)	Crítico	12	Minuto	337.500	R\$ 0,0264	R\$ 106.920,0000
Longa distância fixo-móvel (outra operadora)	Crítico	12	Minuto	525.000	R\$ 0,0264	R\$ 166.320,0000
Longa distância internacional	Crítico	12	Minuto	2.500	R\$ 0,8371	R\$ 25.113,0000
CUSTO TOTAL DO SERVIÇO SOLUÇÃO DE TRAFÉGO EXTRARREDE						R\$ 3.856.959,6900
SERVIÇO 0800 ESTADUAL						
Serviço fixo interestadual	Crítico	12	Minuto	1.050	R\$ 0,0127	R\$ 160,0200
Serviço fixo intraestadual	Crítico	12	Minuto	1.000.000	R\$ 0,0127	R\$ 152.400,0000
Serviço fixo local	Crítico	12	Minuto	6.000.000	R\$ 0,0127	R\$ 914.400,0000
Serviço móvel intraestadual	Crítico	12	Minuto	75.000	R\$ 0,0264	R\$ 23.760,0000
Serviço móvel local	Crítico	12	Minuto	460.000	R\$ 0,0264	R\$ 145.728,0000
Serviço móvel VC2	Crítico	12	Minuto	800	R\$ 0,0264	R\$ 253,4400
Serviço móvel VC3	Crítico	12	Minuto	200	R\$ 0,0264	R\$ 63,3600
Serviço longa inter regional fixo	Crítico	12	Minuto	900.000	R\$ 0,0127	R\$ 137.160,0000
CUSTO TOTAL DO SERVIÇO 0800 ESTADUAL						R\$ 1.373.924,8200
SERVIÇO ADICIONAL DE ACESSO SIP (RMR)						
Serviço adicional de acesso SIP	Crítico	12	Unidade	30	R\$ 116,6642	R\$ 41.999,1120
CUSTO TOTAL DO SERVIÇO ADICIONAL DE ACESSO SIP (RMR)						R\$ 41.999,1120
CUSTO TOTAL ANO						R\$ 5.272.883,6220

10.2. MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

Como foi identificado apenas um cenário viável, apresenta-se a tabela consolidando as informações principais dos serviços a serem contratados e seus custos totais estimados para o período contratual de 12 meses (ANO I).

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	ANO I
CUSTO TOTAL DO SERVIÇO SOLUÇÃO DE TRAFÉGO EXTRARREDE	R\$ 3.856.959,6900
CUSTO TOTAL DO SERVIÇO 0800 ESTADUAL	R\$ 1.373.924,8200
CUSTO TOTAL DO SERVIÇO ADICIONAL DE ACESSO SIP (RMR)	R\$ 41.999,1120
CUSTO TOTAL ANO	R\$ 5.272.883,6220

11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A decisão de não adotar o parcelamento na contratação dos serviços de tráfego telefônico extrarrede e extrarrede reverso foi fundamentada com base em análises técnicas, econômicas e operacionais detalhadas, conforme descrito abaixo:

- Característica de Sistema Único e Integrado**
O objeto da contratação configura um sistema único e integrado de tráfego telefônico extrarrede, cuja divisão em módulos ou lotes comprometeria a funcionalidade e a confiabilidade do serviço. A infraestrutura de comunicação da Rede Corporativa do Governo do Estado de Pernambuco exige integração total entre as funcionalidades contratadas, de forma a garantir continuidade, segurança e eficiência na operação.
- Economia de Escala e Redução de Custos**
A contratação de um único fornecedor proporciona significativas economias de escala, tanto na execução do serviço quanto na gestão contratual. A centralização do serviço em um único contrato reduz os custos administrativos e operacionais, eliminando a necessidade de gerenciar múltiplos contratos, o que seria financeiramente oneroso e operacionalmente ineficiente.
- Padronização e Compatibilidade Técnica**
Conforme especificado nos itens **5 - Descrição dos Requisitos da Contratação** e **5.3 - Necessidades Tecnológicas**, o serviço demanda padronização técnica que assegure compatibilidade entre os componentes e os processos da Rede Corporativa. O parcelamento introduziria riscos de incompatibilidade técnica, o que poderia impactar negativamente a qualidade e a disponibilidade dos serviços prestados.
- Prevenção de Riscos e Garantia de Continuidade**
A divisão do objeto contratual aumentaria a complexidade da coordenação e da integração técnica, ampliando os riscos de falhas operacionais e descontinuidade do serviço, especialmente em situações críticas de alta demanda. A contratação unificada é essencial para mitigar tais riscos, assegurando a confiabilidade do sistema.
- Mercado e Competitividade**
O levantamento de mercado apresentado no item **6 - Levantamento de Mercado** demonstrou que há fornecedores capacitados para atender ao objeto de forma integrada, garantindo competitividade no processo licitatório. O parcelamento não agregaria benefícios adicionais em termos de ampliação da concorrência.
- Viabilidade Econômica e Operacional**
O custo administrativo de gestão de múltiplos contratos supera eventuais vantagens econômicas que poderiam ser alcançadas pelo parcelamento. Além disso, a unificação do objeto simplifica a gestão contratual, facilitando o acompanhamento e o controle do desempenho do fornecedor.
- Alinhamento com Diretrizes Legais e Estratégicas**
A decisão pelo não parcelamento está alinhada com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 18º, § 1º, inciso VIII, e no Decreto Estadual nº 53.384/2022. A análise considerou também as especificidades estratégicas descritas no item **4 - Alinhamento da Contratação com o Planejamento do Órgão/Entidade**, que reforçam a necessidade de uma solução integrada.

Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento do objeto contratual não é viável nem vantajoso, uma vez que comprometeria a funcionalidade, a integração técnica, a economicidade e a eficiência do serviço. Assim, a contratação de um único fornecedor, com total responsabilidade pelo atendimento ao escopo completo, é a abordagem mais adequada para garantir a excelência na prestação dos serviços públicos essenciais à população.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 47º, inciso II e § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 40º, inciso V e §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso VIII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A análise das contratações correlatas e/ou interdependentes para a implementação da solução de tráfego telefônico extrarrede e extrarrede reverso permitiu identificar objetos complementares e providências necessárias à viabilização e continuidade da solução proposta. A solução técnica adotada será mantida em conformidade com o modelo estabelecido no atual contrato (PE-Conectado II), assegurando compatibilidade e eficiência na prestação dos serviços.

1. Contratações Correlatas

As contratações correlatas envolvem objetos similares ou complementares que devem ser considerados para garantir a continuidade operacional e a eficiência do serviço. Entre as principais contratações correlatas, destacam-se:

1.1 Infraestrutura de Rede e Conectividade

- Contratos relacionados à manutenção e ampliação da infraestrutura de conectividade (backbone e links redundantes) que suportam o tráfego telefônico extrarrede. Estes contratos complementam a solução ao prover estabilidade e alta disponibilidade (HA) no escoamento do tráfego.

1.2 Serviços de Suporte Técnico e Monitoramento

- Contratações para serviços de suporte técnico especializado, que asseguram a operação contínua e a resolução de incidentes, bem como o monitoramento em tempo real dos indicadores de desempenho do tráfego telefônico.

1.3 Soluções de Segurança da Informação

- Contratos vigentes ou planejados que abrangem medidas de proteção contra acessos não autorizados e ataques cibernéticos às redes e sistemas envolvidos no tráfego telefônico.

2. Contratações Interdependentes

As contratações interdependentes estão associadas a elementos que constituem pré-requisitos para o sucesso da solução de tráfego telefônico ou cuja execução é diretamente dependente da solução contratada. Entre elas, incluem-se:

2.1 Ajustes na Infraestrutura Organizacional

- Necessidades de adequação no ambiente tecnológico, incluindo melhorias em sistemas elétricos e de climatização nos locais que abrigam os equipamentos de conectividade, para evitar falhas ou interrupções.

2.2 Serviços de Licenciamento e Portabilidade Numérica

- Contratos que assegurem a portabilidade de numeração dos terminais telefônicos existentes e a expansão do plano numérico, garantindo a transição entre o atual contrato e o novo modelo sem interrupções.

2.3 Transição Contratual

- Planejamento e execução de medidas que assegurem a continuidade do serviço durante a transição entre o contrato vigente e a nova contratação, prevenindo interrupções no tráfego telefônico e na comunicação governamental.

3. Integração e Planejamento Estratégico

A integração entre as contratações correlatas e interdependentes é essencial para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados. Todas as contratações relacionadas serão planejadas estrategicamente para evitar sobreposições, maximizar os recursos disponíveis e assegurar que a solução contratada atenda às necessidades imediatas e futuras da Administração Pública.

A identificação e o alinhamento das contratações correlatas e interdependentes reforçam a viabilidade técnica e operacional da solução, garantindo sua integração com os serviços e infraestruturas existentes. A manutenção do modelo técnico adotado no PE-Conectado II e a gestão integrada das contratações correlatas e interdependentes asseguram a eficiência, a economicidade e a continuidade dos serviços públicos de comunicação essenciais.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso IX, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação dos serviços de tráfego telefônico extrarrede e extrarrede reverso visa atender às necessidades estratégicas e operacionais do Governo do Estado de Pernambuco, assegurando a continuidade e a qualidade das comunicações entre os órgãos governamentais e com a sociedade. Os resultados pretendidos são específicos, mensuráveis e alinhados aos princípios de eficácia, economicidade e sustentabilidade. Abaixo, detalhamos os benefícios diretos esperados:

1. Continuidade Operacional

Garantir que não haja interrupções na comunicação entre os órgãos governamentais e entre o governo e a sociedade, assegurando o pleno funcionamento das atividades administrativas e a prestação de serviços públicos essenciais, como saúde, segurança e educação.

2. Qualidade e Manutenção no Atendimento ao Público

Manter a capacidade e a qualidade do atendimento ao cidadão, por meio de um serviço confiável que permita a interação ágil e eficiente entre a população e os órgãos públicos, especialmente em situações de alta demanda.

3. Economia de Recursos

Otimizar a gestão dos recursos financeiros e operacionais, por meio da contratação de um modelo consolidado e econômico, que centraliza os serviços e reduz custos administrativos associados à gestão de múltiplos contratos.

4. Capacidade Ampliada de Atendimento

Garantir a expansão da infraestrutura de comunicação para suportar um maior volume de serviços e usuários simultaneamente, atendendo às demandas atuais e futuras dos órgãos governamentais e da sociedade.

5. Sustentabilidade e Impactos Ambientais Positivos

Adotar práticas e soluções tecnológicas que minimizem o impacto ambiental das operações, como a redução no consumo de energia e o uso de infraestrutura otimizada, contribuindo para o desenvolvimento nacional sustentável.

6. Segurança e Confiabilidade

Fortalecer a segurança das comunicações por meio de infraestrutura moderna e redundante, garantindo proteção contra falhas técnicas e assegurando a continuidade das operações em cenários críticos.

7. Aumento na Produtividade

Facilitar a automatização de processos e a integração de sistemas de comunicação, promovendo maior produtividade e eficiência no uso dos recursos humanos e tecnológicos disponíveis.

8. Alinhamento com Estratégias Governamentais

Contribuir para os objetivos estratégicos definidos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), no Programa de Governo Digital (EGD) e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, garantindo que as soluções implementadas estejam alinhadas às diretrizes institucionais e às melhores práticas de governança pública.

A entrega desses resultados consolidará os benefícios diretos e indiretos da contratação, justificando o investimento e promovendo a eficiência, a sustentabilidade e a excelência nos serviços públicos prestados à população.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

- Art. 174º, § 3º, inciso VI, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso X, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 174º, § 3º, inciso VI, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso X, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação dos serviços de tráfego telefônico extrarrede e extrarrede reverso foi analisada sob a perspectiva de possíveis impactos ambientais, com o objetivo de atender ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021. Embora os serviços contratados apresentem impactos ambientais limitados, destacam-se as seguintes considerações:

1. Consumo Energético

- A operação dos serviços exige o uso contínuo de equipamentos de comunicação, como centrais telefônicas, links de dados e infraestrutura de conectividade, que processam e roteiam as chamadas. O impacto energético está diretamente relacionado ao consumo dessas infraestruturas, destacando-se a importância de soluções que adotem equipamentos modernos e energeticamente eficientes.

2. Gestão de Resíduos

- A substituição de equipamentos e o descarte de componentes eletrônicos devem observar as melhores práticas de logística reversa, com ênfase na reciclagem e no descarte adequado, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

3. Impactos Indiretos

- Durante a operação do serviço, impactos indiretos incluem emissões de carbono associadas ao consumo de energia por equipamentos de alta demanda e o uso de tecnologias que operam continuamente, como servidores e sistemas de interconexão. Esses impactos podem ser mitigados pela seleção de fornecedores que adotem práticas de eficiência energética e gestão ambiental.

4. Infraestrutura de Comunicação

- A solução contratada prevê redundância em rotas de tráfego e sistemas de comunicação para garantir resiliência e prevenir falhas operacionais. Apesar dos benefícios em termos de segurança e continuidade, essa configuração pode aumentar a demanda por equipamentos e recursos energéticos, especialmente em infraestruturas de suporte, como backbones e sistemas redundantes. Para mitigar esses impactos, é recomendada a adoção de práticas de gestão ambiental integradas às melhores tecnologias disponíveis, como a implementação de equipamentos energeticamente eficientes e o monitoramento contínuo do desempenho ambiental, promovendo uma operação mais sustentável e alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Fundamentação:

- Art. 5º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 11, inciso I e IV, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- Art. 34, § 1º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso XII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para garantir a execução eficiente e eficaz do contrato de prestação de serviços de tráfego telefônico extrarrede e extrarrede reverso, a Administração deve adotar as seguintes providências prévias à formalização contratual, assegurando que todos os requisitos técnicos, legais e organizacionais sejam devidamente atendidos:

1. Capacitação de Servidores e Empregados

- Promover treinamentos para os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, abordando as especificidades técnicas do serviço, incluindo monitoramento de indicadores de qualidade, gestão de relatórios e análises de desempenho.
- Realizar capacitações periódicas para assegurar o domínio das normas legais e das práticas administrativas necessárias para a condução do contrato.

2. Adequação do Ambiente Organizacional

- Verificar a infraestrutura tecnológica existente, avaliando a necessidade de ajustes ou expansões na capacidade de processamento, armazenamento e conectividade, de forma a garantir a compatibilidade com os serviços contratados.
- Avaliar a adequação das condições elétricas e de climatização nos ambientes que abrigarão os equipamentos ou infraestrutura de suporte, de modo a evitar sobrecargas ou falhas operacionais.

3. Estruturação Organizacional e de Processos

- Revisar e, se necessário, reestruturar processos de trabalho e fluxos operacionais para alinhar as atividades internas às demandas do contrato.
- Avaliar necessidade de atualização de normas internas relacionadas à segurança da informação, gestão documental e mitigação de riscos, considerando as especificidades do tráfego telefônico extrarrede.
- Definir claramente as responsabilidades e interfaces entre os departamentos envolvidos na execução do contrato.

4. Cumprimento de Exigências Legais e Infralegais

- Assegurar que todas as licenças e autorizações necessárias à execução do serviço sejam obtidas previamente.
- Exigir a conformidade com a legislação vigente, especialmente no que tange à segurança e privacidade das comunicações.

5. Logística e Serviços Complementares

- Propor ajustes nos serviços de apoio, como manutenção predial, limpeza e suporte técnico, para garantir que a infraestrutura necessária ao serviço contratado esteja em condições ideais de operação.

6. Planejamento e Monitoramento Financeiro

- Planejar adequadamente a gestão do consumo dos itens de serviços associados à operação, evitando interrupções que possam comprometer a execução do contrato.
- Considerar os custos das providências mencionadas na análise de viabilidade econômica, assegurando que sejam incluídos no planejamento financeiro global da contratação.
- Estabelecer mecanismos de monitoramento contínuo para acompanhar a implementação das providências e mitigar possíveis atrasos ou entraves.

A adoção dessas providências garantirá que a contratação ocorra de forma alinhada às necessidades operacionais, normativas e estratégicas do Governo do Estado de Pernambuco. A preparação adequada das condições internas é essencial para mitigar riscos, promover a eficiência na execução contratual e assegurar que os benefícios esperados sejam plenamente alcançados.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso X, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso XI, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

16. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

A solução a ser contratada consiste na prestação de serviços de tráfego telefônico extrarrede e extrarrede reverso para a Rede Corporativa do Governo do Estado de Pernambuco. Essa solução foi escolhida após análise comparativa detalhada, considerando os benefícios técnicos, operacionais e econômicos que a diferenciam de alternativas disponíveis no mercado.

Descrição da Solução

A solução contratada será responsável por fornecer infraestrutura e serviços que possibilitem a realização de chamadas entre a Rede Corporativa e números externos, incluindo usuários da sociedade e outras redes governamentais. A solução contempla:

1. Capacidade e Escalabilidade

- Provisão de infraestrutura robusta e escalável, com links redundantes e rotas distintas, garantindo alta disponibilidade (HA) e continuidade do serviço mesmo em casos de falhas técnicas.
- Capacidade para atender a alta demanda de tráfego telefônico, com ampliação automática do número de canais ao atingir 80% de sua utilização média.

2. Conectividade Ampla

- Suporte à conectividade para chamadas locais, interurbanas, internacionais e móveis, assegurando abrangência geográfica e funcionalidade universal.

3. Eficiência Técnica

- Utilização de interfaces SIP (Session Initiation Protocol), compatíveis com padrões internacionais, para integração com redes públicas de telefonia fixa e móvel.
- Implementação de recursos de Discagem Direta a Ramal (DDR), facilitando o acesso direto dos cidadãos e outros órgãos à Rede Corporativa.

4. Segurança e Resiliência Operacional

- Rotas de tráfego redundantes para evitar pontos únicos de falha, aumentando a resiliência contra interrupções e assegurando a continuidade operacional.

5. Gestão e Relatórios

- Disponibilização de relatórios detalhados de desempenho e tarifação via web, permitindo a gestão eficiente e transparente do serviço.
- Separação de faturamento por contratantes aderentes, possibilitando controle financeiro e conformidade com as obrigações contratuais.

6. Portabilidade Numérica

- A solução contratada incluirá suporte à portabilidade numérica para manter o plano de numeração atualmente em uso pela Rede Corporativa do Governo do Estado de Pernambuco. Essa funcionalidade assegura que, mesmo em caso de alterações de provedores ou ajustes na infraestrutura de telecomunicações, os números de telefone existentes possam ser preservados, eliminando custos e transtornos associados à mudança de numeração. Além disso, a solução permitirá a expansão do plano numérico com novas faixas, de forma sequencial e conforme as demandas operacionais, em total conformidade com a legislação vigente.

Justificativa da Escolha

A escolha dessa solução foi motivada pelos seguintes benefícios e vantagens:

1. Eficiência Operacional

- A solução proporciona alta confiabilidade e eficiência operacional, reduzindo o tempo médio de execução de chamadas e assegurando o pleno funcionamento das comunicações entre os órgãos governamentais e a sociedade.

2. Economia e Sustentabilidade

- A centralização dos serviços em uma única solução reduz custos administrativos e operacionais associados à gestão de múltiplos contratos.
- O uso de tecnologias modernas e energeticamente eficientes minimiza os custos de operação e contribui para a sustentabilidade ambiental.

3. Eficácia na Prestação de Serviços Públicos

- A continuidade e a qualidade das comunicações promovem a prestação eficiente de serviços públicos essenciais, como saúde, segurança e educação, atendendo diretamente às necessidades da população.

4. Conformidade Legal e Técnica

- A solução atende integralmente às normas técnicas e regulatórias aplicáveis, eliminando riscos jurídicos e operacionais.
- A compatibilidade com padrões internacionais garante interoperabilidade e flexibilidade na integração com outras redes.
- O suporte à portabilidade numérica permite a manutenção dos números atuais e amplia a flexibilidade na expansão do plano de numeração, eliminando custos de adaptação e promovendo uma experiência ininterrupta para os usuários.

5. Alinhamento Estratégico

- A solução está alinhada aos objetivos do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), ao Programa de Governo Digital (EGD) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, reforçando o compromisso do Estado com inovação e modernização.

6. Redução de Riscos e Ganhos de Escala

- A contratação unificada reduz a complexidade operacional, minimizando riscos associados a múltiplos fornecedores.
- O ganho de escala permite melhores condições de preço e atendimento, otimizando o investimento público.

A solução escolhida combina robustez técnica, eficiência operacional e economicidade, sendo a mais adequada para atender às demandas do Governo do Estado de Pernambuco. Essa escolha assegura a continuidade dos serviços essenciais de comunicação, promove a sustentabilidade e fortalece a prestação de serviços públicos à sociedade.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso VII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso V, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

17. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação para o serviço de tráfego telefônico extrarrede e extrarrede reverso foi realizada com base na composição dos itens de serviço, conforme detalhado na planilha de custos e memória de cálculo desenvolvidas. O valor total estimado para o período contratual de 12 meses é de **R\$ 5.272.883,62**, abrangendo todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do contrato.

Essa estimativa inclui:

- Custos dos serviços de tráfego telefônico local, interurbano, internacional, e móvel;
- Custos associados a serviços adicionais, como acesso SIP e portabilidade numérica;
- Projeções de consumo estimadas com base no histórico do contrato vigente e nas demandas previstas para o período.

O valor foi consolidado com base na Nota Técnica 24 (58032036), utilizando ferramentas de referência como o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que permitiram a validação da razoabilidade econômica dos custos apresentados. Esta análise garante que o valor estimado esteja em conformidade com os princípios de economicidade e eficiência, atendendo às necessidades da Administração.

ITENS DE SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL	CUSTO UNITÁRIO	ANO I
SERVIÇO SOLUÇÃO DE TRAFÉGO EXTRARREDE				
Local fixo-fixo para PE, capitais, Brasília e São Paulo (mesma operadora)	Minuto	3.750.000	R\$ 0,0127	R\$ 571.500,0000
Local fixo-fixo para PE, capitais, Brasília e São Paulo (outra operadora)	Minuto	8.750.000	R\$ 0,0127	R\$ 1.333.500,0000
Local fixo-móvel para PE, capitais, Brasília e São Paulo (mesma operadora)	Minuto	1.968.750	R\$ 0,0264	R\$ 623.700,0000
Local fixo-móvel para PE, capitais, Brasília e São Paulo (outra operadora)	Minuto	2.625.000	R\$ 0,0264	R\$ 831.600,0000
Longa distância fixo-fixo (mesma operadora)	Minuto	509.175	R\$ 0,0127	R\$ 77.598,2700
Longa distância fixo-fixo (outra operadora)	Minuto	792.050	R\$ 0,0127	R\$ 120.708,4200
Longa distância fixo-móvel (mesma operadora)	Minuto	337.500	R\$ 0,0264	R\$ 106.920,0000
Longa distância fixo-móvel (outra operadora)	Minuto	525.000	R\$ 0,0264	R\$ 166.320,0000
Longa distância internacional	Minuto	2.500	R\$ 0,8371	R\$ 25.113,0000
CUSTO TOTAL DO SERVIÇO SOLUÇÃO DE TRAFÉGO EXTRARREDE				R\$ 3.856.959,6900
SERVIÇO 0800 ESTADUAL				
Serviço fixo interestadual	Minuto	1.050	R\$ 0,0127	R\$ 160,0200

Serviço fixo intraestadual	Minuto	1.000.000	R\$ 0,0127	R\$ 152.400,0000
Serviço fixo local	Minuto	6.000.000	R\$ 0,0127	R\$ 914.400,0000
Serviço móvel intraestadual	Minuto	75.000	R\$ 0,0264	R\$ 23.760,0000
Serviço móvel local	Minuto	460.000	R\$ 0,0264	R\$ 145.728,0000
Serviço móvel VC2	Minuto	800	R\$ 0,0264	R\$ 253,4400
Serviço móvel VC3	Minuto	200	R\$ 0,0264	R\$ 63,3600
Serviço longa inter regional fixo	Minuto	900.000	R\$ 0,0127	R\$ 137.160,0000
CUSTO TOTAL DO SERVIÇO 0800 ESTADUAL				R\$ 1.373.924,8200
SERVIÇO ADICIONAL DE ACESSO SIP (RMR)				
Serviço adicional de acesso SIP	Unidade	30	R\$ 116,6642	R\$ 41.999,1120
CUSTO TOTAL DO SERVIÇO ADICIONAL DE ACESSO SIP (RMR)				R\$ 41.999,1120
CUSTO TOTAL ANO				R\$ 5.272.883,6220

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso VII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

18. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Com base na análise detalhada realizada ao longo deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), conclui-se que a contratação dos serviços de tráfego telefônico extrarrede e extrarrede reverso para a Rede Corporativa do Governo do Estado de Pernambuco é **viável**. Essa decisão é fundamentada nos seguintes aspectos:

1. Viabilidade Técnica

A solução proposta atende integralmente aos requisitos técnicos identificados, oferecendo infraestrutura moderna, escalável e compatível com os padrões internacionais. Sua implementação garante alta disponibilidade (HA), segurança operacional e suporte à portabilidade numérica, o que assegura a continuidade das operações e a interoperabilidade com outras redes.

2. Viabilidade Operacional

A contratação está alinhada às necessidades e prioridades estratégicas da Administração Pública, como a manutenção da qualidade dos serviços essenciais e a eficiência na comunicação entre órgãos governamentais e com a sociedade. A solução é totalmente integrada às demandas operacionais, permitindo sua gestão de forma centralizada e eficiente.

3. Viabilidade Orçamentária

Os custos estimados para a contratação são compatíveis com o orçamento disponível, e a análise de custo-benefício evidenciou a racionalidade do investimento. A centralização do serviço reduz custos administrativos e operacionais, enquanto a escalabilidade e o suporte à portabilidade eliminam gastos adicionais relacionados a alterações na infraestrutura.

4. Clareza e Pertinência da Necessidade

A necessidade da contratação está claramente definida e é imprescindível para assegurar a continuidade da comunicação entre órgãos e entre o governo e a sociedade. A solução escolhida é a mais adequada, considerando os critérios de eficácia, eficiência e economicidade.

5. Análise de Custo-Benefício

Os benefícios potenciais da solução, como maior eficiência operacional, redução de riscos e alinhamento estratégico, justificam plenamente os custos envolvidos. A solução contratada combina robustez técnica e sustentabilidade, promovendo a entrega de serviços públicos de qualidade com uso responsável de recursos.

6. Coerência com Prioridades

A contratação está alinhada com as diretrizes do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e

Comunicação (PDTIC), o Programa de Governo Digital (EGD) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforçando o compromisso com inovação, modernização e eficiência na gestão pública.

7. Impactos Internos e Externos

Internamente, a solução facilita a integração entre os órgãos governamentais e melhora a gestão de recursos. Externamente, promove uma boa experiência para a sociedade, ao garantir comunicação eficiente e ininterrupta com os serviços públicos.

A contratação dos serviços de tráfego telefônico extrarrede e extrarrede reverso é plenamente viável e recomendada. Todos os aspectos técnicos, operacionais e orçamentários foram analisados de forma criteriosa, confirmando que a solução proposta é a mais adequada para atender às demandas da Administração. Dessa forma, propõe-se o prosseguimento da contratação como uma decisão estratégica para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços públicos essenciais.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso XIII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

19. RESPONSÁVEIS

Identificação dos responsáveis pela elaboração do ETP.

Conforme o Art. 4º, § 5, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022 e Art. 13 da Portaria ATI nº 15 de 31 de março de 2023, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser elaborado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima da área de TIC.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
Ítalo Fernando Vasconcelos Sivini Filho Matrícula: 144566/02 Superintendente de Conectividade e Infraestrutura Setor/Gerência Contato: (81) 98494-5755 E-mail: italo.sivini@ati.pe.gov.br Recife, Data de Assinatura no SEI.	Joseilson Albuquerque de França Matrícula: 125286/03 Gerente de Telemática do Estado Setor/Gerência Contato: (81) 3183-7775 E-mail: joseilson.franca@sad.pe.gov.br Recife, Data de Assinatura no SEI.

20. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovação do documento e declaração expressa da autoridade máxima da Área de TIC quanto à adequação dos estudos realizados neste artefato aos ditames do Art. 4º, § 5, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022 e Art. 13 da Portaria ATI nº 15 de 31 de março de 2023.

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022 e da Portaria ATI nº 15 de 31 de março de 2023.

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC

(OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL - Art. 13, Parágrafo único, Portaria ATI nº 15 de 31 de março de 2023)

Frederico de Vasconcelos Pereira

Matrícula: 18187714/02

Diretor-Presidente da Agência Estadual de Tecnologia da informação

Presidência da ATI

Recife, Data de Assinatura no SEI.



Documento assinado eletronicamente por **Italo Fernando Vasconcelos Sivini Filho**, em 04/11/2025, às 09:47, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSEILSON ALBUQUERQUE DE FRANCA**, em 05/11/2025, às 16:37, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ISABELE CAROLINA PESSOA MARTINS**, em 05/11/2025, às 16:52, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Vasconcelos Pereira**, em 06/11/2025, às 10:31, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE SALES DE OLIVEIRA**, em 06/11/2025, às 15:27, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **74951500** e o código CRC **B9C8DB94**.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Av. Antônio de Góes, 194, - Bairro Pina, Recife/PE - CEP 51010-000, Telefone: +558131837600



ANEXO B DO TERMO DE REFERÊNCIA

QUADRO RESUMO

PROCESSO Nº 0001210011548.000003/2025-18

Item	Catser	Código E-Fisco	Descrição	Unidade	Quantidade	Previsão de uso em meses	Preço Unitário	Valor Mensal	Valor Total (12 meses)
SERVIÇO SOLUÇÃO DE TRAFÉGO EXTRARREDE									
1	1988	463371-7	Local fixo-fixo para PE, capitais, Brasília e São Paulo (mesma operadora)	Minuto	1.971.384	12	R\$ 0,01	R\$ 19.713,84	R\$ 236.566,08
2	1988	478779-0	Local fixo-fixo para PE, capitais, Brasília e São Paulo (outra operadora)	Minuto	1.890.558	12	R\$ 0,01	R\$ 18.905,58	R\$ 226.866,96
3	1988	467282-8	Local fixo-móvel para PE, capitais, Brasília e São Paulo (mesma operadora)	Minuto	874.740	12	R\$ 0,03	R\$ 26.242,20	R\$ 314.906,40
4	1988	478780-3	Local fixo-móvel para PE, capitais, Brasília e São Paulo (outra operadora)	Minuto	1.434.596	12	R\$ 0,03	R\$ 43.037,88	R\$ 516.454,56
5	1988	467283-6	Longa distância fixo-fixo (mesma operadora)	Minuto	222.346	12	R\$ 0,03	R\$ 6.670,38	R\$ 80.044,56
6	1988	478781-1	Longa distância fixo-fixo (outra operadora)	Minuto	229.608	12	R\$ 0,03	R\$ 6.888,24	R\$ 82.658,88

7	1988	467284-4	Longa distância fixo-móvel (mesma operadora)	Minuto	103.513	12	R\$ 0,03	R\$ 3.105,39	R\$ 37.264,68
8	1988	478782-0	Longa distância fixo-móvel (outra operadora)	Minuto	128.890	12	R\$ 0,03	R\$ 3.866,70	R\$ 46.400,40
9	1988	467285-2	Longa distância internacional	Minuto	1.240	12	R\$ 0,86	R\$ 1.066,40	R\$ 12.796,80
SERVIÇO 0800 ESTADUAL									
10	1988	463377-6	Serviço fixo interestadual	Minuto	364	12	R\$ 0,06	R\$ 21,84	R\$ 262,08
11	1988	467295-0	Serviço fixo intraestadual	Minuto	14.684	12	R\$ 0,01	R\$ 146,84	R\$ 1.762,08
12	1988	467296-8	Serviço fixo local	Minuto	84.960	12	R\$ 0,01	R\$ 849,60	R\$ 10.195,20
13	1988	467297-6	Serviço móvel intraestadual	Minuto	110.063	12	R\$ 0,35	R\$ 38.522,05	R\$ 462.264,60
14	1988	467300-0	Serviço móvel local	Minuto	575.533	12	R\$ 0,25	R\$ 143.883,25	R\$ 1.726.599,00
15	1988	467302-6	Serviço móvel VC2	Minuto	23051	12	R\$ 0,35	R\$ 8.067,85	R\$ 96.814,20
16	1988	467303-4	Serviço móvel VC3	Minuto	653	12	R\$ 0,35	R\$ 228,55	R\$ 2.742,60
17	1988	467304-2	Serviço longa inter regional fixo	Minuto	474	12	R\$ 0,08	R\$ 37,92	R\$ 455,04
SERVIÇO ADICIONAL DE ACESSO SIP									
18	1988	478778-1	Serviço adicional de acesso SIP	Unidade	13	12	R\$ 122,82	R\$ 1.596,66	R\$ 19.159,92
SOMA GLOBAL DE TODOS OS SERVIÇOS (12 MESES)								R\$ 3.874.214,04	



Documento assinado eletronicamente por **JOSEILSON ALBUQUERQUE DE FRANCA**, em 28/11/2025, às 14:11, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ISABELE CAROLINA PESSOA MARTINS**, em 28/11/2025, às 14:19, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro José da Silveira**, em 28/11/2025, às 15:05, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Vasconcelos Pereira**, em 28/11/2025, às 16:07, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **77468227** e o código CRC **A1B34B15**.

26/11/2025, 14:23

SEI/GOVPE - 74969678 - GOVPE - Termo de Referência



TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO C - INFORMAÇÕES PARA DIMENSIONAMENTO DA REDE

PROCESSO Nº 0001210011548.000003/2025-18

1. Este anexo fornece dados relacionados à quantidade de Pontos de Voz Fixo (PVFs) por município que necessitam ser portados, além de informações sobre o tráfego consumido pelos serviços **0800 Estadual e Solução de Tráfego Extrarrede** ao longo de todo ano de 2024. Essas informações são disponibilizadas para subsidiar os LICITANTES na avaliação da capacidade de suas redes, permitindo que atendam adequadamente às especificações técnicas e aos requisitos operacionais estabelecidos no Termo de Referência.

2. A infraestrutura a ser implantada pela CONTRATADA deverá ser flexível e escalável, garantindo condições para assumir eventuais crescimentos no número de PVFs ou demandas adicionais em qualquer município do Estado de Pernambuco, sem que isso implique em limitação operacional ou técnica para o cumprimento das obrigações contratuais.

3. As tabelas abaixo fornecem dados exemplificativos, que refletem as localidades atualmente instaladas e os volumes médio de consumo de tráfego registrados na rede atual. Esses valores poderão ser substituídos, acrescidos ou diminuídos a critério da CONTRATANTE, antes ou durante a execução do contrato, sem que isso represente qualquer ônus adicional para esta.

4. A CONTRATADA será responsável pelo dimensionamento da rede e da infraestrutura necessária para os serviços de Portabilidade Numérica, Serviço 0800 Estadual e Solução de Tráfego Extrarrede, garantindo plena conformidade com os Níveis Mínimos de Serviço (NMS) e os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência. O dimensionamento deve contemplar tanto a capacidade atual quanto eventuais expansões futuras, assegurando flexibilidade, escalabilidade e desempenho contínuo, mesmo em cenários de alta demanda.

5. A infraestrutura e os serviços propostos devem atender aos padrões normativos vigentes e regulamentações aplicáveis, com monitoramento contínuo de desempenho e qualidade. A CONTRATADA será integralmente responsável por ajustes necessários na infraestrutura proposta, sem ônus adicional à CONTRATANTE, em caso de inadequações que comprometam a operação ou os indicadores de qualidade exigidos.

6. Portabilidade numérica: Quantidade de Pontos de Voz Fixo (PVF) por município

6.1. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos Pontos de Voz Fixo (PVFs) da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco por município. Esses números devem ser considerados para a execução da portabilidade, conforme especificado no item 3.1.7. **Portabilidade e Migração de Números Telefônicos** do Termo de Referência.

6.1.1. Os LICITANTES devem assegurar a capacidade de realizar a portabilidade integral desses PVFs, com o mínimo impacto nos serviços, conforme os requisitos operacionais descritos no Termo de Referência.

6.1.2. O dimensionamento da rede e a infraestrutura proposta devem estar alinhados com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência e os padrões normativos vigentes.

Ordem	Município	Quantidade de PVFs
1	Recife	12579
2	Caruaru	845
3	Petrolina	506
4	Garanhuns	360
5	Olinda	352
6	Jaboão dos Guararapes	352
7	Arcoverde	284
8	Paulista	277
9	Serra Talhada	276
10	Cabo de Santo Agostinho	253
11	Salgueiro	245
12	Palmares	243
13	Ipojuca	193
14	Vitória de Santo Antão	179
15	Limoeiro	176
16	Afogados da Ingazeira	175
17	Goiana	153
18	Ouricuri	132
19	Camaragibe	124
20	Nazaré da Mata	101
21	Pesqueira	100
22	Fernando de Noronha	93
23	Belo Jardim	90
24	Abreu e Lima	82
25	Arapirina	81
26	Santa Cruz do Capibaribe	77
27	Igarassu	75
28	Surubim	69
29	São Lourenço da Mata	65
30	Carpina	65
31	Bezerros	60
32	Floresta	55
33	Ilha de Itamaracá	50
34	Gravatá	49
35	Carnaubeira da Penha	48
36	Timbaúba	40
37	Belém de São Francisco	38
38	Petrolândia	37
39	Cabrobó	35
40	Paudalho	34
41	Buíque	33
42	Ribeirão	33
43	Itaquitinga	29
44	São Bento do Una	28
45	Sertânia	28
46	Ibimirim	26
47	Custódia	24
48	Tacaratu	23
49	Escada	23
50	Santa Maria da Boa Vista	22
51	Canhotinho	22
52	Tabira	21
53	Jatobá	21
54	Exu	21
55	Inajá	20
56	São Caetano	20
57	Itambé	20
58	Ipubi	18

https://sei.pe.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=85704477&infra_siste... 1/4

26/11/2025, 14:23

SEI/GOVPE - 74969678 - GOVPE - Termo de Referência

59	São José do Belmonte	18
60	Bom Conselho	18
61	Barreiros	18
62	Lajedo	18
63	Agrestina	17
64	Brejinho	17
65	Carnaíba	17
66	Mirandiba	17
67	Águas Belas	17
68	Pedra	17
69	Xexéu	16
70	Parnamirim	16
71	Glória do Goitá	16
72	Altinho	15
73	Brejo da Madre de Deus	15
74	Macapara	15
75	Catende	15
76	Gamela	15
77	São José da Coroa Grande	15
78	Tacaimbó	15
79	Bom Jardim	15
80	Taquaritinga do Norte	15
81	Itapetim	15
82	Bonito	15
83	Afrânio	15
84	Tuparetama	14
85	Sirinhaém	14
86	Itapissuma	14
87	Alagoinha	14
88	Toritama	13
89	Cupira	13
90	Venturosa	13
91	Rio Formoso	13
92	Pombos	13
93	Serrita	13
94	Triunfo	13
95	Sanharó	13
96	Lagoa Grande	13
97	Aliança	13
98	Água Preta	12
99	Tamandaré	12
100	Flores	12
101	Salão	12
102	Jurema	12
103	Verdejante	12
104	Panelas	12
105	João Alfredo	12
106	Vertentes	11
107	Bodocó	11
108	Correntes	11
109	Moreno	11
110	Caetés	11
111	Orobó	11
112	São Joaquim do Monte	11
113	Orocó	11
114	Cumaru	11
115	Passira	11
116	Tracunhaém	11
117	Cachoeirinha	11
118	Vicência	11
119	Trindade	10
120	Iguaraci	10
121	Camocim de São Félix	10
122	Itaíba	10
123	Sairé	10
124	Santa Maria do Cambucá	10
125	Moreilândia	10
126	Quipapá	10
127	Amaraji	9
128	Maraial	9
129	São José do Egito	9
130	Lagoa do Itaenga	9
131	Santa Cruz da Baixa Verde	9
132	Poção	8
133	Tupanatinga	8
134	Jupi	8
135	São João	8
136	Dormentes	8
137	Capoeiras	8
138	Itacuruba	8
139	Cedro	8
140	Ferreiros	7
141	Granito	7
142	Camutanga	7
143	Brejão	7
144	São Vicente Férrer	7
145	Iati	7
146	Santa Terezinha	7
147	Angelim	7
148	Paranatama	7
149	Manari	7
150	Ingazeira	7
151	Ibiraubá	7

https://sei.pe.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=85704477&infra_siste... 2/4

26/11/2025, 14:23

SEI/GOVPE - 74969678 - GOVPE - Termo de Referência

152	Terra Nova	7
153	Santa Filomena	7
154	Terezinha	6
155	São Benedito do Sul	6
156	Lagoa dos Gatos	6
157	Jatubá	6
158	Lagoa do Carro	6
159	Betânia	6
160	Lagoa do Ouro	6
161	Solidão	6
162	Rio das Almas	6
163	Frei Miguelinho	6
164	Chã Grande	6
165	Palmeirina	6
166	Primavera	6
167	Calçado	5
168	Calumbi	5
169	Cortês	5
170	Araçoiaba	5
171	Santa Cruz	5
172	Jucati	5
173	Vertente do Lério	5
174	Salgadinho	5
175	Buenos Aires	5
176	Quixabá	5
177	Casinhas	4
178	Machados	4
179	Barra de Guabiraba	4
180	Condado	4
181	Feira Nova	4
182	Jaqueira	4
183	Chã de Alegria	3
184	Belém de Maria	3
185	Joaquim Nabuco	2
Total Geral		20754

7. Tráfego consumido - Solução de Tráfego Extrarrede

7.1. A tabela abaixo apresenta a minutagem consumida de operação real do serviço no ano de 2024 pela Solução de Tráfego Extrarrede, segmentada por item de serviço tarifado. Esta tabela tem como objetivo associar os dados de consumo extraídos do bilheteador do contrato atual do Governo (coluna "Tipo da Ligação") aos itens de faturamento previstos neste Termo de Referência para o SERVIÇO SOLUÇÃO DE TRÁFEGO EXTRARREDE (coluna "Identificação dos Itens de Serviço (E-Fisco)"). Essa relação visa auxiliar as LICITANTES na elaboração de propostas técnicas e comerciais, proporcionando uma base inicial para a estimativa de custos e receitas.

Tipo de Ligação	Identificação dos Itens de Serviço (E-Fisco)	UNIDADE	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24
CHAMADA DE LONGA DISTÂNCIA PARA FIXO	Local fixo-fixo para PE, capitais, Brasília e São Paulo (mesma operadora)	MIN	176,9	149,50	151,00	216,90	133,80	99,90	97,40	133,40	329,40	582,20	730,80	185,80
CHAMADA DE LONGA DISTÂNCIA PARA FIXO - D01	São Paulo (mesma operadora)	MIN	515,1	530,10	738,00	529,20	599,40	371,60	553,70	163,20	207,10	121,20	148,70	143,30
CHAMADA DE LONGA DISTÂNCIA PARA FIXO - D02	Local fixo-fixo para PE, capitais, Brasília e São Paulo (outra operadora)	MIN	368,9	315,90	456,70	430,80	479,70	374,40	235,80	198,90	138,30	201,10	116,70	59,90
CHAMADA DE LONGA DISTÂNCIA PARA FIXO - D03	Longa distância fixo-fixo (mesma operadora)	MIN	1.198,00	1.089,70	1.033,70	957,90	835,50	865,80	615,50	664,40	487,20	471,10	1.851,20	233,80
CHAMADA DE LONGA DISTÂNCIA PARA FIXO - D04	Longa distância fixo-fixo (outra operadora)	MIN	1.036,10	1.115,80	1.228,60	1.401,30	1.343,90	1.175,80	1.665,40	979,80	695,80	609,80	756,80	503,80
CHAMADA DE LONGA DISTÂNCIA PARA MÓVEL (VC2)	Longa distância fixo-móvel (mesma operadora)	MIN	2.222,70	2.090,10	2.432,70	2.165,80	1.605,70	1.529,80	1.509,80	1.093,10	879,30	979,80	1.111,80	698,50
CHAMADA DE LONGA DISTÂNCIA PARA MÓVEL (VC3)	Longa distância fixo-móvel (outra operadora)	MIN	1.830,90	1.440,40	1.063,00	1.480,60	1.103,80	994,30	1.567,80	1.046,90	1.026,40	1.351,80	986,70	674,30
CHAMADA DESTINO MÓVEL GRUPO GOVPE	Local fixo-móvel para PE, capitais, Brasília e São Paulo (mesma operadora)	MIN	7.233,80	10.255,70	11.358,80	8.862,80	7.787,30	7.210,60	5.196,50	5.997,10	5.470,90	9.694,10	7.388,10	5.873,00
	Local fixo-móvel para PE, capitais, Brasília e São Paulo (outra operadora)	MIN	1.313,422,80	1.280.798,90	1.334.842,70	1.455.934,70	1.419.205,40	1.158.448,80	1.676.092,00	1.379.304,60	1.194.438,80	1.187.040,10	1.141.106,30	958.897,80
CHAMADA ENTRANTE	CHAMADA ENTRANTE	MIN	1.313,422,80	1.280.798,90	1.334.842,70	1.455.934,70	1.419.205,40	1.158.448,80	1.676.092,00	1.379.304,60	1.194.438,80	1.187.040,10	1.141.106,30	958.897,80
CHAMADA LOCAL PARA FIXO	Local fixo-fixo para PE, capitais, Brasília e São Paulo (mesma operadora)	MIN	47.485,40	41.817,90	49.800,60	52.824,20	48.520,40	39.580,10	48.199,60	37.032,80	34.963,00	41.635,00	39.430,50	30.352,10
	Local fixo-fixo para PE, capitais, Brasília e São Paulo (outra operadora)	MIN	47.485,40	41.817,90	49.800,60	52.824,20	48.520,40	39.580,10	48.199,60	37.032,80	34.963,00	41.635,00	39.430,50	30.352,10
CHAMADA LOCAL PARA MÓVEL (VC1)	Local fixo-móvel para PE, capitais, Brasília e São Paulo (mesma operadora)	MIN	130.234,20	127.399,00	112.054,60	118.127,20	123.915,80	94.528,70	89.201,10	79.085,80	91.559,30	96.479,30	88.435,20	79.043,80
	Local fixo-móvel para PE, capitais, Brasília e São Paulo (outra operadora)	MIN	130.234,20	127.399,00	112.054,60	118.127,20	123.915,80	94.528,70	89.201,10	79.085,80	91.559,30	96.479,30	88.435,20	79.043,80
CHAMADA PARA 0800	0800 - Gratuito	MIN	42.274,90	36.616,30	34.675,30	32.087,70	31.553,10	29.904,70	25.300,80	21.638,00	23.157,00	23.254,10	20.028,80	19.082,50
CHAMADA PARA 3000 - NÚMERO ÚNICO NACIONAL	Local fixo-fixo para PE, capitais, Brasília e São Paulo (mesma operadora)	MIN	0,1	0,70	0,30	8,80	0,10	0,50	0,20	0,10	0,10	2,60	0,00	0,10
	Local fixo-fixo para PE, capitais, Brasília e São Paulo (outra operadora)	MIN	31,1	79,10	14,60	40,70	5,90	2,20	0,20	8,50	0,00	12,10	134,30	34,00
CHAMADA PARA NÚMERO ÚNICO NACIONAL	Local fixo-fixo para PE, capitais, Brasília e São Paulo (outra operadora)	MIN	14.208,80	11.017,10	13.289,50	17.693,10	14.623,00	11.767,50	12.226,10	10.252,00	9.480,80	9.770,80	11.184,30	7.813,00
CHAMADA PARA SERVIÇOS	Tridígito - Gratuito	MIN	2.132,70	1.317,70	1.865,10	1.985,30	1.547,70	1.205,00	978,50	829,00	1.043,00	700,70	928,50	871,10
DDI - CHAMADA INTERNACIONAL	Longa distância internacional	MIN	1,2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,30	0,00	0,00

7.2. Os itens da primeira coluna representam os tipos de tráfego registrados pelo bilheteador e seguem nomenclaturas utilizadas em resoluções da ANATEL. Os itens da segunda coluna especificam as categorias faturáveis que serão consideradas no contrato. Observa-se que, em muitos casos, há mais de um item de faturamento associado a um único tipo de ligação registrado no bilheteador, reflexo da diversidade e complexidade dos perfis de tráfego, que podem envolver múltiplas operadoras e destinos (por exemplo, mesma operadora versus outra operadora).

7.3. Além dos itens de faturamento, destacam-se tipos de tráfego relevantes para o dimensionamento da capacidade da solução, mas que não geram itens de serviço a serem faturados para a CONTRATADA. Esses itens incluem:

- CHAMADA ENTRANTE: Representa o volume total de chamadas recebidas pelos terminais do Governo. Estas chamadas são tarifadas diretamente às operadoras originadoras, seguindo as tarifas reguladas pela ANATEL (TU-RL, TU-RIU1, TU-RIU2).
- CHAMADA PARA 0800: Refere-se a chamadas destinadas a serviços do tipo 0800, sem faturamento para a CONTRATADA.
- CHAMADA PARA SERVIÇOS: Tráfego relacionado a serviços como números Tridígito (por exemplo, números de emergência), que também não geram cobrança.

7.3.1. Esses itens, embora não faturáveis, devem ser considerados para o correto dimensionamento do link SIP da solução, garantindo a capacidade de escoar adequadamente todo o tráfego gerado.

7.4. As outras colunas detalham o consumo mensal em minutos de cada tipo de ligação durante todo o ano de 2024. Esses dados são fornecidos para auxiliar no planejamento da capacidade técnica e na estrutura de faturamento. Ressalta-se que os valores apresentados são históricos e não configuram garantia de consumo futuro. Cabe à LICITANTE analisar e considerar essas informações como base para a elaboração de suas estimativas e estratégias.

7.5. Devido à natureza variável do tráfego e a existência de múltiplas associações entre os itens de tráfego e faturamento, cabe às LICITANTES realizar estimativas próprias para elaboração das propostas técnicas e comerciais. A CONTRATANTE não se responsabiliza por variações nos perfis de consumo e reitera que a tabela apresentada serve como base exemplificativa para análise e não substitui a necessidade de avaliação detalhada por parte das LICITANTES.

7.6. A LICITANTE deverá garantir que a infraestrutura e os recursos propostos sejam dimensionados para suportar adequadamente o escoamento do tráfego extrarrede, atendendo plenamente aos requisitos técnicos e operacionais estabelecidos neste Termo de Referência.

https://sei.pe.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=85704477&infra_siste... 3/4

26/11/2025, 14:23

SEI/GOVPE - 74969678 - GOVPE - Termo de Referência

7.7. A CONTRATADA deverá assegurar que o dimensionamento da solução permita expansões automáticas e dinâmicas em caso de incremento de demanda, sem comprometer os Níveis Mínimos de Serviço (NMS) estabelecidos.

8. Tráfego consumido - Serviço 0800 ESTADUAL

8.1. A tabela a seguir apresenta a minutagem total realizada durante todo ano de 2024 do Serviço 0800 Estadual, segmentada por tipo de ligação tarifada. Esses dados devem ser utilizados pelos LICITANTES para ajudar dimensionar a capacidade da rede e os recursos necessários para atender à demanda.

ITEM SERVIÇO E-FISCO	UNIDADE	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	MÉDIA
Serviço fixo interestadual	Min	213,1	206,2	363,6	250,5	195,3	239,6	167,3	252,5	299,8	207,3	182,9	224,7	233,6
Serviço fixo intraestadual	Min	14.683,9	12.834,2	12.899,3	10.362,9	11.733,1	11.211,1	9.120,6	7.368,6	8.028,5	7.714,7	6.372,1	7.686,5	10.001,3
Serviço fixo local	Min	68.153,9	59.209,0	84.959,6	58.543,5	55.355,4	57.779,3	60.620,2	46.835,4	50.045,8	51.471,6	47.378,6	58.686,8	58.253,3
Serviço móvel intraestadual	Min	91.949,4	90.096,6	106.970,5	96.733,4	97.666,8	77.690,2	70.096,7	71.722,8	82.041,5	86.645,5	77.754,4	110.062,5	88.285,9
Serviço móvel local	Min	498.114,7	433.306,0	575.532,5	449.654,6	501.710,0	447.898,7	314.346,7	329.751,7	305.467,6	335.686,0	305.894,0	373.390,9	405.896,1
Serviço móvel VC2	Min	3.103,3	3.262,6	6.628,6	3.692,2	23.051,0	11.427,1	8.537,1	435,2	427,4	591,0	329,5	604,7	5.174,1
Serviço móvel VC3	Min	479,3	426,3	465,4	472,1	553,6	607,9	323,1	381,7	648,2	476,7	512,9	449,5	483,1
Serviço longa inter regional fixo	Min	292,9	357,2	458,3	297,0	350,9	474,4	417,6	410,9	178,8	314,2	206,5	184,9	328,6



Documento assinado eletronicamente por **Italo Fernando Vasconcelos Sívini Filho**, em 04/11/2025, às 09:47, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSEILSON ALBUQUERQUE DE FRANCA**, em 05/11/2025, às 16:37, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ISABELE CAROLINA PESSOA MARTINS**, em 05/11/2025, às 16:52, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Vasconcelos Pereira**, em 06/11/2025, às 10:31, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE SALES DE OLIVEIRA**, em 06/11/2025, às 15:27, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **74969678** e o código CRC **0FAAE2A**.

Referência: Processo nº 0001200180.000372/2024-7574970179

https://sei.pe.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=85704477&infra_siste... 4/4



TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO D - TERMO DE RENÚNCIA DE VISTORIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX XXX.XXXX.CEL.XX.XXX.SAD

Declara-se, para os devidos fins e nos termos do Processo Licitatório nº. XX XXX.XXXX.CEL.XX.XXX.SAD, que , portador da Carteira de Identidade Civil RG nº , na qualidade de representante da empresa , CNPJ/MF nº , que se opta pela não realização de vistoria, assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem a proposta ao presente processo licitatório.

Local, de de

Visto do representante legal ou procurador da empresa:

.....

Carteira de Identidade:

Órgão Expedidor:

(Obs. Enviar preenchido e assinado, em papel timbrado da empresa e com cópia autenticada da procuração se for o caso)



TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO E - MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO Nº 0001210011548.000003/2025-18

(em papel timbrado do LICITANTE)

(A proposta de preços poderá conter Detalhamentos e Planilhas Estimativas de Custos e Formação de Preços, conforme o caso concreto)

À

SECRETARIA _____

PROCESSO Nº _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas, nossa Proposta de Preços, para o objeto da presente Licitação, de acordo com as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos e de acordo com a planilha abaixo detalhada:

Item	Código E-Fisco	CATSER	Descrição	Unidade	Quantidade (A)	Previsão de uso em meses (B)	Preço Unitário (C)	Valor Mensal (D) = (A) x (C)	Valor Total (12 meses) (E) = (A) x (B) x (C)
SERVIÇO SOLUÇÃO DE TRAFÉGO EXTRARREDE									
1	463371-7	1988	Local fixo-fixo para PE, capitais, Brasília e São Paulo (mesma operadora)	Minuto	1.971.384	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2	478779-0	1988	Local fixo-fixo para PE, capitais, Brasília e São Paulo (outra operadora)	Minuto	1.890.558	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -

3	467282-8	1988	Local fixo-móvel para PE, capitais, Brasília e São Paulo (mesma operadora)	Minuto	874.740	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
4	478780-3	1988	Local fixo-móvel para PE, capitais, Brasília e São Paulo (outra operadora)	Minuto	1.434.596	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
5	467283-6	1988	Longa distância fixo-fixo (mesma operadora)	Minuto	222.346	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6	478781-1	1988	Longa distância fixo-fixo (outra operadora)	Minuto	229.608	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
7	467284-4	1988	Longa distância fixo-móvel (mesma operadora)	Minuto	103.513	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
8	478782-0	1988	Longa distância fixo-móvel (outra operadora)	Minuto	128.890	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
9	467285-2	1988	Longa distância internacional	Minuto	1.240	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SOMA DO SERVIÇO SOLUÇÃO DE TRAFÉGO EXTRARREDE (12 MESES)									R\$ -
SERVIÇO 0800 ESTADUAL									
10	463377-6	1988	Serviço fixo interestadual	Minuto	364	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
11	467295-0	1988	Serviço fixo intraestadual	Minuto	14.684	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
12	467296-8	1988	Serviço fixo local	Minuto	84.960	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
13	467297-6	1988	Serviço móvel intraestadual	Minuto	110.063	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
14	467300-0	1988	Serviço móvel local	Minuto	575.533	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
15	467302-6	1988	Serviço móvel VC2	Minuto	23051	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -

16	467303-4	1988	Serviço móvel VC3	Minuto	653	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
17	467304-2	1988	Serviço longa inter regional fixo	Minuto	474	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SOMA DO SERVIÇO SERVIÇO 0800 ESTADUAL (12 MESES)									R\$ -
SERVIÇO ADICIONAL DE ACESSO SIP									
18	478778-1	1988	Serviço adicional de acesso SIP	Unidade	13	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SOMA DO SERVIÇO ADICIONAL DE ACESSO SIP (RMR) (12 MESES)									R\$ -
SOMA GLOBAL DE TODOS OS SERVIÇOS (12 MESES)									R\$ -

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (_____).

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (_____ dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração do LICITANTE.

DECLARAMOS QUE ESTAMOS DE ACORDO COM TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Recife, _____ de _____ de 202__.

Assinatura

Cargo



Documento assinado eletronicamente por **JOSEILSON ALBUQUERQUE DE FRANCA**, em 28/11/2025, às 14:11, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ISABELE CAROLINA PESSOA MARTINS**, em 28/11/2025, às 14:19, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro José da Silveira**, em 28/11/2025, às 15:05, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Vasconcelos Pereira**, em 28/11/2025, às 16:07, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5157.2025.AC-14.PE.0877.SAD
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90877.2025 (COMPRAS.GOV)

ANEXO II DO EDITAL
DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação;

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA
CNPJ XXX

ANEXO III DO EDITAL
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O
CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital, DECLARA que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 90877.2025 e seus anexos, bem como atesta que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

ANEXO IV DO EDITAL
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E
PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO

Eu, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, na qualidade de responsável técnico da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, DECLARO, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital, possuir conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação referentes ao Edital de Pregão Eletrônico nº 90877.2025 e seus anexos.

Recife, XX de XXXX de XXX.

RESPONSÁVEL TÉCNICO DA LICITANTE

ANEXO V DO EDITAL
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E A EMPRESA XXXXXX, EM DE-CORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90877.2025, PROCESSO Nº 5157.2025.AC-14.PE.0877.SAD:

O ESTADO DE PERNAMBUCO, através da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXX, com sede na _____, nesta cidade, doravante designada CONTRATANTE, neste ato representada pelo(a) _____(nome e cargo), portador da matrícula funcional nº XXXXX, no uso da competência conferida pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, sediada em _____, representada neste ato por _____(nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384, de 22.08.2022 e 54.142, de 14.12.2022, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONTRATO a prestação de serviços de Tráfego Telefônico Extrarrede e Extrarrede Reverso, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta da CONTRATADA e nos demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

Item	CAT-SER	Código E-Fisco	Descrição e-fisco	Unidade	Quantidade	Previsão de uso em meses	Preço Unitário	Valor Mensal	Valor Total (12 meses)
SERVIÇO SOLUÇÃO DE TRAFÉGO EXTRARREDE									
1	1988	46337 1-7	SERVICO DE TRAFEGO DE VOZ EXTRARREDE NACIONAL FIXO - COM ACESSO A REDE PUBLICA, COM TARI-FACAO DIRETA	Minuto	1.971.384	12	R\$	R\$	R\$
2	1988	47877 9-0	SERVICO DE TRAFEGO DE VOZ EXTRARREDE NACIONAL FIXO - COM ACESSO A REDE PUBLICA, FIXO - FIXO - OUTRAS OPERADO-RAS., COM TARIFACAO DIRETA	Minuto	1.890.558	12	R\$	R\$	R\$
3	1988	46728 2-8	SERVICO DE TRAFEGO DE VOZ EXTRARREDE NACIONAL FIXO - LIGACAO FIXO-MOVEL, PARA TODAS AS LOCALIDADES DO ESTADO DE PERNAM-BUCO (RMR E INTERIOR), FERNANDO DE NORONHA, CAPITAIS BRASILIA E SAO PAU-LO, COM ACESSO A REDE PUBLICA., COM TARIFACAO DIRETA	Minuto	874.740	12	R\$	R\$	R\$
4	1988	47878 0-3	SERVICO DE TRAFEGO DE VOZ EXTRARREDE NACIONAL FIXO - LIGACAO FIXO-MOVEL, PARA TODAS AS LOCALIDADES DO ESTADO DE PERNAM-BUCO (RMR E INTERIOR), FERNANDO DE NORONHA, CAPITAIS BRASILIA E SAO PAU-LO, COM ACESSO A REDE PUBLICA. (OU-TRAS OPERADO-RAS), COM TARIFACAO DIRETA	Minuto	1.434.596	12	R\$	R\$	R\$
5	1988	46728 3-6	SERVICO DE TRAFEGO DE VOZ EXTRARREDE NACIONAL FIXO - LIGACAO LONGA DIS-TANCIA FIXO-FIXO (DDD) , COM ACESSO	Minuto	222.346	12	R\$	R\$	R\$

			A REDE PUBLICA,COM TARIFACAO DIRETA						
6	1988	47878 1-1	SERVICO DE TRAFEGO DE VOZ EXTRARREDE NACIONAL FIXO - LIGACAO LONGA DIS- TANCIA FIXO-FIXO (DDD) , COM ACESSO A REDE PUBLICA. (OUTRA OPERADO- RA),COM TARIFACAO DIRETA	Minuto	229.608	12	R\$	R\$	R\$
7	1988	46728 4-4	SERVICO DE TRAFEGO DE VOZ EXTRARREDE NACIONAL FIXO - LONGA DISTANCIA FIXO-MOVEL (DDD) , COM ACESSO A REDE PUBLICA.,COM TARI- FACAO DIRETA	Minuto	103.513	12	R\$	R\$	R\$
8	1988	47878 2-0	SERVICO DE TRAFEGO DE VOZ EXTRARREDE NACIONAL FIXO - LONGA DISTANCIA FIXO-MOVEL (DDD) , COM ACESSO A REDE PUBLICA. (OUTRA OPERADORA),COM TARIFACAO DIRETA	Minuto	128.890	12	R\$	R\$	R\$
9	1988	46728 5-2	SERVICO DE TRAFEGO DE VOZ EXTRARREDE INTERNACIONAL MO- VEL - LONGA DISTAN- CIA INTERNACIONAL DDI PARA OS SISTE- MAS DE CONEXAO COM AS REDES TELE- FONICAS PUBLICAS FIXA E MOVEL DE TELECOMUNICACOES, COM ACESSO A REDE PUBLICA.,COM TARI- FACAO DIRETA	Minuto	1.240	12	R\$	R\$	R\$
SERVIÇO 0800 ESTADUAL									
10	1988	46337 7-6	SERVICO 0800 ESTA- DUAL - SERVICO MO- DALIDADE DE CHA- MADA - COM TARI- FACAO INVER- SA,POSSIBILIDADE DE LIGACOES ORIUNDAS DE CELULAR,COM DISTRIBUICAO DE CHAMADAS,COM OPCAO DE MENSA-	Minuto	364	12	R\$	R\$	R\$

			GENS PERSONALIZADAS, COM RELATORIO VIA INTERNET						
11	1988	46729 5-0	SERVICO 0800 ESTADUAL - SERVICO MODALIDADE DE CHAMADA - SERVICO FIXO INTRA ESTADUAL - COM TARIFACAO INVERSA., POSSIBILIDADE DE LIGACOES ORIUNDAS DE CELULAR, COM DISTRIBUICAO DE CHAMADAS, COM OPCAO DE MENSAGENS PERSONALIZADAS, COM RELATORIO VIA INTERNET	Minuto	14.684	12	R\$	R\$	R\$
12	1988	46729 6-8	SERVICO 0800 ESTADUAL - SERVICO MODALIDADE DE CHAMADA - SERVICO FIXO LOCAL COM TARIFACAO INVERSA., POSSIBILIDADE DE LIGACOES ORIUNDAS DE CELULAR, COM DISTRIBUICAO DE CHAMADAS, COM OPCAO DE MENSAGENS PERSONALIZADAS, COM RELATORIO VIA INTERNET	Minuto	84.960	12	R\$	R\$	R\$
13	1988	46729 7-6	SERVICO 0800 ESTADUAL - SERVICO MODALIDADE DE CHAMADA - SERVICO MOVEL INTRA ESTADUAL - COM TARIFACAO INVERSA., POSSIBILIDADE DE LIGACOES ORIUNDAS DE CELULAR, COM DISTRIBUICAO DE CHAMADAS, COM OPCAO DE MENSAGENS PERSONALIZADAS, COM RELATORIO VIA INTERNET	Minuto	110.063	12	R\$	R\$	R\$

14	1988	46730 0-0	SERVICO 0800 ESTADUAL - SERVICO MODALIDADE DE CHAMADA - SERVICO MOVEL LOCAL COM TARIFACAO INVERSA.,POSSIBILIDADE DE LIGACOES ORIUNDAS DE CELULAR,COM DISTRIBUICAO DE CHAMADAS,COM OPCAO DE MENSAGENS PERSONALIZADAS,COM RELATORIO VIA INTERNET	Minuto	575.533	12	R\$	R\$	R\$
15	1988	46730 2-6	SERVICO 0800 ESTADUAL - SERVICO MODALIDADE DE CHAMADA - SERVICO MOVEL VC2 - COM TARIFACAO INVERSA.,POSSIBILIDADE DE LIGACOES ORIUNDAS DE CELULAR,COM DISTRIBUICAO DE CHAMADAS,COM OPCAO DE MENSAGENS PERSONALIZADAS,COM RELATORIO VIA INTERNET	Minuto	23051	12	R\$	R\$	R\$
16	1988	46730 3-4	SERVICO 0800 ESTADUAL - SERVICO MODALIDADE DE CHAMADA - SERVICO MOVEL VC3 - COM TARIFACAO INVERSA.,POSSIBILIDADE DE LIGACOES ORIUNDAS DE CELULAR,COM DISTRIBUICAO DE CHAMADAS,COM OPCAO DE MENSAGENS PERSONALIZADAS,COM RELATORIO VIA INTERNET	Minuto	653	12	R\$	R\$	R\$
17	1988	46730 4-2	SERVICO 0800 ESTADUAL - SERVICO MODALIDADE DE CHAMADA - SERVICO LONGA INTER REGIONAL FIXO - COM TARIFACAO INVERSA.,POSSIBILIDADE DE LIGACOES ORIUNDAS DE CELULAR,COM DISTRIBUICAO DE	Minuto	474	12	R\$	R\$	R\$

			CHAMADAS,COM OPCAO DE MENSA- GENS PERSONALIZA- DAS,COM RELATORIO VIA INTERNET						
SERVIÇO ADICIONAL DE ACESSO SIP									
18	1988	47877 8-1	SERVICO DE TRAFEGO DE VOZ EXTRARREDE NACIONAL FIXO - SERVICO DE ACESSO DEDICADO PARA TRA- FEGO EXTRARREDE COM TECNOLOGIA SIP.,COM TARIFACAO DIRETA	Unida- de	13	12	R\$	R\$	R\$
SOMA GLOBAL DE TODOS OS SERVIÇOS (12 MESES)									R\$ -

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste CONTRATO para todos os fins de direito, o processo relativo ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90877.2025, PROCESSO Nº 5157.2025.AC-14.PE.0877.SAD: e todos os seus anexos, assim como a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do CONTRATO é de 12 meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, obedecida a vigência máxima de 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A prorrogação fica condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que há interesse na manutenção dos serviços e de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A pesquisa para aferição da vantajosidade econômica da prorrogação contratual será realizada mediante utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 12 da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021, ou em eventual norma que a altere ou substitua.

PARÁGRAFO QUARTO: O CONTRATO não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar, observadas as abrangências e os limites temporais de aplicação, sendo excepcionalmente admitida a prorrogação, pelo período mínimo necessário à conclusão de um novo certame, de modo a evitar a descontinuidade do serviço ou o custo de uma contratação emergencial.

PARÁGRAFO QUINTO: Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ XXX (XXX), sendo o valor mensal de R\$ XXX (XXX), conforme estabelecido na proposta, parte integrante deste CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do CONTRATO compreende os custos diretos e indiretos decorrentes de sua execução, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, eventuais custos com transporte, frete e outras despesas correlatas necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O valor global indicado é meramente estimativo e os pagamentos devidos à CONTRATADA serão feitos conforme medições dos serviços efetivamente realizados.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste CONTRATO estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de despesa: 3.3.90.39: Para Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas;

Elemento de despesa: 3.3.90.39.27: Para despesas relativas aos serviços despesas consumo de infraestrutura da rede, internet corporativa, serviço de operação, acesso dedicado;

Elemento de despesa: 3.3.90.39.32: Para despesas decorrentes da utilização dos serviços de telefonia móvel (celular), ou à conta das disponibilidades orçamentárias e financeiras das entidades que não dependem do Tesouro;

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A inexistência de créditos orçamentários no início de cada exercício financeiro impede a continuidade do ajuste, devendo a CONTRATANTE promover a extinção do CONTRATO, sem ônus, na forma dos Parágrafos Segundo e Terceiro da Cláusula Décima Sétima.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em 21/05/2025.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do CONTRATO será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA deverá pleitear o reajuste de preços durante a vigência do CONTRATO, mediante requerimento formal, no prazo de até 12 (doze) meses após completado o período aquisitivo da anualidade, nos contratos de vigência inicial plurianual, e antes de eventual prorrogação, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO: Os pedidos de reajustamento deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SEXTO: O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

PARÁGRAFO OITAVO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO NONO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do CONTRATO em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do CONTRATO tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no CONTRATO.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do CONTRATO e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A extinção do CONTRATO não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro CONTRATO, desde que requeridos tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É dever da CONTRATANTE exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, em especial:

- I. Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos que esta vier a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;
- II. Expedir ordem de serviço para o início da execução do CONTRATO, com a antecedência prevista no Termo de Referência ou, em sua ausência, observando prazo razoável para adoção das medidas iniciais a cargo da CONTRATADA;
- III. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço, inclusive vícios e incorreções, para que sejam corrigidos, no todo ou em parte, às suas expensas;
- IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, através de fiscal especialmente designado para este fim;
- V. Indicar, formalmente, o gestor do CONTRATO para acompanhamento da execução contratual, utilizando-se dos procedimentos de acompanhamento da execução dos serviços, conforme previsto no Termo de Referência e neste instrumento;
- VI. Encaminhar à CONTRATADA os relatórios de acompanhamento da execução dos serviços, devidamente elaborados e assinados pelo fiscal do CONTRATO, com os registros de eventuais falhas verificadas e das medidas corretivas necessárias;
- VII. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos.
- VIII. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado.
- IX. Aplicar as sanções previstas na lei e neste CONTRATO;
- X. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- XI. Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- XII. Responder a eventuais pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento.

XIII. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATANTE Principal possui as seguintes obrigações:

I. Prestar assessoramento no dimensionamento dos valores físicos e financeiros dos serviços contratados;

II. Padronizar e formalizar as demandas e solicitações realizadas pelos CONTRATANTES aderentes;

III. Controlar os fluxos contratuais junto aos Órgãos de Controle do Governo, bem como, junto a CONTRATADA e aos CONTRATANTES aderentes;

IV. Controlar, através da emissão de Ordens de Serviço, os limites contratuais Rede Corporativa do Estado de Pernambuco como um todo;

V. Avaliar as condições do atendimento dos serviços de telemática, propor melhorias e estabelecer modelos visando a melhor execução destes serviços;

VI. Prover informações gerenciais referentes aos resultados dos serviços prestados pela Rede Corporativa do Estado de Pernambuco;

VII. Gerenciar e dar suporte ao controle da capacidade disponibilizada pelos recursos tecnológicos integrantes dos serviços contratados através da nova Rede, prestando assessoramento nas questões de qualidade, desempenho e inovação tecnológica, bem como, avaliando e aprovando os planos de implantação e dimensionamento dos recursos técnicos para atendimento às solicitações;

VIII. Acompanhar e analisar os registros das ocorrências, dos fatos relevantes e dos níveis de qualidade contratados, utilizando-se da solução de Sistemas Gerenciais previstos e dos relatórios emitidos.

IX. Instaurar o processo de aplicação de penalidades para os casos de falhas e/ou atrasos na execução dos serviços da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco e/ou que atinjam um ou mais de um CONTRATANTE aderente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATANTE aderente Técnica tem como responsabilidade a Gestão Técnica Corporativa da nova Rede, contratando, hospedando e gerenciando os serviços de uso compartilhado, sendo suas obrigações:

I. Efetuar os pagamentos relativos aos serviços formalmente contratados específicos à sua competência como Gerente Técnica da nova Rede, mediante efetiva comprovação dos serviços prestados aos órgãos do Poder Executivo, que dependem de recursos do Tesouro Estadual;

II. Adotar medidas visando um eficaz relacionamento com os fornecedores de serviços de telemática, de forma a ensejar o melhor desempenho e a melhor qualidade na prestação dos serviços contratados;

III. Fazer o acompanhamento da execução dos serviços contratados;

IV. Analisar as questões relacionadas com o desenvolvimento dos serviços de telemática, identificando eventuais problemas e propondo medidas preventivas e corretivas;

V. Prestar apoio técnico aos usuários, acompanhando todos os serviços em fase de implantação, como também verificar e avaliar os serviços instalados e em operação;

VI. Fornecer à SAD e às CONTRATANTES aderentes informações gerenciais e sobre fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra qualquer fornecedor dos serviços da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, ou mesmo à rescisão do contrato;

VII. Controlar e avaliar tecnicamente os serviços solicitados através das Ordens de Serviços formalizadas, bem como o acompanhamento da execução técnica destes serviços;

VIII. Acompanhar a execução das Ordens de Serviços, verificando, registrando, controlando suas conclusões e os eventos e ocorrências relacionados a estas, facilitando a interlocução entre os CONTRATANTES aderentes e a CONTRATADA, tendo como objetivo a efetiva conclusão dos serviços solicitados dentro dos requisitos exigidos;

IX. Receber os serviços, observando os requisitos técnicos associados aos mesmos, em conformidade com todas as exigências especificadas nos itens e subitens deste Termo e seus Adendos;

X. Fornecer dados estatísticos referentes à utilização dos recursos da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco;

XI. Registrar formalmente às ocorrências e as falhas ocorridas nos serviços da da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco;

XII. Gerenciar, administrativamente e tecnicamente, as soluções operacionalizadas pela Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, hospedando o conjunto no ambiente operacional denominado de Centro Integrado de Inteligência e Segurança Cibernética, que também atenderá as demandas repassadas via Service Desk;

XIII. Deverá, durante o período de assunção da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco de telemática, realizar imediatamente a retirada e/ou redução dos níveis dos serviços compartilhados da nova Rede à medida que os serviços da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco forem sendo ativados;

XIV. Responsabilizar-se, em casos de danos decorridos por culpa da CONTRATANTE, roubos ou furto, pelos prejuízos causados aos equipamentos disponibilizados pela CONTRATADA, quando estes localizados em propriedades da CONTRATANTE, na execução dos serviços objeto deste Contrato, sendo seu valor cobrado com base nos preços praticados pelo mercado para um novo equipamento, igual ou similar, devendo ser apresentada a CONTRATANTE Principal, documento de cotação entre três empresas para obtenção do melhor preço e a Nota Fiscal da compra efetuada.

PARÁGRAFO QUARTO: Os CONTRATANTES aderentes têm as seguintes obrigações:

I. Realizar a previsão orçamentária e financeira para lastrear os pagamentos dos serviços contratados, em conformidade com os respectivos exercícios financeiros, diretrizes e legislação vigente no âmbito dos Poderes que integram;

II. Formalizar o Termo de Adesão ao Contrato Mater nos prazos estipulados pela CONTRATANTE Principal;

III. Relacionar os serviços a serem contratados através do Adendo ao Termo de Adesão ao Contrato Mater;

IV. Formalizar as Ordens de Serviços referente aos serviços solicitados nos seus respectivos Termos de Adesão;

V. Acompanhar a execução dos serviços solicitados, atestar e arcar com os devidos pagamentos dos serviços efetivamente executados;

VI. Realizar as possíveis contestações de faturas, caso haja, suspendendo o pagamento e aguardando a resposta da CONTRATADA.

VII. Efetuar os pagamentos relativos aos serviços contratados, mediante efetiva comprovação e atesto dos serviços prestados;

VIII. Atender às orientações e regras formalizadas pela CONTRATANTE Principal e pela CONTRATANTE aderente Técnica;

IX. Designar servidor para cumprir a função de Gestor de Telemática, o qual deverá ser responsável pelos assuntos contratuais, orçamentários, financeiros, técnicos e operacionais, respectivamente, fiscalizando a execução físico-financeira, bem como, a qualidade da prestação dos serviços contratados de acordo com a legislação vigente;

X. Responsabilizar-se, em casos de danos decorridos por culpa da CONTRATANTE aderente, nos casos de mau uso, roubo ou furto, pelos prejuízos causados aos equipamentos disponibilizados pela CONTRATADA quando estes localizados em propriedades da CONTRATANTE aderente, na execução dos serviços objeto deste Contrato, sendo seu valor cobrado com base nos preços praticados pelo mercado para um novo equipamento, igual ou similar, devendo ser apresentada a CONTRATANTE Principal, documento de cotação entre três empresas para obtenção do melhor preço e a Nota Fiscal da compra efetuada;

XI. A CONTRATANTE poderá emitir Notificação Extrajudicial, estipulando prazo específico para que se providenciem os instrumentos jurídicos necessários para a regularização contratual, sob pena de sofrer auditoria dos Órgãos de controle, além das consequências legais cabíveis, caso configure-se mora no processo de formalização contratual por parte do CONTRATANTE aderente, conforme item “II” acima.

XII. Deverá, durante o período de assunção da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco de telemática, realizar imediatamente a retirada dos serviços contratados da nova Rede à medida que os serviços contratados da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco de corporativa forem ativados;

XIII. A CONTRATANTE estará isenta de responsabilização a partir da data de ciência por parte do CONTRATANTE aderente da Notificação Extrajudicial referida no item “X” acima.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Deve a CONTRATADA cumprir todas as obrigações estipuladas neste CONTRATO e respectivos anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, em especial:

- I. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, na quantidade, qualidade e tecnologia demandadas, de acordo com as especificações indicadas no Termo de Referência;
- II. Cumprir o cronograma de execução do CONTRATO;
- III. Reparar, corrigir, complementar ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo fixado pelo fiscal do CONTRATO, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- IV. Submeter, por escrito, para análise e aprovação prévia da CONTRATANTE, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do TR, do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- V. Designar preposto que tenha poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução contratual, o qual deverá disponibilizar endereço de e-mail válido e número de telefone móvel que permita contato imediato com o fiscal do CONTRATO de forma permanente;
- VI. Substituir o preposto designado se houver recusa motivada da CONTRATANTE quanto à anterior indicação;
- VII. Atender às determinações regulares do fiscal do CONTRATO ou autoridade superior, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às solicitações e reclamações formuladas;
- VIII. Relatar ao fiscal do CONTRATO, por escrito, toda e qualquer ocorrência anormal afeta à prestação dos serviços;
- IX. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;
- X. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do CONTRATO;

- XI. Comprovar, conforme o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, durante toda a vigência do CONTRATO, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- XII. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento do objeto deste CONTRATO, com habilitação e conhecimento adequados;
- XIII. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XIV. Não contratar, durante a vigência do CONTRATO, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do CONTRATO, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- XV. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- XVI. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do CONTRATO, sendo que eventual pessoal alocado ao CONTRATO não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- XVII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do CONTRATO e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;
- XVIII. Manter, durante o prazo de vigência do CONTRATO, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

XIX. Realizar, conforme previsto no Termo de Referência, a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE;

XX. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste CONTRATO;

XXI. Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no CONTRATO.

XXII. A CONTRATADA deve disponibilizar uma pessoa responsável, e um suplente, para ser o seu elo com a CONTRATANTE Principal (SAD) e/ou a CONTRATANTE Aderente Técnica (Agência Estadual de Tecnologia da Informação - ATI), a fim de assegurar a perfeita execução dos serviços contratados.

XXIII. A CONTRATADA, deve prover toda a infraestrutura tecnológica e administrativa necessária às operações dos serviços contratados.

XXIV. A CONTRATADA deve planejar os serviços de forma a não interferir no andamento normal das atividades desenvolvidas no local e em seu entorno.

XXV. A CONTRATADA deve responder por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações Fiscal, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, inclusive os decorrentes de acidentes de trabalho.

XXVI. A CONTRATADA deve responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução dos serviços.

XXVII. A CONTRATADA deverá garantir que todos os profissionais envolvidos na execução dos serviços, incluindo funcionários e subcontratados, estejam devidamente identificados por meio de crachá e uniformizados de forma padronizada. Além disso, deverá assegurar que sua equipe técnica esteja equipada com veículos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários, devidamente aferidos, calibrados e em perfeitas condições de uso, conforme as exigências de segurança e qualidade para a prestação dos serviços.

XXVIII. A CONTRATADA deve executar todos os serviços e instalações de acordo com as especificações e demais equipamentos técnicos que integram este Edital, obedecendo rigorosamente às Normas Técnicas da ABNT e das concessionárias de serviços públicos, e as especificações técnicas contidas em todos os adendos/anexos no Termo de Referência.

XXIX. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos, materiais e recursos tecnológicos necessários para a implantação, operação e manutenção dos serviços contratados. Isso inclui, mas não se limita a: cabos, calhas, conectores, racks, acessórios, ferramentas e demais insumos essenciais para garantir o pleno funcionamento e a conformidade com as especificações do projeto.

XXX. A CONTRATADA deve entregar, na mais perfeita ordem e limpeza, as instalações, após a execução do objeto do presente Instrumento, deixando o local totalmente limpo em condições de normais de operações técnicas.

XXXI. A CONTRATADA deve executar, às suas expensas, as conexões definitivas das instalações às redes públicas conforme especificado no Termo de Referência.

XXXII. A CONTRATADA deve armazenar em sistemas seguros, todas as configurações e logs, garantindo rastreabilidade e conformidade com as políticas de segurança da informação do projeto durante todo o período do contrato.

XXXIII. A CONTRATADA deve executar o controle tecnológico de materiais, componentes e sistemas construtivos (ensaios laboratoriais) para evidenciar o atendimento às Normas Técnicas da ABNT e dos CONTRATANTES ou das concessionárias de serviços.

XXXIV. A CONTRATADA deve garantir que os prepostos indicados deverão participar da prestação do serviço do objeto contratado, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior.

XXXV. A CONTRATADA deve garantir a presença do seu referido preposto nas reuniões gerenciais mensais, realizadas com a CONTRATANTE Principal e com a CONTRATANTE aderente Técnica, para tratar do desempenho e das ocorrências surgidas a cada mês, referentes à Rede Corporativa do Estado de Pernambuco.

XXXVI. A CONTRATADA deve manter nos locais dos serviços, equipe técnica suficiente, formalmente designada, composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada, com capacidade para assumir perante uma auditoria ou fiscalização a responsabilidade técnica dos mesmos, inclusive com poderes para deliberar sobre qualquer determinação de emergência que se torne necessária.

XXXVII. A CONTRATADA deve manter nos locais dos serviços a serem instalados e operacionalizados, além da equipe técnica retromencionada, auxiliares necessários ao perfeito

controle dos padrões exigidos, assim como promover, às suas expensas e segundo as especificações e normas técnicas, o controle tecnológico dos equipamentos e materiais a serem empregados nos serviços.

XXXVIII. A CONTRATADA deve facilitar a ação da auditoria a quem competir, atendendo as especificações contidas no Termo de Referência, na inspeção dos serviços, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa, bem como sobre os documentos relativos ao processo.

XXXIX. A CONTRATADA deve entregar à CONTRATANTE Principal e às CONTRATANTES aderentes, quando da entrega dos serviços por parte da CONTRATADA, o Termo de Recebimento correspondente, registrando todas as alterações e complementações efetuadas, caso houver, no decorrer do prazo contratual, observando, obrigatoriamente, as normas da CONTRATANTE Principal.

XL. A CONTRATADA deve relatar oportunamente à CONTRATANTE Principal e às CONTRATANTES aderentes, ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços.

XLI. A CONTRATADA deve dar à CONTRATANTE Principal e às CONTRATANTES aderentes, imediata ciência de fatos irregulares que venham a ocorrer durante a execução do Contrato.

XLII. A CONTRATADA deve substituir qualquer integrante da equipe técnica, caso esteja alocado nas instalações da CONTRATANTE, durante a execução dos serviços, somente após a anuência da CONTRATANTE Principal e das CONTRATANTES aderentes, mediante a comprovação de experiência equivalente ou superior do substituto proposto.

XLIII. A CONTRATADA deve prover os dados necessários para o devido acompanhamento dos processos que se façam necessários durante a execução do objeto desta licitação.

XLIV. A CONTRATADA deve disponibilizar à CONTRATANTE, através de diversos meios eletrônicos, as informações atualizadas do andamento da execução dos serviços contratados na forma de Relatórios Gerenciais pertinentes, conforme especificados no Termo de Referência.

XLV. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente todos os prazos e condições estabelecidos para a implantação e operação dos serviços, conforme especificado nos respectivos itens e subitens do Termo de Referência e seus Adendos.

XLVI. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente os prazos e condições estabelecidos para a portabilidade dos números telefônicos utilizados pelo Governo do Estado de Pernambuco e demais

Poderes na prestação dos serviços de Telefonia Fixa, respeitando as normativas da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). A portabilidade deverá ser realizada preservando o plano de numeração vigente e conforme os requisitos especificados nos itens e subitens do Termo de Referência integrante do Edital.

a) Para os números de atendimento especial, como tridígitos e números 0800, a CONTRATADA deverá garantir a manutenção da numeração e a continuidade operacional dos serviços, observando as regras e procedimentos estabelecidos pela ANATEL para esse tipo de serviço.

XLVII. A CONTRATADA deve, em momento definido pela CONTRATANTE Principal, fornecer todos os recursos necessários (equipamentos, pessoal, soluções de telemática etc.) para permitir a migração dos serviços até o momento prestado, para o próximo fornecedor do serviço vencedor da licitação seguinte. De tal forma que possibilite realizar tal transição com os menores impactos possíveis aos CONTRATANTES, garantindo os princípios da continuidade do serviço público. Tal procedimento de transição deverá ser estabelecido e acordado entre a CONTRATANTE, a CONTRATADA atual e a futura. Tal atividade não deverá ter ônus adicionais para a CONTRATANTE.

XLVIII. A CONTRATADA deve responsabilizar-se, em casos fortuitos e força maior, pelos prejuízos causados aos seus equipamentos disponibilizados.

XLIX. A CONTRATADA deve fornecer os recursos técnicos e humanos, operacionais dentro dos requisitos exigidos no Termo de Referência e seus adendos.

L. A CONTRATADA deve prover a gestão de manutenção preventiva e corretiva, no seu próprio ambiente, respeitando os limites estabelecidos dos Níveis Mínimos de Serviços (NMS), definidos no Termo de Referência.

LI. A CONTRATADA deve realizar a manutenção preventiva (diagnóstico padrão, limpeza, verificação de cabos e conectores etc.) dos recursos de telemática, dos serviços da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, visando, proativamente, mantê-los em pleno funcionamento.

LII. A CONTRATADA deve prover capacidade operacional suficiente para a plena prestação dos serviços de telemática da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, dentro da sua abrangência.

LIII. A CONTRATADA deve arcar com todos os custos relativos aos encargos sociais e obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas da equipe empregada na execução dos serviços, bem como, impostos, taxas, emolumentos, seguros ou outros valores que incidam, direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados.

LIV. A CONTRATADA deve responder por danos causados à CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de falhas ou irregularidades na execução dos serviços.

LV. A CONTRATADA deve manter, durante toda execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

LVI. A CONTRATADA deve facilitar o acompanhamento e fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE.

LVII. A CONTRATADA é a responsável pelo fornecimento de todos os serviços e recursos especificados nos itens e subitens no Termo de Referência, os quais serão devidamente formalizados a partir de instrumentos contratuais específicos, como Edital e seus Anexos.

LVIII. A CONTRATADA deve designar formalmente, num prazo de até 10 (dez) dias úteis, a partir da assinatura do contrato, o(s) seu(s) representante(s), que serão o elo entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE Principal Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, o(s) qual(is) deverá(ão) ser responsável(is) pelos assuntos contratuais, bem como, pelos assuntos técnicos associados à qualidade e quantidade da prestação dos serviços contratados.

LIX. A CONTRATADA deve fornecer os recursos técnicos, humanos e operacionais, dentro dos requisitos exigidos no Termo de Referência e seus Adendos.

LX. A CONTRATADA deve prover assistência técnica de forma permanente, durante a vigência contratual, evitando gastos adicionais com peças de reposição e manutenção dos equipamentos, isto é, caso ocorra alguma falha, a CONTRATADA garante a substituição do equipamento por um equivalente ou superior, atendendo aos prazos requeridos no nível mínimo de serviço.

LXI. A CONTRATADA deve apresentar todas às Notas Fiscais de remessa dos equipamentos de Telemática providos para a prestação de todos os serviços da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, no momento da entrega e aceite, pelos gestores, desses serviços, onde todas as referidas NF de remessa, acima citadas.

LXII. A CONTRATADA deve atender as Ordens de Serviços emitidas pela CONTRATANTE, dentro dos requisitos e prazos especificados e exigidos no Termo de Referência.

LXIII. A CONTRATADA deve considerar os conceitos relacionados no Termo de Referência, no que tange a logística de preparação, entrega, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva dos recursos da solução adotada, na prestação dos serviços contratados da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco.

LXIV. A CONTRATADA deve providenciar a substituição temporária e/ou permanente, sem ônus para a CONTRATANTE, de todos os recursos técnicos necessários ao funcionamento da solução do serviço contratado, quando na constatação de uma falha.

LXV. A CONTRATADA deve realizar todas as configurações, ajustes, substituições e testes necessários dos recursos da solução adotada, para os serviços contratados da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, mantendo os mesmos em condições de pleno funcionamento.

LXVI. A CONTRATADA deve prover, quando solicitado pela CONTRATANTE, laudo técnico identificando a causa da falha na prestação do serviço contratado e, quando for o caso, identificar o uso indevido por parte do usuário.

LXVII. A CONTRATADA deve manter sempre atualizadas as informações referentes ao funcionamento dos serviços contratados, tais como status, cliente, local, data, hora etc., acessíveis à CONTRATANTE em sistema via Web.

LXVIII. A CONTRATADA deve utilizar ferramentas, equipamentos e recursos adequados, para a realização de análise, diagnóstico e correção de eventuais falhas na prestação dos serviços.

LXIX. A CONTRATADA, deve prover e manter os recursos e serviços, a serem operacionalizados para Rede Corporativa do Estado de Pernambuco

LXX. A CONTRATADA deve encaminhar aos CONTRATANTES aderentes, até o quinto dia útil do mês subsequente da efetiva execução dos serviços, as Notas Fiscais/Faturas correspondentes à prestação dos serviços contratados, contendo a descrição detalhada de cada serviço, para os devidos atestos e pagamentos, sendo estas através de Sistema via WEB, com possibilidade de extração no formato de planilha eletrônica, impressas, e em meio óptico gravadas no formato de arquivo (.txt), conforme modelo elaborado pela FEBRABAN, versão V3R0 ou mais recente;

LXXI. A CONTRATADA deve fornecer ferramentas para controle e gestão de faturas, para o CONTRATANTE aderente, discriminadas e em formato eletrônico de planilha. Os acessos a essa ferramenta devem ser restritos, garantindo que somente cada CONTRATANTE aderente possa recuperar, consultar e manusear os dados do seu Órgão e vinculadas, com exceção da Secretaria de Administração (SAD), que poderá ter os mesmos direitos de acesso para todos os CONTRATANTES aderentes da Administração Pública Estadual.

LXXII. A CONTRATADA deve responder a contestação, enviando a fatura, que está momentaneamente suspensa, com uma nova data de vencimento, com prazo de no mínimo 20 (vinte) dias, garantindo que os valores divergentes, caso haja, sejam descontados na fatura posterior.

LXXIII. A CONTRATADA deve registrar e atualizar todos os dados do faturamento referente aos serviços prestados, no sistema de informações de faturamento da CONTRATADA, visando e permitindo o acompanhamento por parte do CONTRATANTE aderente.

LXXIV. A CONTRATADA deve ceder à CONTRATANTE, em caráter definitivo, o direito patrimonial das bases de dados, e os respectivos SGBDs (Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados), resultantes dos serviços executados durante a vigência do contrato, entendendo-se por resultados quaisquer bases de imagens, áudios, vídeos, estudos, relatórios, especificações, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, páginas na Intranet e Internet e documentação didática em papel ou em mídia eletrônica.

LXXV. A CONTRATADA deve observar o Marco Civil da Internet (LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014) que fala da Proteção aos Registros, aos Dados Pessoais e às Comunicações Privadas, da Da Guarda de Registros de Conexão, da Da Guarda de Registros de Acesso a Aplicações de Internet na Provisão de Conexão, Da Guarda de Registros de Acesso a Aplicações de Internet na Provisão de Aplicações , Da Responsabilidade por Danos Decorrentes de Conteúdo Gerado por Terceiros, Da Requisição Judicial de Registros e da ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO.

LXXVI. A CONTRATADA deve manter processo de elaboração de inventário de ativos, à semelhança das orientações contidas na NBR ISO/IEC 27.002, item 7.1 – Inventário de ativos. A base com estas informações deve ser acessível à CONTRATANTE.

LXXVII. A CONTRATADA deve manter processo de classificação da informação, à semelhança das orientações contidas na NBR ISO/IEC 27002, item 5.12 – Classificação da Informação, processo necessário segundo o Decreto Nº 7.845/2012, Capítulo III, Do Tratamento de Informação Classificada. Esta classificação da informação deve ser acessível à CONTRATANTE.

LXXVIII. A CONTRATADA deve manter processo de gestão de riscos de segurança da informação, à semelhança das orientações contidas na NBR ISO/IEC 27005 – Gestão de riscos de segurança da informação, item 8.2 – Avaliação do risco de segurança da informação. Este item fornece diretrizes sobre como identificar, avaliar e tratar riscos relacionados à segurança da informação.

LXXIX. A CONTRATADA deve nomear responsável pela segurança da informação, à semelhança das orientações contidas na ISO/IEC 27002:2022, Controle 5.2 aborda a implementação e gestão de responsabilidades de segurança da informação.

LXXX. A CONTRATADA deve seguir as políticas de segurança da informação que forem desenvolvidas no item de evolução de maturidade em segurança da informação, à semelhança das orientações contidas na NBR ISO/IEC 27.002 – Política de segurança da informação.

LXXXI. A CONTRATADA deve dar ciência à CONTRATANTE, formal e imediatamente, sobre qualquer anormalidade verificada referente à propriedade, sigilo e segurança das informações durante a prestação dos serviços.

LXXXII. A CONTRATADA deve guardar inteiro sigilo dos dados processados, reconhecendo serem estes de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, sendo vedada à sua cessão, locação ou venda a terceiros sem prévia autorização formal da CONTRATANTE Principal.

LXXXIII. A CONTRATADA deve zelar por si e por seus sócios, empregados e subcontratados pela manutenção do sigilo absoluto sobre os dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de que eventualmente tenham conhecimento ou acesso em razão dos serviços executados.

LXXXIV. A CONTRATADA deve estar cientes de que a estrutura computacional da CONTRATANTE não poderá ser utilizada para fins particulares.

LXXXV. A CONTRATADA deve entregar à CONTRATANTE toda e qualquer documentação produzida decorrente da prestação de serviços, objeto desta licitação, bem como, ceder à CONTRATANTE, em caráter definitivo e irrevogável, o direito patrimonial e a propriedade intelectual dos resultados produzidos durante a vigência do contrato e eventuais aditivos, entendendo-se por resultados quaisquer estudos, relatórios, especificações, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, páginas na Intranet e documentação, em papel ou em qualquer forma web, arquivo eletrônico ou mídia eletrônica.

LXXXVI. A CONTRATADA deve informar à CONTRATANTE sobre qualquer acesso indevido, invasão ou ataque sofrido nos servidores ou serviços onde estejam hospedados cada solução CONTRATADA.

LXXXVII. A CONTRATADA deve instalar e operacionalizar todos os serviços, conjuntamente com a CONTRATADA dos serviços ofertados na solução da nova Rede, até a completa finalização da assunção de todos os serviços para Rede Corporativa do Estado de Pernambuco.

LXXXVIII. A CONTRATADA, deve fornecer e manter a versão mais recente de todos os componentes (hardware e software) das soluções CONTRATADAS.

LXXXIX. A CONTRATADA deve fornecer AS Built com toda documentação técnica completa e original de todos os componentes fornecidos da prestação dos serviços, quando solicitado pela CONTRATANTE, em língua portuguesa, em meio impresso e/ou meio eletrônico. Quaisquer atualizações da documentação devem ser fornecidas, sem ônus para a CONTRATANTE, durante a vigência do contrato.

XC. A CONTRATADA deve realizar a configuração de todos os equipamentos fornecidos nas soluções da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco e a integração ao ambiente atual da nova Rede.

XCI. A CONTRATADA deve realizar vistoria no ambiente da CONTRATANTE aderente, quando da instalação de novos serviços, para levantamento de dados do referido ambiente e adequação dos mesmos, conforme exigências no Termo de Referência.

XCII. Para ampliações ou atualizações de Pontos de Voz Fixos, a CONTRATADA deve fornecer novas faixas de numeração, onde estes números devem ser sequenciados e com sequências exclusivas para os usuários da Rede do Governo de Pernambuco respeitando legislação vigente.

XCIII. A CONTRATADA deve manter os técnicos encarregados dos serviços de manutenção e assistência técnica previamente relacionados, para ter livre acesso aos recursos inerentes à prestação dos serviços da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco, a fim de executar os serviços de manutenção, respeitando as normas de segurança vigentes e as da CONTRATANTE aderente.

XCIV. A CONTRATADA deve apresentar à CONTRATANTE aderente, um número de controle para cada atendimento preventivo ou corretivo.

XCV. A CONTRATADA deve entregar lista dos profissionais, juntamente com as cópias de suas identidades funcionais, com foto, aos gestores de cada CONTRATANTE aderente, de modo que sejam devidamente cadastrados para acesso às suas dependências. Esta lista deverá ser atualizada e redistribuída sempre que houver alteração no quadro funcional da CONTRATADA.

XCVI. A CONTRATADA deve disponibilizar telefone e endereço eletrônico de atendimento para abertura de chamados, visando o atendimento das demandas no período citado no Termo de Referência.

XCVII. A CONTRATADA deve garantir que toda a interação com relação a abertura de chamados, manutenção programada e registro de ocorrências, deve ser realizada através do serviço de monitoramento e gerenciamento utilizado pela equipe de Operação da rede designada pela CONTRATANTE, para ter um único ponto de Gestão de Demandas e Registro de Ocorrências;

XCVIII. A CONTRATADA deve encaminhar um técnico para prestação de suporte local (on site), quando houver falha(s) na prestação do(s) serviço(s), sem custos adicionais, caso o atendimento remoto não seja efetivo na resolução dos chamados.

XCIX. A CONTRATADA deve disponibilizar, nos diversos meios de comunicação (help- desk, sistema de acompanhamento de chamados etc.) informações ao CONTRATANTE sobre a situação de atendimento do chamado técnico, o diagnóstico, as providências adotadas e/ou implementadas e a data e hora da solução do incidente.

C. A CONTRATADA deve consolidar e entregar aos CONTRATANTES aderentes relatórios com informações gerenciais e de acompanhamento do atendimento dos Níveis Mínimos de Serviço contratados.

CI. A CONTRATADA deve entregar o relatório de ocorrências até o vigésimo dia do mês subsequente ao período de apuração, de acordo com as especificações no Termo de Referência.

CII. A CONTRATADA deve fornecer relatórios específicos para cada CONTRATANTE, contendo as informações relativas aos serviços contratado, de acordo com as especificações no Termo de Referência.

CIII. A CONTRATADA será a responsável pelo fornecimento de todos os serviços e recursos especificados nos itens e subitens no Termo de Referência, o qual será devidamente, formalizado a partir de instrumentos contratuais específicos, conforme Edital e seus anexos.

a) Relatórios de Análise de Causa Raiz para Incidentes Críticos:

a.1.) A CONTRATADA, em colaboração com os fabricantes, quando necessário, deverão disponibilizar relatórios detalhados de análise de causa raiz para todos os incidentes críticos (prioridade máxima) relacionados aos produtos adquiridos. Esses relatórios deverão apresentar recomendações claras de correção e prevenção.

b) Teleconferências Periódicas com o Fabricante:

b.1.) Quando solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá organizar teleconferências periódicas com o ponto focal de fabricantes utilizados na solução, a fim de discutir o status de todos os tickets abertos. Essas reuniões deverão abordar a evolução dos chamados, os próximos passos e qualquer recomendação técnica adicional que possa otimizar a operação.

c) Comunicação de Questões Críticas Relacionadas aos Produtos:

c.1.) Os fabricantes, por meio da CONTRATADA, deverão comunicar prontamente à CONTRATANTE quaisquer questões críticas relacionadas aos produtos sob sua responsabilidade que possam impactar o ambiente da CONTRATANTE. Esta comunicação incluirá a emissão de boletins técnicos e notificações sobre vulnerabilidades, atualizações críticas ou outras questões relevantes.

CIV. A CONTRATADA deve atender obrigatoriamente a todos os requisitos, prazos e especificações técnicas, para prestação dos serviços da Rede Corporativa do Estado de Pernambuco.

CV. As obrigações acima listadas não excluem outras eventualmente listadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

PARÁGRAFO PRIMEIRO: São obrigações da CONTRATADA, na qualidade de OPERADORA:

I. Realizar o tratamento dos dados pessoais em estrita conformidade às instruções repassadas pela CONTROLADORA/CONTRATANTE;

II. Adotar medidas técnicas e administrativas de segurança aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, segundo os padrões técnicos mínimos exigidos pela CONTROLADORA/CONTRATANTE;

III. Utilizar recursos de segurança da informação e de tecnologia da informação de qualidade, eficiência e eficácia reconhecidas e em versões comprovadamente seguras e atualizadas, de forma a reduzir o nível de risco ao qual o objeto do CONTRATO ou a CONTRATANTE está exposta;

IV. Manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

- V. Facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, ou ao próprio Titular dos dados, devendo tal compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição à CONTROLADORA/CONTRATANTE, mediante solicitação;
- VI. Permitir a realização de auditorias da CONTROLADORA/CONTRATANTE e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados;
- VII. Informar e obter a anuência prévia da CONTROLADORA/CONTRATANTE sobre a utilização de serviços de terceiros para sustentar ou viabilizar o funcionamento da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC para o desenvolvimento das atividades objeto do CONTRATO;
- VIII. Apresentar à CONTROLADORA/CONTRATANTE, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis;
- IX. Auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pela CONTROLADORA/CONTRATANTE e de obrigações perante Titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;
- X. Comunicar formalmente e de imediato à CONTROLADORA/CONTRATANTE a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;
- XI. Promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da CONTROLADORA/CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente CONTRATO;
- XII. Obter, quando necessário, o consentimento dos titulares dos dados sob tratamento, nos termos do art. 8º da Lei nº 13.709/2018;
- XIII. Abster-se da utilização dos dados pessoais tratados para finalidade diversa da execução dos serviços objeto deste CONTRATO;
- XIV. Adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste CONTRATO, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados;

XV. Responsabilizar-se por prejuízos causados à CONTROLADORA/CONTRATANTE em razão de coleta e tratamento inadequados dos dados pessoais compartilhados para as finalidades pretendidas no presente CONTRATO;

XVI. Responsabilizar-se pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela CONTROLADORA/CONTRATANTE;

XVII. Definir e executar procedimento de descarte seguro dos dados pessoais, que estejam em sua posse, ao encerrar a execução do CONTRATO ou após a satisfação da finalidade pretendida;

XVIII. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

XIX. Exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;

XX. Manter bancos de dados formados a partir deste CONTRATO administrativo em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD, e em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: São obrigações da CONTRATANTE, na qualidade de CONTROLADORA:

I. Fornecer, observadas as diretrizes de sua Política Local de Proteção de Dados Pessoais e Política de Privacidade, as instruções e condições necessárias ao tratamento dos dados pela OPERADORA/CONTRATADA;

II. Adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

III. Adotar mecanismos transparentes, de fácil compreensão e acesso, que permitam a ciência inequívoca dos titulares dos dados a respeito de sua Política de Privacidade, que deve conter, minimamente, as medidas acima indicadas;

IV. Compartilhar com a OPERADORA/CONTRATADA as informações pessoais fornecidas pelos usuários dos serviços públicos por ela prestados, estritamente necessárias à execução do objeto contrato e nos exatos termos definidos em sua Política de Privacidade, após a aceitação dos termos de uso pelo usuário ou seu representante legal, quando for o caso;

- V. Definir quais serão os dados pessoais tratados, bem como as finalidades e as formas de tratamento para cada dado coletado;
- VI. Comunicar à autoridade nacional de proteção de dados e ao titular dos dados a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, após o recebimento da comunicação formal feita pela OPERADORA/CONTRATADA;
- VII. Providenciar a eliminação segura dos dados obtidos para a prestação do serviço e compartilhados com a OPERADORA/CONTRATADA, após o término do tratamento, exceto quando necessários ao atendimento das finalidades previstas no art. 16 da Lei Federal nº 13.709/2018, quando estará autorizada a sua conservação;
- VIII. Responsabilizar-se pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais e das medidas de segurança estabelecidas em sua Política de Privacidade, no processo de compartilhamento dos dados, a menos que reste comprovado que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente CONTRATO deverá ser fiscalizada pela CONTRATANTE, sem que essa competência exclua ou reduza a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATANTE designa XXXXXX (nome, matrícula e cargo) como servidor responsável pela fiscalização do CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O fiscal deverá ter pleno conhecimento do CONTRATO e das demais condições constantes do Edital e seus anexos, tendo, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Fiscalizar a regularidade e adequação dos serviços prestados, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência, e elaborar relatórios de acompanhamento, com os registros de eventuais falhas verificadas e das medidas corretivas necessárias;
- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária para execução dos serviços na forma e nos prazos definidos no CONTRATO e demais anexos do Edital;

- c) Reunir-se com o preposto da CONTRATADA, visando a estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do CONTRATO;
- d) Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, na forma prevista neste CONTRATO;
- e) Comunicar ao gestor do CONTRATO a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente;
- f) Recusar serviço prestado de forma irregular, não aceitando execução diversa daquela que se encontra especificada no Termo de Referência e demais anexos, salvo quando for prestado com qualidade superior e devidamente aceito pela autoridade competente;
- g) Solicitar à CONTRATADA justificativa para eventuais serviços não realizados ou realizados inadequadamente, podendo assinalar prazo para correções de eventuais falhas verificadas, conforme avaliação da execução dos serviços;
- h) Atestar as Notas Fiscais/Faturas mensais apresentadas pela CONTRATADA, encaminhando-as ao gestor do CONTRATO para pagamento;
- i) Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- j) Comunicar ao gestor do CONTRATO, em tempo hábil, a iminência do término do CONTRATO sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- k) Comunicar por escrito ao gestor do CONTRATO as faltas cometidas pela CONTRATADA que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO QUARTO: A CONTRATANTE designa XXXXXX (nome, matrícula e cargo) como servidor responsável pela gestão do CONTRATO, que, entre outras, terá seguintes atribuições:

- a) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais:
- a) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- b) Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do CONTRATO;
- c) Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à CONTRATADA;
- d) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação da penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à CONTRATADA;

- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais dos contratos;
- f) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, e atestadas pelo fiscal do CONTRATO, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- g) Apurar o percentual de desconto ou glosas da fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados no período de faturamento considerado, por motivos imputáveis à CONTRATADA;
- h) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados.

PARÁGRAFO QUINTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do CONTRATO, conforme termo em anexo.

PARÁGRAFO SEXTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente CONTRATO, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS MEDIÇÕES E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ao final de cada período de faturamento, a CONTRATADA encaminhará relatório com a descrição dos serviços realizados e os respectivos valores da parcela a ser paga, para efeito de medição pelo fiscal do CONTRATO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os serviços executados serão objeto de medição mensal, devendo a CONTRATADA encaminhar, até o primeiro dia útil subsequente ao mês em que forem prestados, relatório com a descrição dos serviços realizados e os respectivos valores.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do CONTRATO no prazo de 10 (dez) dias, mediante termo detalhado que ateste o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo e a comprovação da prestação dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O termo detalhado do recebimento provisório, com a análise das ocorrências registradas na execução do CONTRATO serão encaminhados ao gestor para fins de

apuração dos descontos e glosas cabíveis na fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados .

PARÁGRAFO QUARTO: O fiscal indicará a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou tais recursos com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

PARÁGRAFO QUINTO: A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

PARÁGRAFO SEXTO: O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo exigidos por normas técnicas oficiais, às expensas da CONTRATADA, e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO OITAVO: Até que sejam sanadas todas as eventuais pendências técnicas, o fiscal não deverá emitir o termo de Recebimento Provisório.

PARÁGRAFO NONO: Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O recebimento definitivo ocorrerá mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, após a análise dos relatórios e de toda documentação apresentada pela fiscalização, com a verificação da qualidade e quantidade do serviço prestado.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os prazos de recebimento não correrão enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Sanadas as pendências e aplicadas eventuais glosas, a CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA o valor aprovado pela fiscalização e gestão, autorizando a emissão da Nota Fiscal ou Fatura correspondente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do CONTRATO.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A realização das glosas indicadas não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA em virtude da inexecução dos serviços, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, aplicando-se eventual desconto ou glosa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento será feito diretamente pela CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da CONTRATADA, à vista de termo de recebimento definitivo dos serviços acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação e atesto da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, na forma prevista nos parágrafos seguintes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

PARÁGRAFO QUARTO: Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUINTO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a CONTRATADA terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA, devendo a CONTRATANTE instaurar processo administrativo para extinção do CONTRATO e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos serviços efetivamente executados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

PARÁGRAFO NONO: A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da CONTRATANTE, fica convencionado que a taxa de atualização financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a se paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: I = Erro! Fonte de referência não encontrada.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A atualização financeira prevista nesta cláusula será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não será admitida a subcontratação do objeto do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, no percentual de 1% (um por cento) do valor total do CONTRATO, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a CONTRATADA opte pelo seguro-garantia, a apólice deverá ser apresentada antes da assinatura do CONTRATO, ficando-lhe assegurado prazo mínimo de 1 (um) mês entre a homologação da licitação e a assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso a CONTRATADA opte por uma das demais modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.1333, a garantia será prestada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do presente CONTRATO, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa aceita pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUARTO: A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento e poderá ensejar a extinção do CONTRATO.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e
- b) multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO: A garantia deverá ter validade durante toda a execução do CONTRATO e após 90 (noventa) dias do término do prazo de vigência contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nos casos de prorrogação do prazo de vigência do CONTRATO ou de alteração do seu valor, por acréscimos, reajuste ou revisão de preços, a garantia deverá ser renovada ou complementada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO OITAVO: Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação ou de multas e indenizações, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição/complementação no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE, sendo possível a prorrogação por igual período mediante justificativa aceita pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO NONO: Na hipótese de suspensão do CONTRATO por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia:

- a) A apólice permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas;
- b) A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do CONTRATO principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- c) Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no PARÁGRAFO NONO;
- d) Ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica XXXXX, com correção monetária.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de

liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Na modalidade de fiança bancária, a garantia deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter e executar, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste CONTRATO.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do CONTRATO, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades, mas o garantidor não é parte legítima para figurar no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATO se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Constituem motivos para extinção do CONTRATO, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A extinção consensual e a extinção unilateral serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO: Aplica-se à extinção do CONTRATO a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do CONTRATO, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) der causa à inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do CONTRATO;
- d) ensejar o retardamento da execução contratual sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do CONTRATO;
- f) praticar ato fraudulento na execução do CONTRATO;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a CONTRATADA descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do CONTRATO que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens V a X da CLÁUSULA OITAVA deste CONTRATO (“Das Obrigações da Contratada”).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO, em especial as elencadas nos incisos II e III da CLÁUSULA OITAVA, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da

parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, sempre que deles decorrer inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas “b” e “d”, respectivamente, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, de acordo com as seguintes regras:

- I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor anual do CONTRATO, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);
- II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XXII da CLÁUSULA OITAVA.
- III. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor mensal do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso I da CLÁUSULA OITAVA, se a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;
- IV. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir as obrigações previstas nos incisos IV , XI e XVII da CLÁUSULA OITAVA;
- V. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor mensal do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir as obrigações previstas nos incisos XIX e XX da CLÁUSULA OITAVA;
- VI. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XVIII da CLÁUSULA OITAVA e não sanar a pendência no prazo estipulado;

VII. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor mensal do CONTRATO, quando a CONTRATADA deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso XV da CLÁUSULA OITAVA;

VIII. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XXI da CLÁUSULA OITAVA;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no PARÁGRAFO QUINTO poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do CONTRATO, prevista na alínea “c” do PARÁGRAFO PRIMEIRO, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do PARÁGRAFO PRIMEIRO, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste CONTRATO não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Todas as sanções previstas neste CONTRATO poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, decorrentes do mesmo CONTRATO ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, o processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste CONTRATO poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste CONTRATO ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os

efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: A CONTRATANTE deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da CONTRATADA nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da CONTRATADA, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A CONTRATADA se obriga a notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste CONTRATO, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CESSÃO DOS DIREITOS PATRIMONIAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A celebração do presente CONTRATO implica a cessão à CONTRATANTE de todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste CONTRATO deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste CONTRATO que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

CNPJ XXX
CONTRATANTE
CNPJ XXX
CONTRATADA

ANEXO I DA MINUTA DO CONTRATO TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

INTRODUÇÃO

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº: XXXX/AAAA

OBJETO: <objeto do contrato>

CONTRATADA: <nome da contratada>

CNPJ: xxxxxxxxxxxx

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATRÍCULA: xxxxxxxxxxxx

2. CIÊNCIA

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE:

estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) do Contrato nº XXX;

comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do Contrato nº XXX;

estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao contrato.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR

ANEXO VI DO EDITAL
MODELO DE FOLHA DE ROSTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5157.2025.AC-14.PE.0877.SAD
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90877.2025

FOLHA DE ROSTO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da XXXXXXXXXXXX, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação, a ser realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

ABERTURA DAS PROPOSTAS ATÉ: **XX** minutos antes do horário previsto para o início da sessão de disputa de preços

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: COMPRAS.GOV.BR

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

DADOS PARA CONTATO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

FONE:

E-MAIL:

E-MAIL ALTERNATIVO:

ENDEREÇO:

Os períodos para recebimento de propostas e para início da sessão de disputa de preços estarão indicados no aviso de abertura do certame.

OBSERVAÇÃO 1: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente adotado o horário de Brasília – DF.

OBSERVAÇÃO 2: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE JOSE OLIVEIRA MONTEIRO**, **3246590.120101** e matrícula **3246590**, em 11/12/2025, às 10:02.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **d5f5ceee-3070-43fd-a198-4a603c49f05c**
